

MÁRCIO ANDRÉ
LOPES CAVALCANTE

PRINCIPAIS
JULGADOS

DO STF
E DO STJ
COMENTADOS

Julgados de 2022

ABRANGE OS INFORMATIVOS
1042 A 1079 STF E 722 A 761 STJ

Atualizações disponíveis no
Dizer o Direito até 31/12/2023

INCLUI



CADERNO DE
QUESTÕES

2023



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Dizer



Direito

www.dizerodireito.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

C377p Cavalcante, Márcio André Lopes
Principais Julgados do STF e do STJ / Comentados por Márcio André Lopes Cavalcante
– 7.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.
1440 p.
(Coleção Dizer o Direito)

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4283-4

1. Direito Sumular. 2. Jurisprudencial. I. Cavalcante, Márcio André Lopes. II. Título.

CDD 340.6

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

DIREITO CONSTITUCIONAL..... 51

1. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS..... 51

- 1.1. “ADPF DAS FAVELAS”51
- 1.2. NÃO HÁ VEDAÇÃO PARA A FIXAÇÃO DE PISO SALARIAL EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO MÍNIMO, DESDE QUE INEXISTAM REAJUSTES AUTOMÁTICOS 60
- 1.3. A LEI 14.434/2022, QUE INSTITUIU PISO SALARIAL PARA ENFERMEIRO, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, AUXILIAR DE ENFERMAGEM E PARTEIRA, FOI SUSPensa ATÉ QUE SE AVALIE O IMPACTO NOS GASTOS PÚBLICOS E O RISCO DE DEMISSÕES NO SETOR63
- 1.4. O SERVIDOR PÚBLICO QUE SEJA PAI SOLO FAZ JUS À LICENÇA MATERNIDADE E AO SALÁRIO MATERNIDADE PELO PRAZO DE 180 DIAS, DA MESMA FORMA QUE AS MULHERES65
- 1.5. NOS CASOS DE INTERNAÇÕES PÓS-PARTO QUE DUREM MAIS DE DUAS SEMANAS, O TERMO INICIAL DA LICENÇA-MATERNIDADE E DO SALÁRIO-MATERNIDADE É A ALTA HOSPITALAR DA MÃE OU DO RECÊM-NASCIDO66
- 1.6. NÃO SE PODE UTILIZAR VERBAS DO FUNDEB PARA O COMBATE À PANDEMIA DA COVID-1969
- 1.7. SE O ESTADO OU MUNICÍPIO RECEBER DA UNIÃO VALORES DE COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB, POR FORÇA DE CONDENAÇÃO JUDICIAL, ELE NÃO PRECISA APLICAR A QUANTIA NA FORMA DO ART. 60, XII, DO ADCT70
- 1.8. É CONSTITUCIONAL A LEI 14.172/2021 (TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF DE R\$ 3,5 BILHÕES PARA GARANTIR INTERNET A PROFESSORES E ALUNOS DA REDE PÚBLICA)..... 74
- 1.9. O ESTADO TEM O DEVER CONSTITUCIONAL DE ASSEGURAR ÀS CRIANÇAS ENTRE ZERO E CINCO ANOS DE IDADE O ATENDIMENTO EM CRECHE E PRÉ-ESCOLA..... 75
- 1.10. É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE DETERMINA A RESERVA DE VAGAS, NA MESMA ESCOLA, PARA IRMÃOS QUE FREQUENTEM A MESMA ETAPA OU O MESMO CICLO ESCOLAR..... 77
- 1.11. LEI ESTADUAL NÃO PODE CONCEDER PORTE DE ARMA PARA PROCURADORES DO ESTADO..... 78
- 1.12. NOTAS TÉCNICAS DO MINISTÉRIO DA MULHER E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DEVEM ESCLARECER A VALIDADE DA COMPULSORIEDADE DA VACINAÇÃO 79
- 1.13. É OBRIGATÓRIA A PRESENÇA DA UNIÃO NO POLO PASSIVO DE AÇÃO NA QUAL SE PEDE MEDICAMENTO REGISTRADO NA ANVISA, MAS NÃO INCORPORADO AOS PROTOCOLOS DO SUS? 80
- 1.14. EM DEMANDAS RELATIVAS AO DIREITO À SAÚDE, O JUIZ PODE DETERMINAR A INCLUSÃO DA UNIÃO NO POLO PASSIVO DA DEMANDA SE A PARTE REQUERENTE OPTOU PELA NÃO INCLUSÃO?..... 81
- 1.15. É CONSTITUCIONAL A LEI 9.294/96, QUE IMPÕS RESTRIÇÕES AO USO E PROPAGANDA DE TABACO, BEBIDAS ALCOÓLICAS, MEDICAMENTOS, TERAPIAS E DEFENSIVOS AGRÍCOLAS83
- 1.16. CONDENAÇÃO DO EX-DEPUTADO FEDERAL DANIEL SILVEIRA.....84
- 1.17. É INCONSTITUCIONAL INVESTIGAÇÃO REALIZADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA CONTRA INTEGRANTES DE MOVIMENTO POLÍTICO ANTIFASCISTA.....86
- 1.18. POLÍCIA FEDERAL PODE RECUSAR INSCRIÇÃO NO CURSO DE VIGILANTE PELO FATO DE O INDIVÍDUO TER PRATICADO DELITO?88

1.19.	É CONSTITUCIONAL A REGRA QUE IMPÕE A APLICAÇÃO DE MULTA AOS MOTORISTAS QUE SE RECUSEM A FAZER BAFÔMETRO	89
1.20.	CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA PODE REQUISITAR DADOS BANCÁRIOS E FISCAIS SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL	92
1.21.	O DECRETO 10.046/19 (COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL), É CONSTITUCIONAL, DEVENDO, CONTUDO, RESPEITAR PARÂMETROS	94
1.22.	NÃO SE PODE IMPOR, COMO CONDIÇÃO PARA QUE A PESSOA SE DESFIELE, QUE ELA PREVIAMENTE QUITA TODOS OS DÉBITOS OU, ENTÃO, PAGUE UMA MULTA	98
1.23.	ENTIDADES ESTUDANTIS PODEM EMITIR A CARTEIRA ESTUDANTIL MESMO SEM ESTAREM FILIADAS ÀS ENTIDADES NACIONAIS; É CONSTITUCIONAL MODELO ÚNICO NACIONALMENTE PADRONIZADO DA CARTEIRA	99
1.24.	LEI ESTADUAL PODE RESERVAR ASSENTOS ESPECIAIS PARA PESSOAS COM OBESIDADE NOS ESPAÇOS CULTURAIS E NOS MEIOS DE TRANSPORTE COLETIVO	100
1.25.	É INCONSTITUCIONAL A MP 1.135/2022, QUE ESVAZIOU A EFICÁCIA DAS LEIS ALDIR BLANC E PAULO GUSTAVO	102
1.26.	É CONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL QUE INSTITUIA FÉRIAS LOCAIS PARA COMEMORAR O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA	103
1.27.	É CONSTITUCIONAL O ART. 32 DO ESTATUTO DA JUVENTUDE, QUE ASSEGURA PASSAGENS GRATUITAS EM ÔNIBUS INTERESTADUAIS PARA JOVENS DE BAIXA RENDA	106
1.28.	EC 115/2022: A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS É UM DIREITO FUNDAMENTAL	107
1.29.	LEI 14.313/2022: EXCEÇÕES NAS QUAIS O SUS TERÁ QUE FORNECER MEDICAMENTOS PARA USO OFF LABEL	107
3.3.	É INCONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL QUE DISPONHA SOBRE A INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO RÁDIO BASE (ERB) EM SEU TERRITÓRIO	110
3.4.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE OBRIGA AS OPERADORAS DE PLANOS SAÚDE A ASSEGURAR ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR INTEGRAL E ADEQUADO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	113
3.5.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBA OS PLANOS DE SAÚDE DE RESTRINGIR TRATAMENTOS PARA PESSOAS COM AUTISMO E COM DEFICIÊNCIA	114
3.6.	LEI DO DISTRITO FEDERAL (OU LEI ESTADUAL) NÃO PODE EXIGIR QUE OS SINDICATOS DIVULGUEM PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	116
3.7.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROIBIU QUE FACULDADES PARTICULARES RECUSASSEM MATRÍCULA DE ESTUDANTES INADIMPLENTES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	116
3.8.	SÃO INCONSTITUCIONAIS LEIS ESTADUAIS QUE RECONHEÇAM O ATIRADOR DESPORTIVO E O VIGILANTE DE EMPRESA PRIVADA COMO ATIVIDADES DE RISCO QUE NECESSITAM DO PORTE DE ARMA DE FOGO	117
3.9.	LEI ESTADUAL NÃO PODE DISPOR SOBRE OBRIGATORIEDADE DE A FAZENDA PÚBLICA ANTECIPAR PAGAMENTO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	119
3.10.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE ISENTA O PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS PELA EXECUÇÃO DE OBRAS MUSICAIS EM EVENTOS SEM FINS LUCRATIVOS PROMOVIDOS NO ÂMBITO DE SEU TERRITÓRIO	121
3.11.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE REGULAMENTE A PROFISSÃO DE DESPACHANTE	122
3.12.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBA A APREENSÃO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS POR FALTA DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS	123
3.13.	LEI ESTADUAL NÃO PODE PROIBIR QUE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO INSCREVAM OS USUÁRIOS INADIMPLENTES NO SPC/SERASA	124
3.14.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CONCEDE ISENÇÃO DAS TARIFAS DE ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA PARA OS CONSUMIDORES ATINGIDOS POR ENCHENTES	125
3.15.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE OBRIGA A PRESENÇA DE MENSAGENS DE	

2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.... 108

2.1.	A PROCURADORIA JURÍDICA ESTADUAL OU MUNICIPAL POSSUI LEGITIMIDADE PARA INTERPOR RECURSO EM FACE DE ACÓRDÃO DE TJ PROFERIDO EM REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE?	108
------	---	-----

3. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS 109

3.1.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE LEGITIME OCUPAÇÕES EM SOLO URBANO DE APP FORA DAS SITUAÇÕES PREVISTAS EM NORMAS GERAIS EDITADAS PELA UNIÃO	109
3.2.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE FIXE A OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DIÁRIA	
3.3.	DE FOTOS DE CRIANÇAS DESAPARECIDAS EM NOTICIÁRIOS DE TV E EM JORNAIS	109
3.4.	É INCONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL QUE DISPONHA SOBRE A INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO RÁDIO BASE (ERB) EM SEU TERRITÓRIO	110
3.5.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE OBRIGA AS OPERADORAS DE PLANOS SAÚDE A ASSEGURAR ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR INTEGRAL E ADEQUADO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	113
3.6.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBA OS PLANOS DE SAÚDE DE RESTRINGIR TRATAMENTOS PARA PESSOAS COM AUTISMO E COM DEFICIÊNCIA	114
3.7.	LEI DO DISTRITO FEDERAL (OU LEI ESTADUAL) NÃO PODE EXIGIR QUE OS SINDICATOS DIVULGUEM PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	116
3.8.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROIBIU QUE FACULDADES PARTICULARES RECUSASSEM MATRÍCULA DE ESTUDANTES INADIMPLENTES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	116
3.9.	SÃO INCONSTITUCIONAIS LEIS ESTADUAIS QUE RECONHEÇAM O ATIRADOR DESPORTIVO E O VIGILANTE DE EMPRESA PRIVADA COMO ATIVIDADES DE RISCO QUE NECESSITAM DO PORTE DE ARMA DE FOGO	117
3.10.	LEI ESTADUAL NÃO PODE DISPOR SOBRE OBRIGATORIEDADE DE A FAZENDA PÚBLICA ANTECIPAR PAGAMENTO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	119
3.11.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE ISENTA O PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS PELA EXECUÇÃO DE OBRAS MUSICAIS EM EVENTOS SEM FINS LUCRATIVOS PROMOVIDOS NO ÂMBITO DE SEU TERRITÓRIO	121
3.12.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE REGULAMENTE A PROFISSÃO DE DESPACHANTE	122
3.13.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBA A APREENSÃO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS POR FALTA DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS	123
3.14.	LEI ESTADUAL NÃO PODE PROIBIR QUE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO INSCREVAM OS USUÁRIOS INADIMPLENTES NO SPC/SERASA	124
3.15.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CONCEDE ISENÇÃO DAS TARIFAS DE ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA PARA OS CONSUMIDORES ATINGIDOS POR ENCHENTES	125
3.16.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE OBRIGA A PRESENÇA DE MENSAGENS DE	

	INCENTIVO À DOAÇÃO DE SANGUE NAS FATURAS DE ÁGUA, LUZ, TELEFONE E INTERNET.....	126
3.16.	LEI ESTADUAL PODE OBRIGAR EMPRESAS DE TV POR ASSINATURA E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE VENDA A FORNECEREM ATENDIMENTO TELEFÔNICO GRATUITO AOS CLIENTES.....	127
3.17.	É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE OBRIGA EMPRESA PRIVADA DE TELEFONIA CELULAR E INSTITUIÇÃO DE ENSINO A GARANTIR IDÊNTICOS BENEFÍCIOS PROMOCIONAIS TANTO AOS NOVOS CLIENTES QUANTO AOS ANTIGOS.....	128
3.18.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBA OPERADORAS DE TELEFONIA DE OFERECEREM SERVIÇOS DE VALOR ADICIONADO	130
3.19.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBA AS EMPRESAS DE APLICAREM MULTA NOS SERVIÇOS DE TV POR ASSINATURA, TELEFONIA E INTERNET, MESMO QUE ISSO TENHA SIDO FEITO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....	131
3.20.	ANÁLISE DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DE LEI ESTADUAL QUE TROUXE REGRAS PARA A INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE CONSUMIDORES DOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (EX: SPC/SERASA)	133
3.21.	COMPETE AOS ESTADOS-MEMBROS A DEFINIÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE BILHETES DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS	135
3.22.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CONCEDE AOS PROFESSORES DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE ENSINO O BENEFÍCIO DA MEIA-ENTRADA.....	136
3.23.	É INCONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL QUE CONCEDE GRATUIDADE A IDOSOS NAS SALAS DE CINEMA, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA	138
3.24.	NÃO HÁ VÍCIO DE INICIATIVA DE LEI NA EDIÇÃO DE NORMA DE ORIGEM PARLAMENTAR QUE PROÍBA A SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADOR PRIVADO EM GREVE POR SERVIDOR PÚBLICO	139
3.25.	É INCONSTITUCIONAL LEI FEDERAL, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE VEDA MEDIDA PRIVATIVA E RESTRITIVA DE LIBERDADE A POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES.....	140
3.26.	LEI ESTADUAL NÃO PODE PROIBIR A TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE TÉCNICO, ADMINISTRATIVO OU DE GESTÃO COMPARTILHADA DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	141
3.27.	É INCONSTITUCIONAL LEI DE ORIGEM PARLAMENTAR QUE INSTITUI REGRA DE RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	142
3.28.	LEI FEDERAL NÃO PODE CONCEDER ANISTIA A POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES ESTADUAIS QUE PRATICARAM INFRAÇÕES DISCIPLINARES.....	143
3.29.	É INCONSTITUCIONAL NORMA DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE DISPÕE SOBRE SERVIÇOS DE ATIVIDADES NUCLEARES DE QUALQUER NATUREZA.....	145
3.30.	É INCONSTITUCIONAL NORMA DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE AMPLIA O ROL DE AUTORIDADES SUJEITAS À FISCALIZAÇÃO DIRETA PELO PODER LEGISLATIVO E À SANÇÃO POR CRIME DE RESPONSABILIDADE.....	146
3.31.	LEI MUNICIPAL PODE OBRIGAR A SUBSTITUIÇÃO DAS SACOLAS PLÁSTICAS COMUNS POR SACOLAS BIODEGRADÁVEIS	148
4.	PODER LEGISLATIVO	149
4.1.	REELEIÇÃO OU RECONDUÇÃO SUCESSIVA AO MESMO CARGO DA MESA DIRETORA NAS MESAS DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS	149
4.2.	NÃO ESTÃO PROTEGIDAS PELA IMUNIDADE PARLAMENTAR MANIFESTAÇÕES INJURIOSAS DE SENADOR PROFERIDAS EM REDES SOCIAIS DE FORMA DOLOSA E GENÉRICA, COM INTENÇÃO DE DESTRUIR REPUTAÇÕES	151
5.	PROCESSO LEGISLATIVO	152
5.1.	É INCONSTITUCIONAL NORMA DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE PREVEJA QUÓRUM DIVERSO DE 3/5 DOS MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO PARA APROVAÇÃO DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS.....	152
5.2.	É CONSTITUCIONAL A PREVISÃO REGIMENTAL DE RITO DE URGÊNCIA PARA PROPOSIÇÕES QUE TRAMITAM NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E NO SENADO FEDERAL.....	153
5.3.	O PODER DE VETO PREVISTO NO ART. 66, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO, NÃO PODE SER EXERCIDO APÓS O DECURSO DO PRAZO CONSTITUCIONAL DE 15 DIAS	155
6.	TRIBUNAL DE CONTAS	156
6.1.	DE QUEM É A LEGITIMIDADE PARA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO DECORRENTE DE MULTA APLICADA POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL A AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL?.....	156
6.2.	É CONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL DECORRENTE DE EMENDA PARLAMENTAR A PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO TCE QUE VEICULE REGRAS SOBRE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA A ELE APLICÁVEIS	158
6.3.	É INCONSTITUCIONAL NORMA DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE ATRIBUI À	

	ALE LEGISLATIVA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA PARA JULGAR AS CONTAS PRESTADAS PELOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO.....	160
6.4.	É INCONSTITUCIONAL, POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES, NORMA ESTADUAL QUE SUBMETE AS DESPESAS COM PESSOAL DO MPTC AOS LIMITES ORÇAMENTÁRIOS FIXADOS PARA O PODER EXECUTIVO.....	161
6.5.	É CONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE PREVÊ O PAGAMENTO PROPORCIONAL DA REMUNERAÇÃO DEVIDA A CONSELHEIRO DE TRIBUNAL DE CONTAS PARA AUDITOR EM PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO.....	163
6.6.	O TCU POSSUI COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAR A APLICAÇÃO, PELOS ESTADOS, PELO DF E PELOS MUNICÍPIOS, DOS RECURSOS INTEGRANTES DO FUNDEF E FUNDEB QUE RECEBEREM COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO.....	164
6.7.	CONSELHEIRO CONSEGUIU ANULAR O AFASTAMENTO, MAS NÃO PODERÁ SER REINTEGRADO	166
7.	PODER EXECUTIVO	167
7.1.	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NÃO PODE ESTABELECEER QUE, EM CASO DE DUPLA VACÂNCIA DOS CARGOS DE GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR, NÃO HAVERÁ NOVA ELEIÇÃO ..	167
7.2.	A RENÚNCIA AO CARGO DE GOVERNADOR IMPEDE O RECEBIMENTO DE PEDIDO DE ABERTURA DE IMPEACHMENT.....	168
8.	PODER JUDICIÁRIO.....	169
8.1.	É ILEGAL A INCLUSÃO DE OFICIAIS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE PREVISTOS NA LC 501/2010 DO ESTADO DE SANTA CATARINA NA ESCALA DE PLANTÃO DOS OFICIAIS GERAIS.....	169
8.2.	MAGISTRADO QUE ESTÁ DE LICENÇA PARA ESTUDAR NO EXTERIOR NÃO TEM DIREITO À RETRIBUIÇÃO POR DIREÇÃO DE FÓRUM NEM À GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO CUMULADO DE JURISDIÇÃO	170
8.3.	É INCONSTITUCIONAL, POR DISCIPLINAR MATÉRIA CONCERNENTE AO ESTATUTO DA MAGISTRATURA, NORMA ESTADUAL QUE PREVÊ A ADOÇÃO DO MAIOR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE PARA A PROMOÇÃO DE MAGISTRADOS.....	170
8.4.	OS PERÍODOS DE AFASTAMENTOS DE JUIZ CONVOCADO PARA ATUAR COMO DESEMBARGADOR DEVEM SER CONSIDERADOS PARA RECEBIMENTO DE DIFERENÇA DE VENCIMENTOS	172
8.5.	É CONSTITUCIONAL A RESOLUÇÃO 184/2013 DO CNJ.....	173
8.6.	LEI ESTADUAL PODE AUTORIZAR QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA TRANSFORME, INSTALE JUIZADO EM SUBSTITUIÇÃO A ADJUNTO E FIXE A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	173
8.7.	É INCONSTITUCIONAL NORMA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE IMPEDE O JUIZ PLANTONISTA DE CONVERTER PRISÃO EM FLAGRANTE EM DILIGÊNCIA	175
8.8.	EC 122/2022: IDADE MÁXIMA PARA ALGUÉM SER NOMEADO MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR	176
9.	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	176
9.1.	É INCONSTITUCIONAL NORMA QUE PREVÊ A DESIGNAÇÃO BIENAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES INSTITUCIONAIS INERENTES ÀS RESPECTIVAS CARREIRAS DOS MEMBROS DO MPU.....	176
9.2.	É INCONSTITUCIONAL A ATRIBUIÇÃO DE INICIATIVA PRIVATIVA A GOVERNADOR PARA LEIS QUE DISPONHAM SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.....	177
9.3.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PREVÊ MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL ENTRE MEMBROS DO MP, MEDIANTE PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DIVERSOS DOS ESTABELECIDOS PELO MODELO FEDERAL.....	178
9.4.	É INDISPENSÁVEL A EFETIVA PARTICIPAÇÃO DO MP NO CICLO ORÇAMENTÁRIO, NÃO PODENDO SER IMPOSTA LIMITAÇÃO DE DESPESAS NA FOLHA COMPLEMENTAR DO PARQUET SEM A SUA PARTICIPAÇÃO NESTA ESTIPULAÇÃO	179
9.5.	NÃO CONFIGURA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL A ATUAÇÃO DO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (GAECO) QUANDO PRECEDIDA DE SOLICITAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA A QUEM A INVESTIGAÇÃO FOI ATRIBUÍDA	181
9.6.	A LEGISLAÇÃO GARANTE AOS MEMBROS DO MP A PRERROGATIVA DE SE SENTAREM DO LADO DIREITO DE JUÍZES DURANTE SESSÕES DE JULGAMENTOS E NAS SALAS DE AUDIÊNCIA; ESSA PREVISÃO É CONSTITUCIONAL	183
10.	DEFENSORIA PÚBLICA	184
10.1.	A PRERROGATIVA DE REQUISICÇÃO CONFERIDA AOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA É CONSTITUCIONAL	184
10.2.	O DEFENSOR PÚBLICO POSSUI LEGITIMIDADE PARA IMPETRAR MS EM DEFESA DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS E PRERROGATIVAS DE SEUS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	186

- 10.3. É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE RESTABELEÇA, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO LOCAL, CARGOS DE ADVOGADO DA JUSTIÇA MILITAR VOCACIONADOS A PATROCINAR A DEFESA GRATUITA DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR.....188
- 10.4. É CONSTITUCIONAL A NORMA FEDERAL QUE CRIOU A OUVIDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA NOS ESTADOS-MEMBROS E ESTABELECEU SUAS COMPETÊNCIAS.....189

11. ADVOCACIA PÚBLICA..... 190

- 11.1. DESDE QUE RESPEITADO O TETO REMUNERATÓRIO, LEI ESTADUAL PODE DESTINAR AOS PROCURADORES DO ESTADO OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ADVINDOS DE MEIOS ALTERNATIVOS DE COBRANÇA.....190
- 11.2. O ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO PREVÊ AOS ADVOGADOS DA UNIÃO O DIREITO DE GOZAR SOMENTE 30 DIAS DE FÉRIAS ANUAIS.....192

12. OUTROS TEMAS..... 193

- 12.1. É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE ASSEGURE A INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL A DELEGADOS, BEM COMO QUE ATRIBUA À POLÍCIA CIVIL O CARÁTER DE FUNÇÃO ESSENCIAL AO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO.....193
- 12.2. É INCONSTITUCIONAL A PREVISÃO DE QUE O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL SERÁ ESCOLHIDO A PARTIR DE LISTA TRÍPLICE.....196
- 12.3. É NECESSÁRIO QUE A UNIÃO E A FUNAI EXECUTEM E IMPLEMENTEM ATIVIDADE DE PROTEÇÃO TERRITORIAL NAS TERRAS INDÍGENAS, INDEPENDENTEMENTE DE SUA HOMOLOGAÇÃO.....197
- 12.4. O PODER JUDICIÁRIO PODE DETERMINAR, ANTE INJUSTIFICÁVEL INÉRCIA ESTATAL, QUE O PODER EXECUTIVO ADOTE MEDIDAS NECESSÁRIAS À CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS INDÍGENAS.....199
- 12.5. A COMUNIDADE INDÍGENA CUJA POSSE É QUESTIONADA EM AÇÃO DE NULIDADE DE DEMARCAÇÃO DEVE SER CONSIDERADA COMO LITISCONSORTE PASSIVA NECESSÁRIA.....201
- 12.6. A SOBREPOSIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL COM ÁREA INDÍGENA, AINDA QUE O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO NÃO TENHA SIDO CONCLUÍDO, INVIABILIZA A CERTIFICAÇÃO DE GEORREFERENCIAMENTO.....201
- 12.7. JUIZ PROLATOU SENTENÇA DETERMINANDO A REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM IMÓVEL RURAL OCUPADO PELO MST; A ORDEM NUNCA FOI CUMPRIDA; DEVERÁ SER DEFERIDA A INTERVENÇÃO FEDERAL?.....202

- 12.8. A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NÃO PODE DISCIPLINAR SOBRE INTERVENÇÃO ESTADUAL DE FORMA DIFERENTE DAS REGRAS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....206
- 12.9. A MEDIDA PROVISÓRIA 144/2003, CONVERTIDA NA LEI Nº 10.848/2004, QUE DISPÕE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, NÃO VIOLA O ART. 246 DA CONSTITUIÇÃO.....209
- 12.10. MUNICÍPIO RESULTANTE DE DESMEMBRAMENTO REALIZADO EM DESACORDO COM O ART. 18, § 4º, DA CF, NÃO DETÉM LEGITIMIDADE ATIVA PARA A COBRANÇA DE IPTU DE IMÓVEL SITUADO EM TERRITÓRIO A ELE ACRESCIDO.....210
- 12.11. SÃO INCONSTITUCIONAIS AS NORMAS QUE PREVEEM CONCENTRAÇÃO ACENTUADA DE PODERES DO SISTEMA GESTOR, EM DETRIMENTO DA AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA REGIÃO METROPOLITANA.....212
- 12.12. EC 118/2022: PERMITE A PRODUÇÃO PELA INICIATIVA PRIVADA DE TODOS OS TIPOS DE RADIOISÓTOPOS DE USO MÉDICO.....214

DIREITO ADMINISTRATIVO..... 215

1. PRINCÍPIOS..... 215

- 1.1. É POSSÍVEL A ANULAÇÃO DO ATO DE ANISTIA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EVIDENCIADA A VIOLAÇÃO DIRETA DO ART. 8º DO ADCT, MESMO QUANDO DECORRIDO O PRAZO DECADENCIAL CONTIDO NA LEI 9.784/99.....215

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA..... 221

- 2.1. É INCONSTITUCIONAL DECRETO QUE PREVEJA QUE A PARTICIPAÇÃO DOS PERITOS NO MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (MNPCT) SERÁ UMA ATIVIDADE NÃO REMUNERADA.....221
- 2.2. É CONSTITUCIONAL A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS (PMQC) POR NORMATIVO DA ANP; ISSO PORQUE ESTE ATO REGULATÓRIO APRESENTA CORRESPONDÊNCIA DIRETA COM A LEI 9.478/97.....222
- 2.3. LEI 14.341/2022: DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS.....225

3. SERVIÇOS PÚBLICOS..... 225

- 3.1. EM REGRA, NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO ANULAR CLÁUSULA DE CONTRATO DE

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO QUE AUTORIZA O REAJUSTE DE TARIFA TELEFÔNICA EM PERCENTUAL SUPERIOR AO ÍNDICE INFLACIONÁRIO	225	NÃO PODE SER AFASTADA POR LEGISLAÇÃO POSTERIOR MAIS BENÉFICA AO CANDIDATO	239
3.2. A DEMORA DA ADMINISTRAÇÃO PARA APRECIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE RÁDIO COMUNITÁRIA NÃO LEGITIMA O PODER JUDICIÁRIO A CONCEDER, AINDA QUE EM CARÁTER PRECÁRIO, O DIREITO DE CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES.....	227	5.5. SE A SUPOSTA ILEGALIDADE SURTIU SOMENTE APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO E APÓS O ENCERRAMENTO DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME, ESSAS DATAS NÃO PODERÃO SER CONSIDERADAS COMO TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL DO MS.....	240
3.3. O DECRETO PRESIDENCIAL 7.777/2012 É CONSTITUCIONAL, MAS SE RESTRINGE AOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS.....	228	6. SERVIDORES PÚBLICOS.....	241
4. RESPONSABILIDADE CIVIL	230	6.1. O SERVIDOR PÚBLICO REINTEGRADO NÃO FAZ JUS AO RECEBIMENTO DO AUXÍLIO-TRANSPORTE E DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE PELO PERÍODO EM QUE ESTEVE INDEVIDAMENTE AFASTADO DO CARGO PÚBLICO	241
4.1. RECONHECIDA A RESPONSABILIDADE ESTATAL POR ACIDENTE COM EVENTO MORTE EM RODOVIA, É DEVIDA A INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS AOS FILHOS MENORES E AO CÔNJUGE DO DE CUJUS.....	230	6.2. ATÉ A EDIÇÃO DA EC 103/2019, É ADMISSÍVEL, AOS SERVIDORES PÚBLICOS, A CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM OBJETIVANDO A CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO.....	242
4.2. A CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA NÃO DEVE SER RESPONSABILIZADA POR ROUBO COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO COMETIDO CONTRA SEUS USUÁRIOS EM POSTO DE PEDÁGIO ..	231	6.3. O TEMPO DE RESIDÊNCIA MÉDICA EXERCIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 1.711/52 DEVE SER CONSIDERADO COMO TEMPO DE SERVIÇO PARA APOSENTADORIA CONTANTO QUE TENHA SIDO REMUNERADO PELOS COFRES PÚBLICOS.....	244
4.3. O HOSPITAL QUE DEIXA DE FORNECER O MÍNIMO SERVIÇO DE SEGURANÇA, CONTRIBUINDO DE FORMA DETERMINANTE E ESPECÍFICA PARA HOMICÍDIO PRATICADO EM SUAS DEPENDÊNCIAS, RESPONDE OBJETIVAMENTE PELA CONDUTA OMISSIVA.....	233	6.4. PARA A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA, O PRAZO MÍNIMO DE CINCO ANOS NO CARGO EM QUE SE DER A APOSENTADORIA REFERE-SE AO CARGO EFETIVO OCUPADO PELO SERVIDOR E NÃO À CLASSE NA CARREIRA ALCANÇADA MEDIANTE PROMOÇÃO.....	245
4.4. O PRAZO PRESCRICIONAL PARA PEDIR REPARAÇÃO POR DANOS CAUSADOS POR FUNDAÇÃO PRIVADA DE APOIO À UNIVERSIDADE PÚBLICA É DE 5 ANOS.....	235	6.5. SE O SERVIDOR PÚBLICO ESTÁ RESPONDENDO A PAD E PEDE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, A TRAMITAÇÃO DO REQUERIMENTO FICARÁ SUSPensa ATÉ A CONCLUSÃO DO PAD, MESMO QUE ISSO NÃO ESTEJA PREVISTO NA LEI ESTADUAL	246
5. CONCURSOS PÚBLICOS	236	6.6. NÃO SE ADMITE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR NO PERCENTUAL MÁXIMO ESTABELECIDO PELA LEI 13.954/2019 A TODOS OS INTEGRANTES DAS FORÇAS ARMADAS	247
5.1. SÃO INCONSTITUCIONAIS AS LEIS ESTADUAIS QUE CONCEDAM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS A SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS.....	236	6.7. A PROGRESSÃO FUNCIONAL NÃO ESTÁ ELENCADE NO ROL DE PROIBIÇÕES DO ART. 22, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LRF (LIMITE PRUDENCIAL).....	248
5.2. ADMINISTRAÇÃO RECLASSIFICOU O CANDIDATO PARA DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS; POSTERIORMENTE ESSE ATO FOI ANULADO; PERSISTE O DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO.....	237	6.8. A LEI 19.569/16, DE GOIÁS, EXIGIA QUE O SERVIDOR FIZESSE OPÇÃO FORMAL PARA SER ENQUADRADO NO NOVO REGIME REMUNERATÓRIO	249
5.3. MANDADO DE SEGURANÇA NÃO SERVE PARA QUESTIONAR O PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO, QUE NÃO ACEITOU A AUTODECLARAÇÃO DE COTISTA EM CONCURSO.....	238	6.9. CASO DA ACP PROPOSTA PELO MPF CONTRA FUNASA E CAPESESP.....	250

6.10. LEI ESTADUAL NÃO PODE INSTITUIR REGIME PREVIDENCIÁRIO ESPECÍFICO PARA OS AGENTES PÚBLICOS NÃO TITULARES DE CARGOS EFETIVOS.....	252	6.23. A ATIVIDADE DE PRATICAGEM É INCOMPATÍVEL COM AS ATRIBUIÇÕES DA CARREIRA DE AUDITORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.....	271
6.11. O ART. 15 DA LEI 10.887/2004 SOMENTE SE APLICA AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS E AOS PENSIONISTAS DA UNIÃO	254	6.24. AS REGRAS DO ESTATUTO DA ADVOCACIA QUE TRATAM SOBRE RELAÇÃO DE EMPREGO E HONORÁRIOS SE APLICAM AOS ADVOGADOS DE EMPRESAS ESTATAIS QUE ATUAM NO MERCADO EM REGIME CONCORRENCIAL	271
6.12. COMPETE À JUSTIÇA COMUM O JULGAMENTO DE CONTROVÉRSIA ENVOLVENDO DIREITOS DE SERVIDOR CONTRATADO PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO REGIDO PELA CLT.....	255	6.25. O SERVIDOR FEDERAL INATIVO FAZ JUS À CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO POR ELE NÃO FRUÍDA DURANTE SUA ATIVIDADE FUNCIONAL?	273
6.13. BOLSA DE DESEMPENHO É UMA VERBA PAGA AOS SERVIDORES DO ESTADO DA PARAÍBA; POR TER NATUREZA <i>PROPTER LABOREM</i> , NÃO É DEVIDA AOS APOSENTADOS.....	256	6.26. É INCONSTITUCIONAL REMUNERAR SERVIDOR PÚBLICO, MESMO QUE EXERÇA JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA, EM PATAMAR INFERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO	275
6.14. A VANTAGEM PECUNIÁRIA ESTABELECIDA NO ART. 3º DA LEI 6.932/96 DO ESTADO DA BAHIA NÃO PODE SER APLICADA EM RELAÇÃO AOS INTEGRANTES DE TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA.....	257	6.27. PARÂMETRO REMUNERATÓRIO EM RELAÇÃO AO QUAL DEVE INCIDIR A VPNI DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL	276
6.15. A INDENIZAÇÃO DE CAMPO (ART. 16 DA LEI 8.216/91), DEVIDA A DETERMINADOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, DEVE SER REAJUSTADA NA MESMA DATA E NOS MESMOS PERCENTUAIS DE REAJUSTES APLICADOS ÀS DIÁRIAS	259	6.28. É VÁLIDO DECRETO ESTADUAL QUE IMPÕE AOS SERVIDORES PÚBLICOS O DEVER DE ENTREGAR, ANUALMENTE, DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES QUE COMPÕEM O SEU PATRIMÔNIO PRIVADO	277
6.16. SERVIDOR ADMITIDO SEM CONCURSO ANTES DA PROMULGAÇÃO DA CF, AINDA QUE BENEFICIADO PELA ESTABILIDADE EXCEPCIONAL DO ART. 19 DO ADCT, NÃO PODE SER REENQUADRADO	260	6.29. É POSSÍVEL, EM ACORDO CELEBRADO EM AÇÃO DE DIVÓRCIO, DISPOR SOBRE A MANUTENÇÃO DO EX-CÔNJUGE COMO DEPENDENTE EM PLANO DE SAÚDE FECHADO, RESTRITO A SERVIDORES PÚBLICOS	278
6.17. VALORES RECEBIDOS POR SERVIDORES PÚBLICOS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL PRECÁRIA, POSTERIORMENTE REFORMADA, DEVEM SER RESTITUÍDOS AO ERÁRIO	261	6.30. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL PODE TIRAR MAIS DE UM PERÍODO DE FÉRIAS NO MESMO ANO	278
6.18. É INCONSTITUCIONAL A CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO SEM A DEVIDA OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS FIXADOS PELO STF	262	6.31. VIOLA A CF/88 A LEI MUNICIPAL QUE PREVÊ A PERDA DO DIREITO DE FÉRIAS DO SERVIDOR PELO FATO DE ELE TER GOZADO MAIS DE DOIS MESES DE LICENÇA MÉDICA NO ANO.....	279
6.19. PROPOSITURA DA AÇÃO EXECUTIVA DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR, RELATIVA AO REAJUSTE DE SERVIDORES NO PERCENTUAL DE 28,86% E PRESCRIÇÃO.....	264	6.32. LEI ESTADUAL PODE PASSAR A EXIGIR NÍVEL SUPERIOR PARA CARGOS QUE ANTERIORMENTE TINHAM O NÍVEL MÉDIO COMO REQUISITO DE ESCOLARIDADE?.....	280
6.20. NÃO HÁ PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO NAS AÇÕES EM QUE SE BUSCA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE.....	265	6.33. AUSENTE A EFETIVA MUDANÇA DE RESIDÊNCIA PARA A SEDE DO CNJ, E FINDO O SEU MANDATO JUNTO A ESSE MESMO CONSELHO, O MAGISTRADO NÃO FARÁ JUS À AJUDA DE CUSTO PARA DESPESAS DE RETORNO	281
6.21. É INCONSTITUCIONAL A PREVISÃO DE PENSÃO VITALÍCIA PARA VIÚVAS DE EX-PREFEITOS	268		
6.22. NÃO É COMPATÍVEL COM A CF A NORMA QUE PERMITA A CONVOCAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS, SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO	269		
		7. DESAPROPRIAÇÃO	282
		7.1. SE A PARTE DESISTIR DA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO, COMO SERÃO CALCULADOS OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA?	282
		7.2. HÁ VIOLAÇÃO AOS LIMITES DAS MATÉRIAS QUE PODEM SER DISCUTIDAS EM AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO DIRETA QUANDO SE ADMITE O DEBATE – E ATÉ MESMO INDENIZAÇÃO – DE	

ÁREA DIFERENTE DA VERDADEIRAMENTE EXPROPRIADA, AINDA QUE VIZINHA.....	283
7.3. LEI 14.421/2022: ALTERAÇÃO NA LEI DE DESAPROPRIAÇÕES POR UTILIDADE PÚBLICA (DL 3.365/41).....	285
8. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	285
8.1. EM REGRA, A IMPOSIÇÃO DE SIGILO A PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES, INSTAURADOS POR AGÊNCIAS REGULADORAS CONTRA CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO, É INCOMPATÍVEL COM A CONSTITUIÇÃO.....	285
8.2. A MESMA AUTORIDADE QUE OFERECEU DENÚNCIA CRIMINAL CONTRA O SUSPEITO PODE ATUAR COMO JULGADORA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE APURA O MESMO FATO.....	287
8.3. SENDO ANULADAS PROVAS PRODUZIDAS NO PROCESSO CRIMINAL, ESTAS DEVERÃO SER EXCLUÍDAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, MAS ISSO NÃO CONTAMINA A LEGALIDADE DA UTILIZAÇÃO DE PROVAS PRODUZIDAS DE FORMA INDEPENDENTE PELA COMISSÃO DISCIPLINAR DE PAD.....	287
8.4. SÃO INADMISSÍVEIS, EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE QUALQUER ESPÉCIE, PROVAS CONSIDERADAS ILÍCITAS PELO PODER JUDICIÁRIO.....	288
8.5. A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO NÃO AFASTA A INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS SOBRE MULTA APLICADA POR AGÊNCIA REGULADORA (NO CASO, A ANS).....	290
9. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	291
9.1. É POSSÍVEL COBRAR UM VALOR DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO PELO FATO DE ELA ESTAR UTILIZANDO FAIXAS DE DOMÍNIO DE UMA RODOVIA?.....	291
9.2. NÃO É POSSÍVEL QUE CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA COBRE VALORES DE AUTARQUIA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO PELO FATO DE ELA ESTAR USANDO FAIXA DE DOMÍNIO DA VIA PÚBLICA.....	293
9.3. É CONSTITUCIONAL A TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO E DO CONTROLE SOCIETÁRIO DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, MEDIANTE ANUÊNCIA DO PODER CONCEDENTE PREVISTA NO ART. 27 DA LEI 8.987/95.....	295
9.4. NÃO SE EXIGE CONTRADITÓRIO PRÉVIO À DECRETAÇÃO DE INTERVENÇÃO EM CONTRATO DE CONCESSÃO COM CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO.....	297
9.5. NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, É VÁLIDA A CLÁUSULA QUE PREVÊ RENÚNCIA DO DIREITO AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA POR PARTE DE ADVOGADO CONTRATADO.....	298
9.6. A SUBSTITUIÇÃO DA CONTRAPRESTAÇÃO INICIALMENTE AJUSTADA NO CONTRATO DE CONCESSÃO, SEM ALTERAÇÃO DOS DEMAIS ENCARGOS E DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS ENTRE AS PARTES, OFENDE A ORDEM PÚBLICA ADMINISTRATIVA.....	299
9.7. É POSSÍVEL A FIXAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DE CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO – CVU COMO REQUISITO PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA EM LEILÃO PARA CONTRATAÇÃO DE POTÊNCIA ELÉTRICA E DE ENERGIA ASSOCIADA.....	300
10. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	301
10.1. COMPETÊNCIA PARA JULGAR AÇÃO DE IMPROBIDADE PROPOSTA POR MUNICÍPIO CONTRA EX-PREFEITO QUE NÃO PRESTOU CONTAS DE CONVÊNIO FEDERAL.....	301
10.2. O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL PODE SER CELEBRADO MESMO QUE A AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA JÁ ESTEJA EM FASE DE RECURSO.....	304
10.3. A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS SEM CONCURSO PÚBLICO, BASEADA EM LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, NÃO CONFIGURA ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	306
10.4. AS MUDANÇAS PROMOVIDAS PELA LEI 14.230/2021 NO ELEMENTO SUBJETIVO E NA PRESCRIÇÃO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA RETROAGEM?.....	308
10.5. PESSOA JURÍDICA INTERESSADA CONTINUA COM LEGITIMIDADE PARA PROPOR AÇÃO DE IMPROBIDADE E PARA CELEBRAR ACORDO; NÃO EXISTE OBRIGATORIEDADE DE A ASSESSORIA JURÍDICA FAZER A DEFESA DO AGENTE PÚBLICO ACUSADO DE IMPROBIDADE.....	320
11. TEMAS DIVERSOS.....	322
11.1. É ILLEGAL A IMPOSIÇÃO DE LIMITAÇÃO MÉTRICA AO FUNCIONAMENTO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS POR MEIO DE ATO REGULAMENTAR.....	322
11.2. É LEGÍTIMO O PODER DE POLÍCIA CONFERIDO À ANATEL PARA FISCALIZAR AS ATIVIDADES DE RADIODIFUSÃO.....	323
11.3. O INMETRO NÃO POSSUI COMPETÊNCIA EXCLUSIVA PARA FISCALIZAÇÃO QUANTITATIVA DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS.....	324

11.4.	O PERÍODO EM QUE O MILITAR FOI ALUNO EM CURSO PREPARATÓRIO DE OFICIAIS DA RESERVA É COMPUTADO EM 1 DIA DE TRABALHO A CADA 8 HORAS DE INSTRUÇÃO	325	RETIDO POR REALIZAR TRANSPORTE IRREGULAR DE PASSAGEIROS AO PAGAMENTO DE MULTA	339	
11.5.	O MILITAR DIAGNOSTICADO COMO PORTADOR DO VÍRUS HIV TEM DIREITO À REFORMA EX OFFICIO POR INCAPACIDADE DEFINITIVA?.....	325	11.16.	CASO FLAMENGO X BANCO CENTRAL	341
11.6.	É INCONSTITUCIONAL O ART. 3º DA LEI 13.109/2015, QUE FIXAVA PRAZOS DISTINTOS DE LICENÇA-MATERNIDADE E LICENÇA-ADOTANTE PARA INTEGRANTES DAS FORÇAS ARMADAS	327	11.17.	A REQUISICÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 15, XIII, DA LEI DO SUS, NÃO PODE RECAIR SOBRE BENS E/OU SERVIÇOS PÚBLICOS DE OUTRO ENTE FEDERATIVO.....	342
11.7.	A ALTERAÇÃO DA FORMA DE CÁLCULO DO AUXÍLIO-INVALIDEZ DEVIDO AOS SERVIDORES MILITARES NÃO VIOLA OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS, DESDE QUE O VALOR GLOBAL DA REMUNERAÇÃO NÃO SOFRA REDUÇÃO	330	11.18.	É CABÍVEL A AVALIAÇÃO PERICIAL PROVISÓRIA COMO CONDIÇÃO À IMISSÃO NA POSSE NAS AÇÕES REGIDAS PELO DL 3.365/41, QUANDO NÃO OBSERVADOS OS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 15, § 1º, DO REFERIDO DIPLOMA	344
11.8.	O RECEBIMENTO DE PENSÃO POR MORTE ESTATUTÁRIA NÃO AFASTA A QUALIDADE DE DEPENDENTE DA MÃE VIÚVA, NA FORMA DA REDAÇÃO ORIGINAL DO ART. 50, § 3º, “B”, DA LEI 6.880/80	331	11.19.	É POSSÍVEL A PRÁTICA DA ACUPUNTURA, QUIROPRAXIA, OSTEOPATIA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DO TRABALHO PELOS FISIOTERAPEUTAS E TERAPEUTAS OCUPACIONAIS ..	346
11.9.	O SENAI DEVE OFERTAR AS VAGAS REMANESCENTES DOS CURSOS TÉCNICOS/ ENSINO MÉDIO REGULAR OFERECIDOS NO ÂMBITO DO PRONATEC AOS ORIUNDOS DA EJA	332	11.20.	NÃO É NECESSÁRIA A PRESENÇA DE FARMACÊUTICO EM DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS EM PEQUENA UNIDADE HOSPITALAR.....	347
11.10.	A INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO EM REGRAS DE ELEVADA ESPECIFICIDADE TÉCNICA DO SETOR ELÉTRICO POR MEIO DE LIMINAR CONFIGURA GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICA.....	333	11.21.	A OAB ESTÁ SUBMETIDA AO DISPOSTO NO ART. 8º DA LEI 12.514/2011, APESAR DE SUA NATUREZA SUI GENERIS	348
11.11.	SE HOUE A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A PENA DE MULTA INTERPOSTA PELA ANP E ESTE FOI INDEFERIDO, QUAL SERÁ O TERMO INICIAL DA FLUÊNCIA DOS JUROS E DA MULTA MORATÓRIA?.....	335	11.22.	AO PODER JUDICIÁRIO NÃO CABE SE IMISCUIR NA DECISÃO ADMINISTRATIVA DA ANAC ACERCA DA REALOCAÇÃO DE SLOTS E HOTTRANS, MESMO QUE A EMPRESA AÉREA QUE PERDEU ESSE DIREITO ESTEJA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	349
11.12.	NÃO É POSSÍVEL A CONDENAÇÃO DE PREFEITO AO RESSARCIMENTO DE VALORES DESPENDIDOS COM A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI, MESMO QUE DEPOIS SE RECONHEÇA QUE ESSE PROJETO ERA ILEGAL E QUE FOI PRATICADO COM DESVIO DE FINALIDADE.....	336	11.23.	O ESPÓLIO POSSUI LEGITIMIDADE ATIVA PARA AJUIZAR AÇÃO POSTULANDO PELO PAGAMENTO DE REPARAÇÃO ECONÔMICA RETROATIVA À DATA DA CONCESSÃO DE ANISTIA POLÍTICA, NA HIPÓTESE EM QUE A DATA DO ÓBITO DO ANISTIADO É POSTERIOR A ESTA.....	350
11.13.	SE O CASO NÃO ENVOLVE CONCESSÃO INICIAL DE APOSENTADORIA, E SIM REVISÃO DE ATO ADMINISTRATIVO QUE ORIGINOU VANTAGEM SALARIAL, O PRAZO DECADENCIAL DE 5 ANOS COMEÇA A SER CONTADO DA PRÁTICA DO ATO	337	11.24.	A UNIÃO É PARTE LEGÍTIMA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DE AÇÃO EM QUE SE DISCUTE O INDEFERIMENTO DE BOLSA DO PROUNI	352
11.14.	CONSTITUI REQUISITO OBRIGATÓRIO PARA A RENOVAÇÃO DA CNH DO MOTORISTA DE TRANSPORTE COLETIVO ESCOLAR, A REALIZAÇÃO DO EXAME TOXICOLÓGICO DE LARGA JANELA DE DETECÇÃO.....	338	11.25.	A FAIXA NÃO EDIFICÁVEL ÀS MARGENS DE FERROVIA, PREVISTA NA LEI 6.766/79, SE INICIA AO FINAL DA FAIXA DE DOMÍNIO	353
11.15.	É ILEGÍTIMO O ATO DE AUTORIDADE QUE CONDICIONA A LIBERAÇÃO DE VEÍCULO		11.26.	O FATO GERADOR DO LAUDÊMIO É O REGISTRO DO IMÓVEL EM CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, QUE É O MOMENTO EM QUE OCORRE A TRANSFERÊNCIA DO DOMÍNIO ÚTIL DO ALUDIDO DIREITO REAL.....	354
			11.27.	A RATIFICAÇÃO DE REGISTROS DE TERRAS DE FRONTEIRA, PREVISTA NA LEI 13.178/2015, DEVE RESPEITAR A POLÍTICA AGRÍCOLA E O PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA	356
			11.28.	DECISÃO LIMINAR QUE DETERMINA A ANTECIPAÇÃO DA CONCLUSÃO DO CURSO DE	

MEDICINA, COM BASE NA LEI 14.040/20, NÃO ESTÁ SUJEITA À SUSPENSÃO DE LIMINAR.....	359
11.29. LEI 14.489/2022: LEI PADRE JÚLIO LANCELOTTI	360
11.30. LEI 14.478/2022: LEI DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ATIVOS VIRTUAIS.....	360

DIREITO ELEITORAL.....365

1. PARTIDOS POLÍTICOS 365

1.1. DECISÃO DO STF SOBRE A AUTONOMIA DOS PARTIDOS PARA A DURAÇÃO DOS MANDATOS DE SEUS DIRIGENTES E PARA A VIGÊNCIA DOS ÓRGÃOS PROVISÓRIOS DOS PARTIDOS (LEI 13.831/2019).....	365
--	-----

2. OUTROS TEMAS 368

2.1. AS FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS, INTRODUZIDAS NO ORDENAMENTO PELA LEI 14.208/2021, SÃO CONSTITUCIONAIS, NO ENTANTO, O PRAZO PARA A SUA CONSTITUIÇÃO DEVE SER O MESMO APLICÁVEL PARA A CRIAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	368
2.2. SÃO CONSTITUCIONAIS AS RESTRIÇÕES, PREVISTAS NA LEI 9.504/97, QUANTO À VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO IMPRESSOS E NA INTERNET.....	374
2.3. STF MANTÉM NOVA FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR DO FEFC IMPOSTA PELA LEI 14.192/2021.....	375
2.4. O FEFC É CONSTITUCIONAL.....	377
2.5. NÃO É PERMITIDO O REPASSE DE RECURSOS DO FEFC OU DO FUNDO PARTIDÁRIO A PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATOS NÃO PERTENCENTES À MESMA COLIGAÇÃO OU NÃO COLIGADOS.....	379
2.6. AS REGRAS DA LEI 14.356/2022, QUE PERMITEM O AUMENTO DE GASTOS COM PUBLICIDADE DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS EM ANO ELEITORAL, NÃO PODEM SER APLICADAS ANTES DO PLEITO 2022.....	381
2.7. O ART. 96-B NA LEI 9.504/97 É CONSTITUCIONAL; VALE RESSALTAR, NO ENTANTO, QUE A REGRA GERAL DO JULGAMENTO CONJUNTO DE AÇÕES SOBRE FATOS IDÊNTICOS PODE SER AFASTADA SE A SITUAÇÃO CONCRETA RECOMENDAR A SEPARAÇÃO DOS FEITOS.....	391
2.8. É CONSTITUCIONAL O PRAZO DE 15 DIAS PARA O AJUIZAMENTO DA REPRESENTAÇÃO DO ART. 30-A DA LEI DAS ELEIÇÕES.....	392

2.9. A RESOLUÇÃO QUE AMPLIOU OS PODERES DO TSE PARA O COMBATE ÀS FAKE NEWS (RESOLUÇÃO 23.714/2022) É CONSTITUCIONAL.....	393
2.10. NOVIDADES LEGISLATIVAS	394

DIREITO CIVIL 397

1. PARTE GERAL 397

1.1. O DIREITO AO ESQUECIMENTO NÃO JUSTIFICA A EXCLUSÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA.....	397
1.2. PODER JUDICIÁRIO PODE DETERMINAR QUE O GOOGLE DESVINCULE O NOME DE DETERMINADA PESSOA, SEM QUALQUER OUTRO TERMO EMPREGADO, COM FATO DESABONADOR A SEU RESPEITO DOS RESULTADOS DE PESQUISA.....	399
1.3. NÃO É CABÍVEL, SEM MOTIVAÇÃO IDÔNEA, A ALTERAÇÃO DO NOME DE MENOR PARA EXCLUSÃO DO AGNOME “FILHO” E INCLUSÃO DO SOBRENOME MATERNO.....	401
1.4. A DISCREPÂNCIA ENTRE A ASSINATURA ARTÍSTICA E O NOME REGISTRAL NÃO CONSUBSTANCIA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL E MOTIVO JUSTIFICADO À ALTERAÇÃO DA GRAFIA DO APELIDO DE FAMÍLIA	405
1.5. NÃO É POSSÍVEL ADICIONAR UM SOBRENOME APENAS PARA HOMENAGEAR A AVÓ; POR OUTRO LADO, É POSSÍVEL SIM ACRESCENTAR UM SOBRENOME PARA SE DIFERENCIAR DE UM HOMÔNIMO QUE RESPONDE A PROCESSO CRIMINAL.....	406
1.6. EMISSORA DE TV FOI CONDENADA A PAGAR INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DE UM FREQUENTADOR DA PRAIA DE NATURISMO TER SIDO FILMADO E EXIBIDO NO PROGRAMA DE HUMOR, COM CONOTAÇÃO PEJORATIVA.....	410
1.7. A COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO PODE LIMITAR, JUSTIFICADA E OBJETIVAMENTE, O INGRESSO DE MÉDICOS EM SEUS QUADROS.....	411
1.8. FICAM SUSPENSAS AS AÇÕES JUDICIAIS PROPOSTAS CONTRA COOPERATIVA QUE ESTEJA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL; ESTA SUSPENSÃO, CONTUDO, NÃO PODE SER SUPERIOR A 1 ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS 1 ANO	413
1.9. FUNDO DE INVESTIMENTO PODE SOFRER OS EFEITOS DA APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	415
1.10. SÓCIO DEVEDOR TEM LEGITIMIDADE E INTERESSE PARA IMPUGNAR	

DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	416
1.11. A INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO OCORRE SOMENTE UMA ÚNICA VEZ PARA A MESMA RELAÇÃO JURÍDICA, ISTO É, INDEPENDENTEMENTE DE SEU FUNDAMENTO	418
1.12. PRINCÍPIO DA UNICIDADE DA INTERRUPÇÃO PRESCRICIONAL	419
1.13. O ART. 200 DO CC/2002 ASSEGURA QUE O PRAZO PRESCRICIONAL NÃO COMEÇA A FLUIR ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL, INDEPENDENTEMENTE DO RESULTADO DA AÇÃO NA ESFERA CRIMINAL	421
1.14. PRAZO PRESCRICIONAL PARA RECEBER DE VOLTA VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS REFERENTES A TV POR ASSINATURA: 10 ANOS	421
1.15. A PROPOSITURA DA AÇÃO REVISIONAL PELO DEVEDOR INTERROMPE O PRAZO PRESCRICIONAL PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO EXECUTIVA	422
1.16. APLICA-SE A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DO DECRETO 20.910/1932 ÀS EMPRESAS ESTATAIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, NÃO DEDICADAS À EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA COM FINALIDADE LUCRATIVA E NATUREZA CONCORRENCIAL	424
1.17. SE O AUTOR ALEGA QUE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO LHE CAUSOU PREJUÍZOS PORQUE A OUTRA PARTE PRATICOU ILÍCITO CONCORRENCIAL, O PRAZO PRESCRICIONAL DE 3 ANOS SE INICIA COM A CELEBRAÇÃO DO AJUSTE.....	425
1.18. QUAL É O TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS AD EXITUM?.....	426
1.19. PODE SER VÁLIDA A ESTIPULAÇÃO QUE CONFIRA AO CREDOR A POSSIBILIDADE DE EXIGIR, “TÃO LOGO FOSSE DE SEU INTERESSE”, A TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DE IMÓVEL	428
1.20. O RECONHECIMENTO DE SIMULAÇÃO NA COMPRA E VENDA DE IMÓVEL EM DETRIMENTO DA PARTILHA DE BENS DO CASAL GERA NULIDADE DO NEGÓCIO E GARANTE O DIREITO À MEAÇÃO A EX-CÔNJUGE	429
1.21. LEI 14.382/2022: ALTERAÇÕES NO REGIME DO NOME CIVIL.....	431

2. BEM DE FAMÍLIA.....431

2.1. O BENEFÍCIO DA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA DEVE SER CONCEDIDO AINDA QUE O IMÓVEL TENHA SIDO ADQUIRIDO NO CURSO DA DEMANDA EXECUTIVA, SALVO NA HIPÓTESE DO ART. 4º DA LEI 8.009/90	431
--	-----

2.2. É IMPENHORÁVEL O BEM DE FAMÍLIA OFERECIDO COMO CAUÇÃO EM CONTRATO DE LOCAÇÃO COMERCIAL	431
2.3. O TERRENO CUJA UNIDADE HABITACIONAL ESTÁ EM FASE DE CONSTRUÇÃO, PARA FINS DE RESIDÊNCIA, ESTÁ PROTEGIDO PELA IMPENHORABILIDADE POR DÍVIDAS, POR SE CONSIDERAR ANTECIPADAMENTE BEM DE FAMÍLIA	433
2.4. ADMITE-SE A PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA PARA SALDAR O DÉBITO ORIGINADO DE CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL CELEBRADO PARA PROMOVER A CONSTRUÇÃO DO PRÓPRIO IMÓVEL.....	434
2.5. A PENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA PERTENCENTE A FIADOR DE CONTRATO DE LOCAÇÃO TAMBÉM SE APLICA NO CASO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL	436

3. OBRIGAÇÕES.....438

3.1. A PRESCRIÇÃO SOMENTE OBSTA A COMPENSAÇÃO SE FOR ANTERIOR AO MOMENTO DA COEXISTÊNCIA DAS DÍVIDAS.....	438
3.2. É CABÍVEL A CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS QUE INCIDEM SOBRE AS DIFERENÇAS DECORRENTES DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS RECONHECIDAS EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	439

4. RESPONSABILIDADE CIVIL440

4.1. PROVEDOR DE APLICAÇÃO DEVE REMOVER CONTEÚDO OFENSIVO A MENOR NA INTERNET, MESMO SEM ORDEM JUDICIAL	440
4.2. É DESCABIDO IMPUTAR AO BANCO RESPONSABILIDADE POR REPARAR DANOS MORAIS SUPOSTOS POR CLIENTES QUE TIVERAM SEUS NOMES CITADOS EM REPORTAGEM FEITA POR JORNAL QUE RELATAVA SUPOSTAS FRAUDES NA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	442
4.3. NÃO FOI CONCEDIDA INDENIZAÇÃO PARA INDIVÍDUO QUE FOI NARRADO COMO AGRESSOR EM UMA REPORTAGEM JORNALÍSTICA E QUE TEVE SUA FOTOGRAFIA DIVULGADA.....	442
4.4. NÃO FOI CONCEDIDA INDENIZAÇÃO CONTRA JORNAL QUE FEZ REPORTAGEM NA QUAL MENCIONOU A DECISÃO DA MAGISTRADA COMO SENDO UMA “ABERRAÇÃO JURÍDICA” E UM “DESCALABRO”.....	443
4.5. É IMPRESCINDÍVEL PERÍCIA TÉCNICA PARA QUANTIFICAR DANO MORAL, ANTE DIVULGAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE OBRA, RECONHECIDO EM TÍTULO EXECUTIVO EM QUE	

SE DETERMINA QUE SEJA CONSIDERADA A REPERCUSSÃO ECONÔMICA DO ILÍCITO	444
4.6. INCIDE A SÚMULA 326-STJ, NO CASO DE DISCREPÂNCIA ENTRE O VALOR INDICADO NO PEDIDO E O <i>QUANTUM</i> ARBITRADO NA CONDENÇÃO, NÃO HAVENDO O QUE FALAR EM SUCUMBÊNCIA DOS AUTORES DA DEMANDA.....	445
4.7. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE LULA CONTRA DELTAN DALLAGNOL (ENTREVISTA DO POWERPOINT)	445
4.8. MONTADORA CONVIDOU JORNALISTA PARA LANÇAMENTO DE SEU NOVO VEÍCULO; NO TRAJETO PARA O EVENTO, HOUVE UM ACIDENTE E O JORNALISTA FALECEU; A MONTADORA TEM RESPONSABILIDADE?.....	447
4.9. EM TESE, É POSSÍVEL QUE UM ADVOGADO SEJA RESPONSABILIZADO CASO COMETA ALGUM EXCESSO EM SUA MANIFESTAÇÃO PROFISSIONAL	448
4.10. TERCEIRO OFENSOR TAMBÉM ESTÁ SUJEITO À EFICÁCIA TRANSUBJETIVA DAS OBRIGAÇÕES.....	450
4.11. CRITÉRIOS QUE INDICAM A TENDÊNCIA DE ADOÇÃO EXCEPCIONAL DO VIÉS SUBJETIVO DA TEORIA DA <i>ACTIO NATA</i>	451
4.12. EM REGRA, O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO CONSTITUI REQUISITO ESSENCIAL PARA AFERIR A EXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR NA AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT.....	453
4.13. É POSSÍVEL O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO DPVAT EM CASO DE ACIDENTE DE TRABALHO ENVOLVENDO VEÍCULO AUTOMOTOR AGRÍCOLA?	455
4.14. PRÁTICA ATO ILÍCITO APTO À INDENIZAÇÃO, O LOCADOR QUE PROÍBE O FUNCIONAMENTO DE IMÓVEL COMERCIAL LOCADO, CUJO ACESSO É AUTÔNOMO E INDEPENDENTE, SOB A JUSTIFICATIVA DA COVID-19	457
4.15. ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS DANOS CAUSADOS ÀS VÍTIMAS NA SUPERFÍCIE EM RAZÃO DA QUEDA DO AVIÃO QUE TRANSPORTAVA EDUARDO CAMPOS	458
4.16. EM PARTIDA DE FUTEBOL, SE HOUVER TUMULTO CAUSADO POR ARTEFATOS EXPLOSIVOS JOGADOS CONTRA A TORCIDA VISITANTE, O TIME MANDANTE DEVE RESPONDER PELOS DANOS CAUSADOS AOS TORCEDORES	461
4.17. NA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE, A CHANCE SÓ É INDENIZÁVEL SE HOUVER A PROBABILIDADE QUE SERIA REALIZADA E A CERTEZA DE QUE A VANTAGEM PERDIDA RESULTOU EM PREJUÍZO.....	463

5. CONTRATOS..... 465

5.1. QUAL DEVE SER O VALOR DA INDENIZAÇÃO NA HIPÓTESE DE PERDIMENTO TOTAL DO BEM SEGURADO?.....	465
5.2. NO CASO DE PERDA TOTAL DO BEM SEGURADO, A INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVE CORRESPONDER AO VALOR MÁXIMO PREVISTO NA APÓLICE OU APENAS REPARAR OS PREJUÍZOS SUPOSTOS PELA SEGURADA?.....	467
5.3. A PRETENSÃO DO SEGURADO CONTRA O SEGURADOR ENVOLVENDO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL OU DO SEGURADOR CONTRA O SEGURADO PRESCREVE EM 1 ANO.....	468
5.4. A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL DE 1 ANO QUE O SEGURADO POSSUI PARA EXIGIR A INDENIZAÇÃO DA SEGURADORA SOMENTE SE INICIA NA DATA EM QUE O SEGURADO TOMA CIÊNCIA DE QUE A SEGURADORA SE RECUSOU A PAGAR	471
5.5. PRAZO PRESCRICIONAL PARA A SEGURADORA COBRAR DO SEGURADO PRÊMIOS INADIMPLIDOS NOS SEGUROS DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO TRANSPORTADOR RODOVIÁRIO DE CARGA (RCTR-C E RCF-DC).....	472
5.6. O SEGURO DE VIDA NÃO PODE SER INSTITUÍDO POR PESSOA CASADA EM BENEFÍCIO DE PARCEIRO EM RELAÇÃO CONCUBINÁRIA	474
5.7. NOS SEGUROS DE PESSOAS, É DEVIDA A INDENIZAÇÃO MESMO QUE O SINISTRO TENHA OCORRIDO POR CONTA DE INSANIDADE MENTAL, ALCOOLISMO OU USO DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS.....	475
5.8. A EMPRESA ESTIPULANTE DE CONTRATO DE SEGURO DE VIDA COLETIVO POSSUI LEGITIMIDADE ATIVA PARA COBRAR DA SEGURADORA CASO ESTA SE NEGUE A PAGAR A INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA?.....	476
5.9. A CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO FIRMADA ENTRE A AUTORA DO DANO E O SEGURADO NÃO É OPOSTÍVEL À SEGURADORA SUB-ROGADA EM AÇÃO REGRESSIVA NA QUAL PLEITEIA O RESSARCIMENTO DO VALOR PAGO AO SEGURADO	478
5.10. A PESSOA SEGURADA NÃO PODE AJUIZAR AÇÃO DE EXIGIR CONTAS CONTRA A SEGURADORA PARA OBTER ESCLARECIMENTOS SOBRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA A ELA PAGA.....	479
5.11. A TRANSPORTADORA QUE DESCUMPRIU SUA OBRIGAÇÃO CONTRATUAL DE CONSULTAR A PLATAFORMA DE TELERISCO AGRAVOU O RISCO DA OPERAÇÃO E, POR CONTA DISSO, NÃO TERÁ DIREITO À COBERTURA SECURITÁRIA	480

5.12.	A SEGURADORA NÃO PODE SER OBRIGADA A FORNECER OS ELEMENTOS COLETADOS NA INVESTIGAÇÃO DO SINISTRO (REGULAÇÃO DE SINISTRO).....	481	SE HOUVER ANTERIOR CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO SUPOSTO PREJUDICADO.....	499	
5.13.	QUAL SERÁ O TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA RELATIVOS ÀS DIFERENÇAS DOS ALUGUÉIS VENCIDOS?	483	5.24.	A CONDIÇÃO RESOLUTIVA DE DOAÇÃO VERBAL ESTABELECIDADA ENTRE PAI E FILHO E DESCONHECIDA POR TERCEIROS NÃO PRODUZ EFEITOS JURÍDICOS CONTRA ESTES	501
5.14.	TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE AS DIFERENÇAS ENTRE OS VALORES DO ALUGUEL ESTABELECIDO NO CONTRATO E AQUELE FIXADO NA AÇÃO RENOVATÓRIA.....	485	5.25.	CRITÉRIOS JURISPRUDENCIAIS PARA ANALISAR A POSSIBILIDADE DE CANCELAMENTO DAS CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE E IMPENHORABILIDADE INSTITUÍDA PELOS DOADORES.....	502
5.15.	PRAZO PRESCRICIONAL PARA PEDIR A RESTITUIÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA EM CONTRATO DE LOCAÇÃO: 3 ANOS.....	488	5.26.	CASO CAMPARI.....	504
5.16.	O IMÓVEL DADO EM CAUÇÃO EM CONTRATO DE LOCAÇÃO COMERCIAL QUE PERTENCE A DETERMINADA SOCIEDADE EMPRESÁRIA E É UTILIZADO COMO MORADIA POR UM DOS SÓCIOS RECEBE A PROTEÇÃO DA IMPENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA.....	489	5.27.	EXCETO NO REGIME DE SEPARAÇÃO ABSOLUTA DE BENS, A FIANÇA PRESTADA SEM OUTORGA CONJUGAL CONDUZ À NULIDADE DO CONTRATO MESMO QUE O INDIVÍDUO TENHA PRESTADO A FIANÇA NA CONDIÇÃO DE EMPRESÁRIO.....	505
5.17.	O PRAZO MÁXIMO DA RENOVAÇÃO COMPULSÓRIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO COMERCIAL SERÁ DE 5 ANOS, AINDA QUE A VIGÊNCIA DA AVENÇA LOCATÍCIA SUPERE ESSE PERÍODO	490	5.28.	SÚMULA 656 DO STJ.....	506
5.18.	É CABÍVEL REVISÃO JUDICIAL DE CONTRATO DE LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL – EMPRESA DE COWORKING – COM REDUÇÃO PROPORCIONAL DO VALOR DOS ALUGUÉIS EM RAZÃO DE FATO SUPERVENIENTE DECORRENTE DA PANDEMIA DA COVID-19.....	492	5.29.	CESSADO O COMODATO, O CONDÔMINO PRIVADO DA POSSE DO IMÓVEL TEM DIREITO AO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO EQUIVALENTE AOS ALUGUÉIS PROPORCIONAIS AO SEU QUINHÃO, DOS PROPRIETÁRIOS QUE PERMANECERAM NA POSSE EXCLUSIVA DO BEM.....	508
5.19.	A AÇÃO ADEQUADA PARA REAVER O IMÓVEL EM CASOS DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL LOCADO É A AÇÃO DE DESPEJO, NÃO SERVINDO PARA ESSE PROPÓSITO A AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE....	493	5.30.	EM CONTRATO DE MÚTUO VINCULADO AO SFH, O TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL DA PRETENSÃO DE COBRANÇA DE PARCELAS VENCIDAS É A DATA DE VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA.....	509
5.20.	O ART. 54, § 2º, DA LEI 8.245/91, AFIRMA QUE O LOCATÁRIO PODE EXIGIR EXTRAJUDICIALMENTE DO SHOPPING PRESTAÇÃO DE CONTAS A CADA 60 DIAS.....	494	5.31.	O CONTROLE JUDICIAL SOBRE EVENTUAIS CLÁUSULAS ABUSIVAS EM CONTRATOS EMPRESARIAIS É MAIS RESTRITO DO QUE EM OUTROS SETORES DO DIREITO PRIVADO	510
5.21.	A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL, DEVIDO À OCORRÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 32 DA LEI Nº 9.307/96, POSSUI PRAZO DECADENCIAL DE 90 DIAS	495	5.32.	OS HONORÁRIOS CONTRATUAIS AD EXITUM SOMENTE PODEM SER EXIGIDOS COM O TRÂNSITO EM JULGADO, MOMENTO EM QUE SE CONSTATA O EFETIVO ÊXITO NA DEMANDA.....	511
5.22.	QUANDO HOUVER CLÁUSULA ARBITRAL, EM REGRA, SUBMETE-SE AO TRIBUNAL ARBITRAL QUALQUER QUESTÃO QUE ENVOLVA A EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	497	6. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.....		513
5.23.	NA AÇÃO DE NULIDADE DE DOAÇÃO INOFICIOSA, O PRAZO PRESCRICIONAL É CONTADO A PARTIR DO REGISTRO DO ATO JURÍDICO QUE SE PRETENDE ANULAR, SALVO		6.1.	O CREDOR FIDUCIÁRIO DE BEM IMÓVEL QUE TEM UM TÍTULO EXECUTIVO EM SEU FAVOR PODE OPTAR POR PROPOR A EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DA LEI 9.514/97 OU AJUIZAR AÇÃO DE EXECUÇÃO.....	513
			6.2.	SE O CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL NÃO FOI LEVADO A REGISTRO, APESAR DE NELE CONSTAR CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, ESSA GARANTIA NÃO SE CONSTITUIU..	514
			6.3.	SE O CONTRATO PREVIA O PAGAMENTO DE PERCENTUAL SOBRE A VENDA DO IMÓVEL E ESSE IMÓVEL FOI OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA NÃO PAGA, QUAL SERÁ O TERMO INICIAL DO PRAZO	

PRESCRICIONAL PARA A COBRANÇA DO PERCENTUAL?	516
6.4. EM CASO DE INADIMPLENTO DO DEVEDOR NA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS IMÓVEIS, SE CUMPRIDOS OS REQUISITOS LEGAIS, A RESOLUÇÃO DO CONTRATO NÃO SE DARÁ NA FORMA DO ART. 53 DO CDC.....	517
7. PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	519
7.1. É LÍCITA A DIVULGAÇÃO DE PARÓDIA SEM A INDICAÇÃO DO AUTOR DA OBRA ORIGINÁRIA	519
7.2. É LEGAL A CLÁUSULA CONTRATUAL QUE CONFERE À GRAVADORA A PROPRIEDADE DOS MASTERS DE OBRA MUSICAL	521
8. DIREITOS REAIS	522
8.1. O PROMITENTE COMPRADOR TEM DIREITO DE VOTAR NA ASSEMBLEIA, DESDE QUE JÁ ESTEJA NA POSSE DIRETA DO IMÓVEL E O CONDOMÍNIO TENHA SIDO COMUNICADO DA PROMESSA DE COMPRA E VENDA	522
8.2. NÃO CABE O ARBITRAMENTO DE ALUGUEL EM DESFAVOR DA COPROPRIETÁRIA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, QUE, EM RAZÃO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA DECRETADA JUDICIALMENTE, DETÉM O GOZO EXCLUSIVO DO IMÓVEL DE COTITULARIDADE DO AGRESSOR.....	524
8.3. O DEVER DE PAGAR ALUGUEL AO OUTRO COPROPRIETÁRIO PELO USO EXCLUSIVO DO BEM COMUM CONFIGURA-SE COMO OBRIGAÇÃO <i>PROPTER REM</i> E ENQUADRA-SE NA EXCEÇÃO PREVISTA NO INCISO IV DO ART. 3º DA LEI 8.009/90	525
8.4. O ADQUIRENTE DE IMÓVEL DEVE PAGAR AS TAXAS CONDOMINIAIS DESDE O RECEBIMENTO DAS CHAVES OU, EM CASO DE RECUSA ILEGÍTIMA, A PARTIR DO MOMENTO NO QUAL AS CHAVES ESTAVAM À SUA DISPOSIÇÃO	526
8.5. MORADOR QUE NÃO É ASSOCIADO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NEM ANUIU EXPRESSAMENTE COM A COBRANÇA NÃO PODE SER OBRIGADO A PAGAR TAXA DE MANUTENÇÃO DE LOTEAMENTO FECHADO	527
8.6. O INDIVÍDUO BENEFICIADO COM UM IMÓVEL DO PAR (ARRENDATÁRIO DO IMÓVEL) PODE CEDER ESSE DIREITO PARA OUTRA PESSOA?	532
8.7. PROMOVIDO O LEILÃO DO BEM PELO CREDOR HIPOTECÁRIO, A PERMANÊNCIA DO MUTUÁRIO NO IMÓVEL CARACTERIZA POSSE DE MÁ-FÉ	533
8.8. NA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO EXIGE-SE A CITAÇÃO DE TODOS OS QUE EXERCEM A POSSE SIMULTÂNEA DO IMÓVEL, CONSIDERANDO QUE SÃO LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS.....	534
8.9. O STF AUTORIZOU O RETORNO DAS DESOCUPAÇÕES E DESPEJOS – QUE ESTAVAM SUSPENSAS DESDE JUNHO/2021 – DETERMINANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE UM REGIME DE TRANSIÇÃO.....	535
8.10. NÃO É CABÍVEL A ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA DE IMÓVEL PELOS PROMITENTES COMPRADORES DE UNIDADES AUTÔNOMAS ADQUIRIDAS DE INCORPORADORA NÃO TITULAR DO DOMÍNIO DO TERRENO E SEM O REGISTRO DO MEMORIAL.....	537
8.11. NÃO É LÍCITA A UTILIZAÇÃO DE ÍNDICE SETORIAL DE REAJUSTE (SINDUSCON) EM CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL COM OBRA JÁ FINALIZADA, POIS REFLETE OS CUSTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E COMO TAL SÓ É VÁLIDO PARA O PERÍODO DA EDIFICAÇÃO.....	539
8.12. A AÇÃO DEMARCATÓRIA É A VIA ADEQUADA PARA DIRIMIR A DISCREPÂNCIA ENTRE A REALIDADE FÁTICA DOS MARCOS DIVISÓRIOS E O CONSTANTE NO REGISTRO IMOBILIÁRIO.....	540
8.13. A EXISTÊNCIA DE BEM PÚBLICO NÃO DEMARCADO EM CONDOMÍNIO <i>PRO INDIVISO</i> COM PARTICULARES NÃO IMPEDE AÇÃO DE USUCAPIÃO PARCIAL.....	541
8.14. O FATO DE OS POSSUIDORES SEREM PROPRIETÁRIOS DE METADE DO IMÓVEL USUCAPIENDO NÃO FAZ INCIDIR A VEDAÇÃO DE NÃO POSSUIR “OUTRO IMÓVEL” URBANO, CONTIDA NO ART. 1.240 DO CÓDIGO CIVIL.....	543
8.15. LEI 14.309/2022: REUNIÕES VIRTUAIS EM CONDOMÍNIOS EDILÍCIOS	547
8.16. LEI 14.405/2022: NOVO QUÓRUM PARA APROVAÇÃO DA MUDANÇA DA DESTINAÇÃO DO EDIFÍCIO.....	548
9. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL	548
9.1. É POSSÍVEL QUE OS NUBENTES/COMPANHEIROS, POR MEIO DE PACTO ANTENUPCIAL, AMPLIEM O REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA E PROÍBAM ATÉ MESMO A COMUNHÃO DOS BENS ADQUIRIDOS COM O ESFORÇO COMUM, AFASTANDO A SÚMULA 377 DO STF.....	548
9.2. SÚMULA 655 DO STJ.....	550
9.3. NAS HIPÓTESES EM QUE ENCERRADA A CONVIVÊNCIA <i>MORE UXORIO</i> , MAS AINDA NÃO DECRETADO O DIVÓRCIO, O BEM GRAVADO COM CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE TEMPORÁRIA NÃO INTEGRA O PATRIMÔNIO PARTILHÁVEL.....	553
9.4. OS VALORES DEPOSITADOS EM PLANOS ABERTOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DURANTE	

A VIDA EM COMUM DO CASAL, INTEGRAM O PATRIMÔNIO COMUM E DEVEM SER PARTILHADOS 555

9.5. A ATRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS PROBATÓRIO ACERCA DA REALIZAÇÃO DE BENFEITORIAS EM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO CÔNJUGE VARÃO, OBJETO DE EVENTUAL PARTILHA EM AÇÃO DE DIVÓRCIO, PODE AFASTAR A PRESUNÇÃO DO ART. 1.253 DO CC..... 557

9.6. SOB A ÉGIDE DO CPC/1973, INEXISTE INCOMPATIBILIDADE LÓGICA ENTRE O ACORDO EFETUADO QUANTO À PRETENSÃO PRINCIPAL DE SEPARAÇÃO CONJUGAL E O PROSSEGUIMENTO DO FEITO QUANTO ÀS PRETENSÕES CONEXAS 558

9.7. PARA FORMALIZAÇÃO DO CASAMENTO NUNCUPATIVO, É ADMISSÍVEL A FLEXIBILIZAÇÃO DO PRAZO DE 10 DIAS PARA AS TESTEMUNHAS COMPARECEREM PERANTE A AUTORIDADE JUDICIAL..... 559

9.8. CASAL SE DIVORCIOU E NÃO FEZ A PARTILHA DOS BENS; EX-MULHER FICOU MORANDO NO IMÓVEL COMUM DURANTE ANOS SEM OPOSIÇÃO DO EX-MARIDO; A EX-MULHER PODERÁ ADQUIRIR ESSA OUTRA METADE POR USUCAPIÃO? 560

10. PARENTESCO E PROTEÇÃO DOS FILHOS....561

10.1. INDEPENDENTEMENTE DO DESFECHO DA AÇÃO ANULATÓRIA DE REGISTRO CIVIL, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PEDIDO INVESTIGATÓRIO DE PATERNIDADE..... 561

10.2. SE OS PARENTES VIVOS DO INVESTIGADO SE RECUSARAM A FAZER DNA E O JUIZ ENTENDEU QUE OS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA NÃO ERAM SUFICIENTES, É LÍCITO O DEFERIMENTO DA EXUMAÇÃO..... 562

10.3. É JURIDICAMENTE POSSÍVEL O RECONHECIMENTO DE PARENTESCO SOCIOAFETIVO ENTRE IRMÃOS ("IRMÃOS DE CRIAÇÃO"), MESMO APÓS A MORTE DE UM DELES E AINDA QUE NÃO SE TENHA BUSCADO O RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA.. 564

10.4. LEI 14.340/2022: MODIFICOU PROCEDIMENTOS RELATIVOS À ALIENAÇÃO PARENTAL 565

11. ALIMENTOS 565

11.1. A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS PODE SER EXCEPCIONALMENTE AFASTADA, QUANDO A TÉCNICA DE COERÇÃO NÃO SE

MOSTRAR A MAIS ADEQUADA E EFICAZ PARA OBRIGÁ-LO A CUMPRIR SUAS OBRIGAÇÕES..... 565

11.2. É POSSÍVEL CUMULAR PEDIDOS DE PRISÃO E DE PENHORA NA MESMA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS..... 566

11.3. OS ADVOGADOS TÊM O DIREITO DE, CASO SEJAM PRESOS, FICAREM RECOLHIDOS EM SALA DE ESTADO MAIOR (ART. 7º, V, DO ESTATUTO DA OAB); ESSA REGRA NÃO SE APLICA PARA OS CASOS DE PRISÃO CIVIL 569

11.4. O INADIMPLEMENTO DOS ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS NÃO AUTORIZA A PRISÃO CIVIL POR DÍVIDA..... 571

12. SUCESSÕES 572

12.1. O HERDEIRO QUE SEJA AUTOR, COAUTOR OU PARTÍCIPE DE ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO HOMICÍDIO DOLOSO PRATICADO CONTRA OS ASCENDENTES FICA EXCLUÍDO DA SUCESSÃO..... 572

12.2. TEM DIREITO AO RECEBIMENTO DE ALUGUÉIS A PARTE QUE, SEM VÍNCULO DE PARENTALIDADE COM A CÔNJUGE SUPÉRSTITE, POSSUÍA IMÓVEL EM COPROPRIEDADE COM O DE CUJUS..... 576

12.3. O PRONUNCIAMENTO DO JUIZ QUE DEFERE OU NEGA A HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NO INVENTÁRIO É UMA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA CONTRA A QUAL CABE AGRAVO DE INSTRUMENTO.... 577

12.4. HAVENDO CONFLITO DE INTERESSES ENTRE OS HERDEIROS, AS DESPESAS DE VERBA HONORÁRIA DO ADVOGADO CONSTITUÍDO PELO INVENTARIANTE NÃO DEVEM SER SUPOSTADAS PELO ESPÓLIO 578

12.5. O PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROPOR AÇÃO DE PETIÇÃO DE HERANÇA CONTA-SE DA ABERTURA DA SUCESSÃO..... 578

12.6. EM REGRA, SOMENTE APÓS A INTERPELAÇÃO DO HERDEIRO SOBRE A EXISTÊNCIA DE BENS SONEGADOS É QUE A RECUSA OU OMISSÃO CONFIGURA PROVA SUFICIENTE PARA AUTORIZAR A INCIDÊNCIA DA PENA DE SONEGADOS..... 580

13. DA TUTELA, DA CURATELA E DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA..... 581

13.1. DEVE-SE DEMONSTRAR O EFETIVO PREJUÍZO PARA COMPROVAR A NULIDADE PROCESSUAL PELA FALTA DE INTIMAÇÃO PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA QUE RECONDUZIU ANTERIOR CURADOR..... 581

DIREITO DO CONSUMIDOR.....585**1. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO..... 585**

- 1.1. A INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA POR FATO DO PRODUTO ENTRE OS FORNECEDORES DA CADEIA DE CONSUMO IMPEDE A EXTENSÃO DO ACORDO FEITO POR UM RÉU EM BENEFÍCIO DO OUTRO585
- 1.2. SE OCORREU UM ACIDENTE EM UM ESPETÁCULO ARTÍSTICO, A PATROCINADORA DESSE EVENTO PODE SER RESPONSABILIZADA?587
- 1.3. O MÉDICO É CIVILMENTE RESPONSÁVEL POR FALHA NO DEVER DE INFORMAÇÃO ACERCA DOS RISCOS DE MORTE EM CIRURGIA..... 588
- 1.4. A SOCIEDADE EMPRESÁRIA QUE COMERCIALIZA INGRESSOS NO SISTEMA ON-LINE RESPONDE CIVILMENTE PELA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO..... 589
- 1.5. A QUEDA DE PASSAGEIRO EM VIA FÉRREA DE METRÔ, POR DECORRÊNCIA DE MAL SÚBITO, NÃO ENSEJA O DEVER DE REPARAR OS DANOS MESMO QUE A CONCESSIONÁRIA NÃO ADOTE TECNOLOGIA MODERNA (PORTAS DE PLATAFORMA).....590

2. RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO.....593

- 2.1. EM CASO DE VÍCIO NO VEÍCULO COMPRADO, O BANCO NO QUAL FOI REALIZADO O FINANCIAMENTO TERÁ RESPONSABILIDADE CIVIL E O CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL PODERÁ SER RESCINDIDO?.....593

3. PLANO DE SAÚDE 595

- 3.1. APÓS O PRAZO DE 30 DIAS DO NASCIMENTO, O NEONATO SUBMETIDO A TRATAMENTO TERAPÊUTICO E NÃO INSCRITO NO PLANO DE SAÚDE DEVE SER CONSIDERADO USUÁRIO POR EQUIPARAÇÃO.....595
- 3.2. É ILEGAL A COBRANÇA, PELO PLANO DE SAÚDE, DE COPARTICIPAÇÃO EM FORMA DE PERCENTUAL NO CASO DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR NÃO ALUSIVA A TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO..... 596
- 3.3. SE FOR UMA SITUAÇÃO DE URGÊNCIA, O PLANO DE SAÚDE É OBRIGADO A CUSTEAR O PARTO MESMO QUE, NO CASO CONCRETO, O PLANO DA MÃE NÃO INCLUA SERVIÇOS DE OBSTETRÍCIA.....599
- 3.4. USUÁRIO DO PLANO DE SAÚDE FEZ O PROCEDIMENTO EM UM HOSPITAL NÃO CREDENCIADO; O RESSARCIMENTO DOS GASTOS EFETUADOS PELO USUÁRIO

OCORRERÁ SEGUNDO O PREÇO DE TABELA PREVISTO PELO PLANO DE SAÚDE.....600

- 3.5. APESAR DE O TEMA 952/STJ TER SIDO FIRMADO PARA OS PLANOS INDIVIDUAIS E FAMILIARES, ELE TAMBÉM SE APLICA PARA OS PLANOS COLETIVOS601
- 3.6. É POSSÍVEL O CANCELAMENTO UNILATERAL – POR INICIATIVA DA OPERADORA – DE CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO ENQUANTO PENDENTE TRATAMENTO MÉDICO DE USUÁRIO ACOMETIDO DE DOENÇA GRAVE? 602
- 3.7. O ROL DE PROCEDIMENTOS E EVENTOS DA ANS É MERAMENTE EXPLICATIVO OU TAXATIVO?..... 605
- 3.8. SÃO CONSTITUCIONAIS OS PRAZOS PARA ATUALIZAÇÃO DO ROL DE PROCEDIMENTOS DA ANS E OS CRITÉRIOS CONSIDERADOS PARA ESSA ATUALIZAÇÃO; ALÉM DISSO, TAMBÉM É CONSTITUCIONAL A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DO ROL607
- 3.9. EXCLUSÃO UNILATERAL DE USUÁRIO QUE, NA CONDIÇÃO DE EX-EMPREGADO, FOI MANTIDO NO PLANO DE SAÚDE POR FORÇA DE DOCUMENTO ESCRITO QUE LHE ASSEGUROU O DIREITO DE PERMANECER NO PLANO POR TEMPO INDETERMINADO.....611
- 3.10. RESCISÃO DE PLANO DE SAÚDE NA PANDEMIA APÓS QUITAÇÃO DE PARCELAS ATRASADAS FOI ABUSIVA 612

4. PRÁTICAS COMERCIAIS..... 613

- 4.1. O LIMITE DE DESCONTO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NÃO SE APLICA AOS CONTRATOS DE MÚTUO BANCÁRIO EM QUE O CLIENTE AUTORIZA O DÉBITO DAS PRESTAÇÕES EM CONTA-CORRENTE 613
- 4.2. A DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DE TARIFAS BANCÁRIAS EM AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE, FAZ COISA JULGADA EM RELAÇÃO AO PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS INCIDENTES SOBRE AS TARIFAS..... 616
- 4.3. A EMPRESA AÉREA QUE DISPONIBILIZAR A OPÇÃO DE RESGATE DE PASSAGENS AÉREAS COM PONTOS PELA INTERNET É OBRIGADA A ASSEGURAR QUE O CANCELAMENTO OU REEMBOLSO DESTAS SEJA SOLICITADO PELO MESMO MEIO 617
- 4.4. NÃO É ABUSIVA A CLÁUSULA CONSTANTE DE PROGRAMA DE FIDELIDADE QUE IMPEDE A TRANSFERÊNCIA DE PONTOS/BÔNUS DE MILHAGEM AÉREA AOS SUCESSORES DO CLIENTE TITULAR NO CASO DE SEU FALECIMENTO618

5. OUTROS TEMAS..... 620

- 5.1. O SEGURO CONTRATADO POR PESSOA JURÍDICA PARA PROTEÇÃO DO SEU

	PATRIMÔNIO ESTÁ SUBMETIDO ÀS REGRAS PROTETIVAS DO CDC.....	620
5.2.	NÃO TEM LEGITIMIDADE ATIVA PARA PROPOR AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS A MÃE DE PESSOA IMPOSSIBILITADA DE USAR CARTÃO DE CRÉDITO EM VIAGEM INTERNACIONAL.....	620
5.3.	NÃO HÁ RELAÇÃO DE CONSUMO EM CONTRATO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE CONSELHEIROS, DIRETORES E ADMINISTRADORES DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA (SEGURO RC D&O).....	621
5.4.	A RELAÇÃO JURÍDICA ESTABELECIDADA NO CONTRATO DE CORRETAGEM É DIVERSA DAQUELA FIRMADA ENTRE O PROMITENTE COMPRADOR E O PROMITENTE VENDEDOR DO IMÓVEL.....	623
5.5.	NOS CONTRATOS FIRMADOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.786/2018, É INDEVIDA A INTERVENÇÃO JUDICIAL PARA VEDAR O ABATIMENTO DAS DESPESAS DE CORRETAGEM, DESDE QUE ESTEJA ESPECIFICADA NO CONTRATO, INCLUSIVE NO QUADRO-RESUMO.....	625
5.6.	BANCO QUE TEM MUITOS CAIXAS ELETRÔNICOS INOPERANTES, COM FALTA DE NUMERÁRIO NOS CAIXAS E MUITO TEMPO DE ESPERA NAS FILAS É CONDENADO A PAGAR INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS.....	627
5.7.	A PREVISÃO DE SOLIDARIEDADE PREVISTA NO ART. 25, §1º, DO CDC, DEVE SER INTERPRETADA RESTRITIVAMENTE.....	628
5.8.	A PROMESSA, REITERADA PERIODICAMENTE, ACERCA DO VALOR DA PRESTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVE SER HONRADA PERANTE O CONSUMIDOR QUE NÃO FOI COMPROVADA E OPORTUNAMENTE AVISADO DO ALEGADO ERRO DE CÁLCULO.....	628
5.9.	CONSTITUI DEVER DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO A INFORMAÇÃO CLARA E TRANSPARENTE ACERCA DO CURSO OFERTADO, ORIENTANDO E ADVERTINDO SEUS ALUNOS ACERCA DA SEPARAÇÃO ENTRE BACHARELADO E LICENCIATURA.....	629
5.10.	A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DE EXTRAVIO DE MERCADORIA IMPORTADA OBJETO DE CONTRATO DE TRANSPORTE CELEBRADO ENTRE A IMPORTADORA E A COMPANHIA AÉREA SE ENCONTRA DISCIPLINADA PELA CONVENÇÃO DE MONTREAL.....	631
5.11.	CONSUMIDOR NÃO PODE INVOCAR O DIREITO SUBJETIVO DA REVISÃO CONTRATUAL DIANTE DOS EFEITOS ADVINDOS DA PANDEMIA DA COVID-19, COMO FUNDAMENTO PARA AUTORIZAR A REDUÇÃO PROPORCIONAL DO VALOR DAS MENSALIDADES.....	633

5.12.	O § 5º DO ART. 28 DO CDC NÃO DÁ MARGEM PARA ADMITIR A RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DE QUEM NÃO INTEGRA O QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA, AINDA QUE NELA ATUE COMO GESTOR.....	635
-------	--	-----

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL..... 639

1. REGIME JURÍDICO..... 639

1.1.	A REMUNERAÇÃO DO INTERVENTOR DE CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, COM BASE NO ART. 36, §§ 2º E 3º, DA LEI 8.935/94, NÃO SE SUBMETE AO TETO PREVISTO NO ART. 37, XI, DA CONSTITUIÇÃO.....	639
------	---	-----

2. TEMAS DIVERSOS..... 640

2.1.	O PROCEDIMENTO DE DÚVIDA SUSCITADO POR REGISTRADOR IMOBILIÁRIO SERÁ JULGADO PELA JUSTIÇA FEDERAL CASO ENVOLVA BENS DE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL.....	640
2.2.	CANDIDATOS QUE INGRESSARAM NAS ATIVIDADES REGISTRAS E NOTARIAS EM CONCURSO DE NATUREZA ESPECÍFICA (REGISTRO DE IMÓVEIS E REGISTROS PÚBLICOS) PODEM CONCORRER, NA REMOÇÃO, A VAGAS DE SERVENTIAS MISTAS.....	640
2.3.	TITULARES DE SERVENTIAS NOTARIAIS E REGISTRAS NÃO PAGAM SALÁRIO-EDUCAÇÃO.....	641

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 643

1. ADOÇÃO..... 643

1.1.	O RISCO REAL DE CONTAMINAÇÃO PELA COVID-19 EM CASA DE ABRIGO JUSTIFICA A MANUTENÇÃO DE CRIANÇA DE TENRA IDADE COM A FAMÍLIA SUBSTITUTA.....	643
1.2.	A MÃE PODE ADOTAR A SUA FILHA BIOLÓGICA QUE HAVIA SIDO ADOTADA QUANDO CRIANÇA POR UM CASAL.....	644

2. TEMAS DIVERSOS..... 646

2.1.	COMPETE À JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE PROCESSAR E JULGAR CAUSAS ENVOLVENDO REFORMAS DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	646
2.2.	NA EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA, O PERÍODO DE TRATAMENTO MÉDICO DEVE SER CONTABILIZADO NO PRAZO DE 3 ANOS PARA A DURAÇÃO MÁXIMA DA MEDIDA DE	

	INTERNAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 121, § 3º, DO ECA	646
2.3.	A GRAVIDADE DO ATO INFRACIONAL COMETIDO, DISSOCIADA DE ELEMENTOS CONCRETOS COLHIDOS NO CURSO DA EXECUÇÃO, NÃO É FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA, POR SI, JUSTIFICAR A MANUTENÇÃO DE ADOLESCENTE EM INTERNAÇÃO	648
2.4.	EM PROCESSO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL, É INADMISSÍVEL AÇÃO RESCISÓRIA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO VISANDO A DESCONSTITUIÇÃO DE COISA JULGADA ABSOLUTÓRIA	649
2.5.	O JUIZ PODE APLICAR A MULTA DO ART. 249 DO ECA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL DE TRÊS SALÁRIOS-MÍNIMOS	650

DIREITO EMPRESARIAL.....653

1. PROPRIEDADE INDUSTRIAL..... 653

1.1.	O MARCO INICIAL E O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTOS NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 40 DA LPI NÃO SÃO APLICÁVEIS ÀS PATENTES DEPOSITADAS NA FORMA ESTIPULADA PELO ART. 229, PARÁGRAFO ÚNICO, DESSA MESMA LEI (PATENTES MAILBOX)	653
1.2.	A UTILIZAÇÃO, POR TERCEIROS, DE MARCAS REGISTRADAS, COMO PALAVRAS-CHAVE EM LINKS PATROCINADOS, COM INDISCUTÍVEL DESVIO DE CLIENTELA, CARACTERIZA ATO DE CONCORRÊNCIA DESLEAL	655
1.3.	CASO NEUTROX X TRATEX	657
1.4.	VOCÁBULOS GENÉRICOS, DE USO COMUM, BEM COMO AS CORES, EXCETO SE COMBINADAS DE MODO PECULIAR E DISTINTIVO, NÃO SÃO REGISTRÁVEIS COMO MARCA	660
1.5.	É POSSÍVEL O USO DA EXPRESSÃO “PARAOLÍMPICO” POR INSTITUTO COM ATIVIDADES VOLTADAS À INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E AO INCENTIVO ÀS PRÁTICAS ESPORTIVAS, QUANDO AUSENTES FINS COMERCIAIS	661
1.6.	LEI DE DIREITOS AUTORAIS NÃO SE APLICA À CRIAÇÃO DE FORMATO GRÁFICO PARA BUSCAS NA INTERNET	663

2. CONTRATOS EMPRESARIAIS..... 664

2.1.	A VARIAÇÃO DOS CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS INTERBANCÁRIOS – CDI PODE SER UTILIZADA COMO ENCARGO FINANCEIRO EM CONTRATOS BANCÁRIOS	664
------	--	-----

2.2.	SE O CONTRATO DE FRANQUIA POSSUI CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE DO FRANQUEADO, SEM LIMITAR SEU ALCANCE, DEVE-SE ENTENDER QUE ENGLOBALA TAMBÉM AS LOCAÇÕES REALIZADAS NA MODALIDADE “CORPORATE FLEET” (TERCEIRIZAÇÃO DE FROTA) ...	666
2.3.	EMPRESA DE FACTORING PODE EMPRESTAR DINHEIRO A JUROS (MÚTUO FENERATÍCIO), MAS OS JUROS COBRADOS NÃO PODEM ULTRAPASSAR 12% AO ANO, PERMITIDA APENAS CAPITALIZAÇÃO ANUAL	667
2.4.	O CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL É TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL APTO A INSTRUMENTALIZAR A AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA	669
2.5.	NÃO É ABUSIVA A CLÁUSULA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL QUE PREVÊ O VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA EM DECORRÊNCIA DO INADIMPLENTO DO ARRENDATÁRIO	671
2.6.	NO ARRENDAMENTO MERCANTIL, A RESILIÇÃO NÃO PODERÁ SER EXERCIDA SE O CONTRATANTE SE ENCONTRAR EM MORA, DEVENDO, Nesses CASOS, O DEVEDOR, SUPPORTAR TODAS AS CONSEQUÊNCIAS DE SEU INADIMPLENTO	672
2.7.	DURANTE A VIGÊNCIA DO ARRENDAMENTO MERCANTIL, A SOCIEDADE EMPRESÁRIA ARRENDADORA É PROPRIETÁRIA DOS BENS ARRENDADOS, OS QUAIS INTEGRAM O SEU ATIVO PERMANENTE (NÃO CIRCULANTE)	673

3. TÍTULOS DE CRÉDITO.....676

3.1.	NA APOSIÇÃO DE DATAS DE VENCIMENTOS DISTINTAS EM NOTA PROMISSÓRIA, SENDO UMA COINCIDENTE COM A EMISSÃO DO TÍTULO, DEVE PREVALECER, POR PRESUNÇÃO DE QUE SE TRATA DA EFETIVA MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO DEVEDOR, A DATA POSTERIOR.....	676
3.2.	NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO POR CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA, NA FORMA DO DL 73/1966, A AUSÊNCIA DE PREVISÃO ESPECÍFICA DO SEGURO POR MORTE NÃO CONDUZ À QUITAÇÃO DO CONTRATO	677

4. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....678

4.1.	É POSSÍVEL A SUBMISSÃO DE COOPERATIVA DE CRÉDITO AO PROCESSO DE FALÊNCIA.....	678
4.2.	NA HIPÓTESE DE AUTOFALÊNCIA, INEXISTINDO PROTESTOS CONTRA A DEVEDORA, O TERMO LEGAL DEVE SER FIXADO EM ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS ANTES DA DISTRIBUIÇÃO DO PEDIDO	679

4.3.	É POSSÍVEL A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INCIDENTALMENTE NO PROCESSO FALIMENTAR, INDEPENDENTEMENTE DE AÇÃO PRÓPRIA, VERIFICADA A FRAUDE E A CONFUSÃO PATRIMONIAL ENTRE A FALIDA E OUTRAS EMPRESAS	682	4.15.	NA ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDORES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SE ALGUM DOS CREDORES SE MANIFESTAR PELA ABSTENÇÃO, ISSO DEVERÁ SER COMPUTADO COMO VOTO FAVORÁVEL OU CONTRÁRIO À APROVAÇÃO DO PLANO?.....	699
4.4.	EM CONTRATO GARANTIDO POR HIPOTECA, A EFETIVAÇÃO DE PENHORA SOBRE O BEM DADO EM GARANTIA, POR SI SÓ, NÃO IMPEDE QUE O CREDOR REQUEIRA A FALÊNCIA DO DEVEDOR COM FUNDAMENTO NO ART. 94, II, DA LEI 11.101/2005.....	683	4.16.	PRODUTOS AGRÍCOLAS (SOJA E MILHO) NÃO SÃO BENS DE CAPITAL ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL, NÃO INCIDINDO A NORMA CONTIDA NA PARTE FINAL DO § 3º DO ART. 49 DA LEI 11.101/2005.....	700
4.5.	É CABÍVEL A MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA DE APREENSÃO DE PASSAPORTES, EM SEDE DE PROCESSO DE FALÊNCIA, QUANDO CONSTATADOS FORTES INDÍCIOS DE OCULTAÇÃO DE PATRIMÔNIO	684	4.17.	O CREDOR NÃO INDICADO NA RELAÇÃO INICIAL DE QUE TRATA O ART. 51, III E IX, DA LEI 11.101/2005, NÃO ESTÁ OBRIGADO A SE HABILITAR, MAS A ELE SE APLICAM OS EFEITOS DA NOVAÇÃO	702
4.6.	A INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO DECRETADA NO JUÍZO FALIMENTAR NÃO IMPEDE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL ..	685	4.18.	O PRAZO DE 10 DIAS, PREVISTO NO ART. 8º DA LEI 11.101/2005, PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À HABILITAÇÃO DE CRÉDITO, DEVE SER CONTADO EM DIAS CORRIDOS.....	704
4.7.	É POSSÍVEL O JUÍZO DE FALÊNCIA AUTORIZAR MODALIDADE ALTERNATIVA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS, MESMO DIANTE DA REJEIÇÃO DA PROPOSTA PELA ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDORES	686	4.19.	A HABILITAÇÃO DO CRÉDITO E A POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL NÃO IMPEDE A REDISCUSSÃO DO SEU VALOR EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO RELATIVA À MESMA DÍVIDA.....	706
4.8.	A CARACTERIZAÇÃO DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA PERANTE O STJ PRESSUPÕE A MATERIALIZAÇÃO DA OPOSIÇÃO CONCRETA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO FISCAL À EFETIVA DELIBERAÇÃO DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL A RESPEITO DO ATO CONSTRITIVO	687	4.20.	É POSSÍVEL SUSPENDER A HABILITAÇÃO DE CRÉDITO ATÉ QUE SE RESOLVA A CONTROVÉRSIA QUANTO À EXISTÊNCIA DELE BEM COMO A SEU RESPECTIVO VALOR EM JUÍZO ARBITRAL, EM OBSERVÂNCIA A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA ESTABELECIDA ENTRE AS PARTES	707
4.9.	POSSIBILIDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS SE SUBMETTER A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	689	4.21.	É POSSÍVEL INDEFERIR O PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE HOMOLOGOU O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECONHECER DE OFÍCIO A ILEGALIDADE DAS CLÁUSULAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA GERAL?.....	708
4.10.	OS ENCARGOS DERIVADOS DE ADIANTAMENTO DE CONTRATOS DE CÂMBIO SE SUBMETEM AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA DEVEDORA	690	4.22.	EM SE TRATANDO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE ALTA MONTA, É POSSÍVEL A APLICAÇÃO DO LIMITE PREVISTO NO ART. 83, I, DA LEI 11.101/2005, POR DELIBERAÇÃO DA AGC, DESDE QUE PREVISTO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO.....	709
4.11.	A RECUPERAÇÃO JUDICIAL É COMPATÍVEL COM AS SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, COM OU SEM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO, QUE ATUAM NA ATIVIDADE DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA?.....	692	4.23.	O VALOR PAGO AO LIQUIDANTE EXTRAJUDICIAL DE UMA SOCIEDADE SEGURADORA DEVE SER DESCONTADO DA COMISSÃO DE 5% DEVIDA À SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP).....	710
4.12.	PRODUTOR RURAL PODE PEDIR RECUPERAÇÃO JUDICIAL?.....	694			
4.13.	O CRÉDITO CONSTITUÍDO ANTERIORMENTE À INCORPORAÇÃO DE EMPRESA A GRUPO EMPRESARIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL DEVE SE SUBMETTER AO JUÍZO UNIVERSAL.....	696			
4.14.	CRAM DOWN É A POSSIBILIDADE DE O MAGISTRADO CONCEDER A RECUPERAÇÃO JUDICIAL MESMO TENDO O PLANO SIDO RECUSADO PELA ASSEMBLEIA (ART. 58, § 1º, DA LEI 11.101/2005)	697			
			5. SOCIEDADES EMPRESÁRIAS.....	713	
			5.1.	A INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE, EM AÇÃO DE EXCLUSÃO DE SÓCIO, HOMOLOGA TRANSAÇÃO QUANTO À SAÍDA DA SOCIEDADE	

E FIXA CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DOS HAVERES CONSTITUIR ERRO GROSSEIRO.....	713
5.2. A CARACTERIZAÇÃO DA SUCESSÃO EMPRESARIAL FRAUDULENTA NÃO EXIGE A COMPROVAÇÃO FORMAL DA TRANSFERÊNCIA DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES À NOVA SOCIEDADE.....	715
5.3. O ACIONISTA MINORITÁRIO NÃO TEM LEGITIMIDADE EXTRAORDINÁRIA PARA BUSCAR A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DOS CONTROLADORES (ART. 246 DA LEI 6.404/76 – AÇÃO SOCIAL <i>UT SINGULI</i>) ENQUANTO NÃO CARACTERIZADA A INÉRCIA DA COMPANHIA.....	716
2.2. A OMISSÃO NA FISCALIZAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS ENSEJA A IMPOSIÇÃO JUDICIAL DE OBRIGAÇÕES POSITIVAS PARA O MUNICÍPIO.....	730
2.3. EMPRESA QUE EXTRAÍ MINÉRIO DE FORMA IRREGULAR TEM QUE PAGAR A INDENIZAÇÃO PELOS PREJUÍZOS CAUSADOS E NÃO PODE PEDIR PARA ABATER DESSE MONTANTE AS DESPESAS QUE TEVE COM ESSA ATIVIDADE.....	731
2.4. A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL É OBJETIVA E SOLIDÁRIA; NOS CASOS EM QUE O PODER PÚBLICO CONCORRE PARA O PREJUÍZO POR OMISSÃO, A SUA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA É DE EXECUÇÃO SUBSIDIÁRIA.....	731

DIREITO AMBIENTAL 719

1. COMPETÊNCIA..... 719

1.1. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE LEGITIME OCUPAÇÕES EM SOLO URBANO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) FORA DAS SITUAÇÕES PREVISTAS EM NORMAS GERAIS EDITADAS PELA UNIÃO.....	719
1.2. É INCONSTITUCIONAL NORMA DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE IMPÕE CONDIÇÕES LOCAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES NUCLEARES E DE ENERGIA ELÉTRICA.....	720
1.3. CABE AOS MUNICÍPIOS PROMOVER O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS QUE POSSAM CAUSAR IMPACTO AMBIENTAL DE ÂMBITO LOCAL.....	721
1.4. É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE CRIA DISPENSA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATIVIDADE POTENCIALMENTE CAUSADORA DE SIGNIFICATIVA DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	723
1.5. COMPETÊNCIA PARA JULGAR AÇÃO QUE TEM POR OBJETO APENAS A REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS SUPORTADOS POR PESCADORES EM RAZÃO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE MARIANA/MG.....	725
1.6. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA LC 140/2011.....	726

**2. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO
AMBIENTAL..... 730**

2.1. A INDENIZAÇÃO DE DANO AMBIENTAL DEVE ABRANGER A TOTALIDADE DOS DANOS CAUSADOS, NÃO SENDO POSSÍVEL SER DECOTADAS EM SEU CÁLCULO DESPESAS REFERENTES À ATIVIDADE EMPRESARIAL (IMPOSTOS E OUTRAS).....	730
---	-----

3. OUTROS TEMAS..... 734

3.1. É POSSÍVEL A QUEIMA DA PALHA DE CANA-DE- -AÇÚCAR EM ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS, SE HOUVER AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL?.....	734
3.2. SÃO INCONSTITUCIONAIS DECRETOS QUE RESTRINJAM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM ÓRGÃOS AMBIENTAIS.....	735
3.3. É INCONSTITUCIONAL A CONCESSÃO AUTOMÁTICA DE LICENÇA AMBIENTAL PARA FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS QUE EXERÇAM ATIVIDADES CLASSIFICADAS COMO DE RISCO MÉDIO.....	736
3.4. AINDA É CONSTITUCIONAL A RESOLUÇÃO 491/2018 DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA), QUE DISPÕE SOBRE PADRÕES DE QUALIDADE DO AR. ENTRETANTO, NOVA NORMA DEVE SER DITADA.....	737
3.5. DIREITO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL E OBRIGAÇÃO DO ESTADO COM A TRANSPARÊNCIA.....	738
3.6. É INCONSTITUCIONAL A RESOLUÇÃO CONAMA 500/2020; POR OUTRO LADO, É CONSTITUCIONAL A RESOLUÇÃO CONAMA 499/2020.....	741
3.7. É DEVER DO PODER EXECUTIVO DAR PLENO FUNCIONAMENTO AO FUNDO CLIMA E ALOCAR ANUALMENTE SEUS RECURSOS COM O INTUITO DE MITIGAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, SENDO VEDADO O CONTINGENCIAMENTO DE SUAS RECEITAS.....	745

DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 747

1. COMPETÊNCIA..... 747

1.1. A COMPETÊNCIA PARA JULGAR MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO ATO DO CONTROLADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	
--	--

É DO JUÍZO DE 1ª INSTÂNCIA (VARA DA FAZENDA PÚBLICA).....	747	FIXADOS SEGUNDO OS PERCENTUAIS DOS §§ 2º E 3º DO ART. 85 DO CPC.....	759
1.2. A PARTE INTERPÕS RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO DO TJ; NO STJ, A UNIÃO PEDE E É ADMITIDA COMO ASSISTENTE SIMPLES DA RECORRENTE; O PROCESSO DEVERÁ SER REMETIDO PARA O TRF (E NÃO PARA O TJ).....	748	2.2. SE HOUE A EXCLUSÃO DE UM DOS LITISCONSORTES PASSIVOS, SEM POR FIM À DEMANDA, OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DEVERÃO SER FIXADOS, NO MÍNIMO, EM 10% OU PODERÃO SER ARBITRADOS EM PERCENTUAL MENOR?.....	763
1.3. COMPETÊNCIA INTERNA DO STJ PARA JULGAR ACP PROPOSTA POR ÓRGÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR CONTRA TV POR ASSINATURA, EM RAZÃO DE A REQUERIDA NÃO ESTAR CUMPRINDO O DECRETO FEDERAL E A PORTARIA QUE REGULAMENTARAM O SERVIÇO DE SAC.....	750	2.3. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM CASO DE JULGAMENTO PARCIAL DO MÉRITO, EXCLUINDO-SE DA LIDE LITISCONSORTE CONSIDERADA PARTE ILEGÍTIMA NA RELAÇÃO PROCESSUAL.....	763
1.4. A EMPRESA N, QUE VENCEU LICITAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA, CONTRATOU A EMPRESA C PARA AUXILIAR; O RECURSO ENVOLVENDO O LITÍGIO ENTRE ESSAS DUAS EMPRESAS DEVE SER DIRIMIDO PELAS TURMAS DE DIREITO PRIVADO DO STJ.....	752	2.4. JUIZ JULGA PROCEDENTES PEDIDOS PARA QUE O PLANO DE SAÚDE CUSTEIE O TRATAMENTO E PAGUE DANOS MORAIS; QUAL SERÁ A BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS?.....	765
1.5. COMPETE ÀS TURMAS QUE COMPÕEM A SEGUNDA SEÇÃO DO STJ APRECIAR MANDADO DE SEGURANÇA EM QUE SE QUESTIONA A COMPATIBILIDADE DE ATOS PRATICADOS POR JUNTA COMERCIAL EM FACE DE NORMAS DE DIREITO SOCIETÁRIO.....	753	2.5. SE A SENTENÇA FOI PROLATADA SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973, OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVERÃO SEGUIR AS REGRAS DO CPC/1973, AINDA QUE ESSA SENTENÇA SEJA REFORMADA JÁ NA VIGÊNCIA DO CPC/2015.....	766
1.6. COMPETE AO STJ JULGAR CONFLITO DE COMPETÊNCIA ESTABELECIDO ENTRE TRIBUNAIS ARBITRAIS VINCULADOS À MESMA CÂMARA DE ARBITRAGEM, QUANDO A SOLUÇÃO PARA O IMPASSE CRIADO NÃO É OBJETO DE DISCIPLINA NO REGULAMENTO DESTA.....	754	2.6. SE A SENTENÇA FOI PROFERIDA AINDA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973, A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVE SEGUIR AS REGRAS PREVISTAS NESTE DIPLOMA.....	767
1.7. SE, NA MESMA DECISÃO, É RECONHECIDA A ILEGITIMIDADE PASSIVA DE AUTARQUIA FEDERAL E, EM RAZÃO DISSO, É DETERMINADA A REMESSA DO PROCESSO PARA A JUSTIÇA ESTADUAL, A COMPETÊNCIA DOS HONORÁRIOS É DA JUSTIÇA FEDERAL.....	755	2.7. O TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DÁ-SE NO DIA SEGUINTE AO TRANSCURSO DO PRAZO RECURSAL, AINDA QUE INTERPOSTO RECURSO MANIFESTAMENTE INTEMPESTIVO.....	768
1.8. O PROCEDIMENTO DE DÚVIDA SUSCITADO POR REGISTRADOR IMOBILIÁRIO SERÁ JULGADO PELA JUSTIÇA FEDERAL CASO ENVOLVA BENS DE AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL.....	756	2.8. É ADMISSÍVEL O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS COM VERBAS PROVENIENTES DOS JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE O VALOR DO PRECATÓRIO DEVIDO PELA UNIÃO.....	769
1.9. SERVIDOR CELETISTA ADMITIDO ANTES DA CF/88, SEM CONCURSO PÚBLICO, PEDE VERBAS TRABALHISTAS E A NULIDADE DE CONTRATO TEMPORÁRIA: A COMPETÊNCIA É DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	758	2.9. JUROS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF/ FUNDEB PODEM SER USADOS PARA PAGAR HONORÁRIOS CONTRATUAIS.....	771
2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E PERICIAIS ... 759		2.10. EM CASO DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, COMO DEVE SER DISTRIBUÍDOS OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E ÔNUS SUCUMBENCIAIS?.....	773
2.1. MESMO QUE O VALOR DA CONDENAÇÃO, O VALOR DA CAUSA OU O VALOR DO PROVEITO ECONÔMICO SEJAM ELEVADOS, OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER		2.11. INCIDE A SÚMULA 326 DO STJ, NO CASO DE DISCREPÂNCIA ENTRE O VALOR INDICADO NO PEDIDO E O QUANTUM ARBITRADO NA CONDENAÇÃO, NÃO HAVENDO FALAR EM SUCUMBÊNCIA DOS AUTORES DA DEMANDA, VENCEDORES EM SEU PEDIDO INDENIZATÓRIO.....	774
		2.12. JUIZ DETERMINOU HONORÁRIOS DIVIDIDOS IGUALMENTE PORQUE HOUE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA; SOMENTE O AUTOR RECORREU PEDINDO O AUMENTO; SE O TRIBUNAL	

	CONCORDAR, ESSA MAJORAÇÃO SÓ BENEFICIARÁ O RECORRENTE.....	776
2.13.	OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA, QUANDO VENCEDORA A FAZENDA PÚBLICA, INTEGRAM O PATRIMÔNIO DA ENTIDADE ESTATAL, NÃO CONSTITUINDO DIREITO AUTÔNOMO DO PROCURADOR JUDICIAL.....	777
2.14.	HÁ CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA NO PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA?.....	778
2.15.	É POSSÍVEL QUE O ADVOGADO CONSIGA A PENHORA DE PARTE DOS VALORES DEPOSITADOS, NA AÇÃO DE CONHECIMENTO, COMO CAUÇÃO (CONTRACAUTELA) PELA PARTE CONTRÁRIA AO SEU CLIENTE.....	780
2.16.	SE A SENTENÇA CONDENAR MAIS DE UMA PESSOA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, DEVERÁ DIZER EXPRESSAMENTE A PROPORÇÃO QUE CABE A CADA UMA PAGAR; CASO NÃO FAÇA ESSA DIVISÃO, A RESPONSABILIDADE É SOLIDÁRIA	781
3.	CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.....	782
3.1.	A JUNTADA NOS AUTOS DE SIMPLES MANIFESTAÇÃO DA UNIÃO INFORMANDO O ENVIO DE OFÍCIO, ANTES DE DESPACHO DETERMINANDO A SUA CITAÇÃO PARA RESPONDER A AÇÃO, NÃO CONFIGURA COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO APTO A SUPRIR A FALTA DE CITAÇÃO.....	782
3.2.	NÃO É POSSÍVEL CONSIDERAR VÁLIDA A CITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA EM SEU ANTIGO ENDEREÇO, CUJA MUDANÇA FORA COMUNICADA À JUNTA COMERCIAL, MAS SEM ALTERAÇÃO NO SÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA.....	783
3.3.	O PETICIONAMENTO NOS AUTOS POR ADVOGADO DESTITUÍDO DE PODERES ESPECIAIS PARA RECEBER CITAÇÃO NÃO CONFIGURA COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO APTO A SUPRIR TAL NECESSIDADE.....	785
3.4.	É VÁLIDA A INTIMAÇÃO REALIZADA EM NOME DE ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS SE OS PODERES A ELE OUTORGADOS TIVEREM SIDO SUBSTABELECIDOS COM RESERVA	785
4.	OUTROS TEMAS	786
4.1.	NOS CASOS EM QUE JÁ EXECUTADO O TÍTULO FORMADO NA PRIMEIRA COISA JULGADA, OU SE INICIADA SUA EXECUÇÃO, DEVE PREVALECER A PRIMEIRA COISA JULGADA EM DETRIMENTO DAQUELA FORMADA EM MOMENTO POSTERIOR.....	786
4.2.	NÃO FAZ COISA JULGADA SOBRE A INTEGRALIDADE DA RELAÇÃO JURÍDICA O PRONUNCIAMENTO JUDICIAL QUE APRECIA RELAÇÕES DE TRATO CONTINUADO QUE SOFREM MODIFICAÇÕES DE ORDEM FÁTICA E JURÍDICA NO TEMPO.....	788
4.3.	É NULO O PROCESSO EM QUE NÃO HOUE A INTIMAÇÃO E A INTERVENÇÃO DO MP, APESAR DA PRESENÇA DE PARTE COM ENFERMIDADE PSÍQUICA GRAVE E CUJOS LEGITIMADOS PARA PEDIR A INTERDIÇÃO POSSUEM CONFLITOS DE INTERESSES.....	790
4.4.	PROMITENTE COMPRADOR HAVIA AJUIZADO AÇÃO PEDINDO DIREITOS RELACIONADOS AO IMÓVEL, NO ENTANTO, EM OUTRO PROCESSO FOI DESCONSTITUÍDA A PROMESSA DE COMPRA E VENDA; LOGO, O AUTOR TORNOU-SE PARTE ILEGÍTIMA.....	791
4.5.	A INDICAÇÃO DE JULGADO SIMPLES E ISOLADO NÃO OSTENTA A NATUREZA JURÍDICA DE “SÚMULA, JURISPRUDÊNCIA OU PRECEDENTE” PARA FINS DE APLICAÇÃO DO ART. 489, § 1º, VI, DO CPC.....	792
4.6.	CABE AO MAGISTRADO DETERMINAR O REGIME FECHADO PARA CUMPRIMENTO DA PRISÃO CIVIL DE ACORDO COM O CASO ESPECÍFICO E A OBSERVÂNCIA DO CONTEXTO EPIDEMIOLÓGICO LOCAL.....	794
4.7.	A CONCESSÃO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E AO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL PRESCINDE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA.....	795
4.8.	AS ENTIDADES BENEFICENTES PRESTADORAS DE SERVIÇOS À PESSOA IDOSA TÊM DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, SEM PRECISAR COMPROVAR INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA	797
4.9.	QUANDO A PETIÇÃO INICIAL PUDER SER EMENDADA, É PROIBIDO AO JUIZ INDEFERIR-LA SEM DAR AO AUTOR ESSA OPORTUNIDADE.....	798
4.10.	EXISTE INTERESSE DE AGIR PARA A PROPOSITURA, MESMO SEM PRÉVIO REQUERIMENTO, DE AÇÃO OBJETIVANDO A ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL, COM FUNDAMENTO NA OCORRÊNCIA DE ERRO NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE TRIBUTOS.....	799
4.11.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE INSTITUA SANÇÕES POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E QUE ALTERE CRITÉRIOS PARA GRATUIDADE JUDICIAL; POR OUTRO LADO, A LEI ESTADUAL PODE FIXAR CUSTAS MAIS ELEVADAS PARA CAUSAS COMPLEXAS.....	800
4.12.	A PRERROGATIVA DE PRAZO EM DOBRO PARA AS MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS TAMBÉM SE APLICA AOS ESCRITÓRIOS DE PRÁTICA	

JURÍDICA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR.....	802	PODE SER ESTENDIDA ÀS DESPESAS COM O DESLOCAMENTO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA PARA A PRÁTICA DO ATO CITATÓRIO.....	815
4.13. AS PRELIMINARES DA CONTESTAÇÃO QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO DA DEMANDA DEVEM COM ESTE SER EXAMINADAS, NÃO HAVENDO NULIDADE NO DESPACHO SANEADOR QUE POSTERGA ESSA ANÁLISE.....	803	4.24. NÃO INCIDEM JUROS REMUNERATÓRIOS NA RESTITUIÇÃO DE DEPÓSITO JUDICIAL.....	818
4.14. É POSSÍVEL A COMPENSAÇÃO SER ALEGADA EM CONTESTAÇÃO, DE FORMA A JUSTIFICAR O NÃO PAGAMENTO DO VALOR COBRADO OU A SUA REDUÇÃO, EXTINGUINDO OU MODIFICANDO O DIREITO DO AUTOR.....	804	4.25. EM REGRA, É DESCABIDO O ARREPENDIMENTO E A RESCISÃO UNILATERAL DA TRANSAÇÃO, AINDA QUE ANTES DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL....	820
4.15. NÃO HÁ COMO FORMULAR, NA CONTESTAÇÃO, PEDIDO DE RESCISÃO OU REVISÃO CONTRATUAL (ENTENDIMENTO PROFERIDO À LUZ DO CPC/1973).....	805	4.26. SE NÃO HÁ CONSENSO ENTRE AS PARTES A RESPEITO DA ESCOLHA DO PERITO, O PROFISSIONAL INDICADO POR UMA DAS PARTES, MAS REJEITADO PELA OUTRA, NÃO PODE REALIZAR A PRODUÇÃO DA PROVA COMO PERITO DO JUÍZO	821
4.16. A ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL É MATÉRIA POSSÍVEL DE SER ALEGADA EM CONTESTAÇÃO SEMPRE QUE CONSISTIR EM FATO EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR.....	806	4.27. IMPEDIMENTO DO JUIZ PELO FATO DE O EXECUTADO SER RÉU EM AÇÃO PENAL QUE APURA CALÚNIA PRATICADA EM DESFAVOR DO MAGISTRADO	822
4.17. NÃO CABE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL – PUIL EM QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL	807	4.28. NO ARROLAMENTO SUMÁRIO, PARA QUE SEJA POSSÍVEL HOMOLOGAR A PARTILHA NÃO É NECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DO ITCMD, MAS É INDISPENSÁVEL A PROVA DA QUITAÇÃO DOS TRIBUTOS RELATIVOS AOS BENS DO ESPÓLIO E ÀS SUAS RENDAS.....	824
4.18. NÃO É POSSÍVEL A TURMA RECURSAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA REALIZAR JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (PUIL) A SER JULGADO PELO STJ.....	807	4.29. LEI 14.365/2022: REFORMA DO ESTATUTO DA ADVOCACIA.....	826
4.19. CASO HAJA PEDIDO DE DESTAQUE EM PROCESSOS COM JULGAMENTO INICIADO NO AMBIENTE VIRTUAL, OS VOTOS LANÇADOS POR MINISTROS QUE, POSTERIORMENTE, DEIXAREM O EXERCÍCIO DO CARGO, POR APOSENTADORIA OU OUTRO MOTIVO, SERÃO VÁLIDOS	809	4.30. RESOLUÇÃO CNJ 465/2022: DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIAS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO	826
4.20. O PROTOCOLO DE LAS LEÑAS NÃO TRAZ DISPENSA GENÉRICA DA PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO, LIMITANDO-SE A IMPOR O TRATAMENTO IGUALITÁRIO ENTRE TODOS OS CIDADÃOS E RESIDENTES NOS TERRITÓRIOS DE QUAISQUER DOS ESTADOS-PARTES	811	5. TEORIA GERAL DOS RECURSOS, TÉCNICA DO JULGAMENTO AMPLIADO E OUTROS TEMAS.....	827
4.21. O ART. 1.005 DO CPC SOMENTE SE APLICA PARA O LITISCONSÓRCIO UNITÁRIO?.....	813	5.1. DIANTE DA AUSÊNCIA DE ASSINATURA NA PETIÇÃO DE RATIFICAÇÃO DA APELAÇÃO, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DEVE INTIMAR PREVIAMENTE O RECORRENTE PARA SANAR O VÍCIO PORQUE SE TRATA DE IRREGULARIDADE FORMAL.....	827
4.22. TRIBUNAL NÃO PODE PROLATAR ACÓRDÃO SE APOIANDO EM PRINCÍPIOS JURÍDICOS, MAS SEM FAZER A NECESSÁRIA DENSIFICAÇÃO E APENAS EMPREGANDO CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS SEM EXPLICAR O MOTIVO CONCRETO DE SUA INCIDÊNCIA NO CASO	814	5.2. O ERRO DO SISTEMA ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE ORIGEM NA INDICAÇÃO DO TÉRMINO DO PRAZO RECURSAL É APTO A CONFIGURAR JUSTA CAUSA PARA AFASTAR A INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO	828
4.23. A ISENÇÃO PREVISTA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NO ART. 39 DA LEI 6.830/80 NÃO		5.3. A AUSÊNCIA DE EXPEDIENTE FORENSE NO DIA DE CORPUS CHRISTI DEVE SER COMPROVADA PELA PARTE, NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO, POR MEIO DE DOCUMENTO IDÔNEO	829
		5.4. NA CONTAGEM DOS PRAZOS EM DIAS ÚTEIS, NÃO SE DEVE COMPUTAR O DIA EM QUE, POR FORÇA DE ATO ADMINISTRATIVO EDITADO PELA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL LOCAL, OS PRAZOS PROCESSUAIS ESTAVAM SUSPENSOS.....	830

5.5.	PARA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO RECURSAL É NECESSÁRIA A CONFIGURAÇÃO DA JUSTA CAUSA, QUE DEVE SER DEMONSTRADA DE MANEIRA EFETIVA.....	832		PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA MANEJADA PARA AGREGAR EFEITO SUSPENSIVO A CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	851
5.6.	O PRAZO ESTABELECIDO PELO JUIZ NO DESPACHO DE CITAÇÃO NÃO CONFIGURA MATÉRIA CONTROVERTIDA ENTRE AS PARTES A DEMANDAR A PROLAÇÃO DE UMA DECISÃO, NÃO SE APRESENTANDO INSUSCETÍVEL DE NOVO PRONUNCIAMENTO.....	833	5.16.	É ADMISSÍVEL O RECURSO CUJA PETIÇÃO É IMPRESSA, ASSINADA MANUALMENTE POR CAUSÍDICO CONSTITUÍDO NOS AUTOS E DIGITALIZADA, E O RESPECTIVO PETICIONAMENTO ELETRÔNICO É FEITO POR OUTRO ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO.....	852
5.7.	PARA COMPROVAÇÃO DE PREQUESTIONAMENTO, NÃO SE ADMITE QUE A CERTIDÃO DE JULGAMENTO, DE CARÁTER ADMINISTRATIVO, SUBSCRITA POR SERVIDOR, SIRVA COMO INTEGRANTE DO ACÓRDÃO PARA AFERIÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO.....	834	5.17.	SE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONFIRMOU A LIMINAR E CONCEDEU A SEGURANÇA, AINDA QUE TENHA AFASTADO A MULTA ANTES COMINADA, NÃO CABE RECURSO ORDINÁRIO PARA EXIGIR A MULTA PORQUE O ACÓRDÃO NÃO FOI DENEGATÓRIO.....	853
5.8.	É NECESSÁRIA A INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO INCISO III DO ART. 105, DA CONSTITUIÇÃO, NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL, PARA QUE ESTE SEJA CONHECIDO PELO STJ?.....	835	5.18.	EC 125/2022: INTRODUZ A DEMONSTRAÇÃO DA RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE DIREITO FEDERAL INFRACONSTITUCIONAL DISCUTIDAS COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL.....	854
5.9.	NÃO É POSSÍVEL A MANIFESTAÇÃO, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, SOBRE ALEGADA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AINDA QUE PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO.....	836	6. AGRAVO.....		854
5.10.	QUANDO A PARTE INTERPÕE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL, DEVERÁ JUNTAR A PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO, MESMO QUE ESSE INSTRUMENTO JÁ CONSTE NOS AUTOS DO PROCESSO PRINCIPAL.....	837	6.1.	SE A PARTE PEDE A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO PARA QUE SEJAM REQUISITADOS DOCUMENTOS E O JUIZ NEGA O REQUERIMENTO, CABE AGRAVO DE INSTRUMENTO COM BASE NO ART. 1.105, VI, DO CPC.....	854
5.11.	NÃO CABE NOVO RESP CONTRA DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, AO JULGAR AGRAVO INTERNO, MANTÉM A INADMISSIBILIDADE DO RESP INTERPOSTO POR ENTENDER QUE A DECISÃO RECORRIDA ESTÁ EM HARMONIA COM PRECEDENTE QUALIFICADO DO STF.....	838	6.2.	NÃO CABE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM EXECUÇÕES FISCAIS CUJO VALOR NÃO SUPERE CINQUENTA OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOIRO NACIONAL – ORTNS.....	855
5.12.	CABE RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM EM JULGAMENTO DE IRDR?.....	840	6.3.	JUIZ AUTORIZOU A ADJUDICAÇÃO; PARTE PREJUDICADA INTERPÔS AGRAVO DE INSTRUMENTO; HOUE A TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE; LOGO EM SEGUIDA, FOI DEFERIDO EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO; ESSA DECISÃO NÃO DESCONSTITUI O REGISTRO.....	857
5.13.	STJ MANTÉM, EM RECURSO ESPECIAL, ACÓRDÃO DE TJ, QUE JULGOU UM IRDR: SE O ENTENDIMENTO FIXADO FOR DESRESPEITADO, NÃO CABE RECLAMAÇÃO AO STJ.....	846	6.4.	MESMO APÓS A LEI 14.365/2022, NÃO CABE SUSTENTAÇÃO ORAL NO JULGAMENTO DO AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL EM SUSPENSÃO DE LIMINAR.....	859
5.14.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIAS EM SITUAÇÃO NA QUAL É INDICADO PARADIGMA DE ÓRGÃO FRACIONÁRIO PERTENCENTE A MESMA SEÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO E PARADIGMA DE ÓRGÃO FRACIONÁRIO PERTENCENTE A SEÇÃO DISTINTA.....	849	6.5.	SE, NO AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO EM RESP, O RECORRENTE MANTÉM A MESMA DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO, DEVERÁ SER FEITO NOVO JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE.....	861
5.15.	NÃO CABEM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONTRA ACÓRDÃO DO STJ PROFERIDO EM		6.6.	NÃO É POSSÍVEL ACEITAR CARTA FIANÇA COMO DEPÓSITO PRÉVIO DO VALOR DA MULTA (§ 5º DO ART. 1.021) EM QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA FIGURA COMO FIADOR E AFIANÇADO....	862

7. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO 864

- 7.1. É CABÍVEL CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO JULGAMENTO DE RECLAMAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE NA QUAL A PARTE COMPARECE ESPONTANEAMENTE PARA APRESENTAR DEFESA..... 864
- 7.2. NÃO SE EXIGE O ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA COMO PRESSUPOSTO DE CONHECIMENTO DA RECLAMAÇÃO FUNDAMENTADA EM DESCUMPRIMENTO DE ACÓRDÃO PROLATADO EM INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (IAC) 866
- 7.3. NÃO CABE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE DIRIGENTE DE FEDERAÇÃO ESPORTIVA..... 868
- 7.4. O MINISTÉRIO PÚBLICO POSSUI LEGITIMIDADE ATIVA PARA IMPETRAR MANDADO DE SEGURANÇA A FIM DE PROMOVER A DEFESA DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MATERIAL OU IMATERIAL..... 869
- 7.5. É INCABÍVEL A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO CONTRA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA..... 870
- 7.6. EM MANDADO DE SEGURANÇA, A LEGITIMIDADE PARA RECORRER É DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, SENDO DISPENSÁVEL A INTIMAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA PARA FINS DE INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL 871
- 7.7. NO PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL, NÃO CABEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, MESMO QUE JÁ ESTEJA NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA..... 872
- 7.8. É POSSÍVEL DESISTIR DO MANDADO DE SEGURANÇA, SEM AQUIESCÊNCIA DA AUTORIDADE COATORA, MESMO APÓS SENTENÇA DE MÉRITO CONTRÁRIA AO IMPETRANTE, DESDE QUE ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO 873
- 7.9. SE O RELATOR DA AÇÃO RESCISÓRIA, MONOCRATICAMENTE, INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL E JULGA EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, O DEPÓSITO PRÉVIO PODERÁ SER SACADO PELO AUTOR..... 874
- 7.10. É DEVIDA A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS QUANDO, EM JULGAMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA, O TRIBUNAL RECONHECE A SUA INCOMPETÊNCIA, REALIZANDO APENAS O JUÍZO RESCINDENDO, E SUBMETE AO ÓRGÃO JURISDICIONAL COMPETENTE O JUÍZO RESCISÓRIO 875
- 7.11. O JULGADOR DECIDIU COMO SE A VERBA EXECUTADA NÃO FOSSE ALIMENTAR; OCORRE QUE ISSO MUDARIA A CONCLUSÃO DO JULGADO; CABE AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA EM ERRO DE FATO..... 876

- 7.12. EM AÇÃO RESCISÓRIA, O DEPÓSITO PRÉVIO NÃO PODE SER REALIZADO POR OUTROS MEIOS SENÃO EM DINHEIRO 878

8. EXECUÇÃO 879

- 8.1. NA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, SENDO OMISSO O TÍTULO EXEQUENDO ACERCA DOS CRITÉRIOS A SEREM APLICADOS PARA A CORREÇÃO MONETÁRIA, DEVEM INCIDIR OS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EXPRESSAMENTE PREVISTOS NO MANUAL DE CÁLCULOS NA JF 879
- 8.2. A REGRA DO PRAZO EM DOBRO DO ART. 191 DO CPC/1973 (ART. 229 DO CPC/2015) PODE SER APLICADA PARA O PRAZO DE IMPUGNAÇÃO?..... 881
- 8.3. APENAS A PRESCRIÇÃO SUPERVENIENTE À FORMAÇÃO DO TÍTULO PODE SER ALEGADA EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 883
- 8.4. SE A SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO DETERMINOU A APURAÇÃO, EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, DOS PREJUIZOS SUPORTADOS PELO AUTOR, NÃO É POSSÍVEL INICIAR DIRETAMENTE O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 883
- 8.5. DEPOIS QUE A PARTE DEVEDORA EFETUA O DEPÓSITO EM JUÍZO OU TEM VALORES PENHORADOS, ELA AINDA CONTINUA TENDO RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA?..... 884
- 8.6. SE A PARTE EXECUTADA FAZ O DEPÓSITO DA QUANTIA COBRADA E AFIRMA QUE NÃO SE TRATA DE CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO, MAS SIM DE GARANTIA DO JUÍZO, CASO A IMPUGNAÇÃO SEJA JULGADA IMPROCEDENTE, ELA TERÁ QUE PAGAR MULTA E HONORÁRIOS 887
- 8.7. O § 11 DO ART. 525 DO CPC É UMA FACULDADE DO DEVEDOR; ISSO SIGNIFICA QUE ELE PODE DECIDIR NÃO APRESENTAR ESSA PETIÇÃO AO JUÍZO E OPTAR POR INTERPOR DIRETAMENTE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A DECISÃO QUE O PREJUDICOU 889
- 8.8. É INCABÍVEL A REPROPOSITURA DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE PARCELA DE MESMO CRÉDITO QUE NÃO FOI COBRADO ANTERIORMENTE EM OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA IMPEDITIVA DE NOVA DEMANDA..... 890
- 8.9. O AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER NÃO INTERROMPE O PRAZO PARA A EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR 891
- 8.10. NÃO É CABÍVEL EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO PELA AUSÊNCIA DE JUNTADA DAS AVENÇAS ANTERIORES E SUBJACENTES AO CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA..... 893
- 8.11. A SOLVÊNCIA DOS CRÉDITOS PRIVILEGIADOS DETIDOS POR CREDORES CONCORRENTES (CONCURSO PARTICULAR) INDEPENDE DE SE

PERQUIRIR ACERCA DA ANTERIORIDADE DA PENHORA.....	893
8.12. É POSSÍVEL A PENHORA INTEGRAL DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTA BANCÁRIA CONJUNTA, NA HIPÓTESE EM QUE APENAS UM DOS TITULARES É SUJEITO PASSIVO DA EXECUÇÃO?.....	894
8.13. A PENHORA DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO CONFERE, AUTOMATICAMENTE, AO EXEQUENTE A CONDIÇÃO DE COTISTA DESSE FUNDO, NÃO SUJEITANDO-SE AOS RISCOS PROVENIENTES DESSA ESPÉCIE DE INVESTIMENTO.....	896
8.14. O ART. 3º DA LEI Nº 9.469/97 NÃO SE APLICA NA EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL.....	897
8.15. A SOCIEDADE DE ADVOCACIA É PARTE LEGÍTIMA PARA COBRAR HONORÁRIOS CONTRATUAIS NA HIPÓTESE DE EXPRESSA CESSÃO DE CRÉDITO OPERADA POR ADVOGADO INGRESSANTE.....	898
8.16. NÃO HÁ UM TEMPO PRÉ-ESTABELECIDO FIXAMENTE PARA A DURAÇÃO DA MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA, QUE DEVE PERDURAR POR TEMPO SUFICIENTE PARA DOBRAR A RENITÊNCIA DO DEVEDOR.....	899
8.17. A HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE VAGA DE GARAGEM EM CONDOMÍNIO SE RESTRINGE AOS DEMAIS CONDÔMINOS, SALVO AUTORIZAÇÃO EXPRESSA NA CONVENÇÃO CONDOMINIAL.....	901
8.18. MESMO SEM TER HAVIDO PENHORA NA EXECUÇÃO FISCAL, O CRÉDITO TRIBUTÁRIO TEM PREFERÊNCIA SOBRE O PRODUTO DA ARREMATAÇÃO DE BEM DO DEVEDOR OCORRIDO EM OUTRO PROCESSO DE EXECUÇÃO... ..	902
8.19. É INVIÁVEL A INTERVENÇÃO ANÔMALA DA UNIÃO NA FASE DE EXECUÇÃO OU NO PROCESSO EXECUTIVO, SALVO NA AÇÃO COGNITIVA INCIDENTAL DE EMBARGOS.....	904
8.20. APÓS A ALTERAÇÃO DO ART. 921, § 5º, DO CPC/2015, PROMOVIDA PELA LEI 14.195/2021, O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E A CONSEQUENTE EXTINÇÃO DO PROCESSO OBSTAM A CONDENAÇÃO DA PARTE QUE DEU CAUSA À AÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.....	905
9. IMPENHORABILIDADE.....908	
9.1. É POSSÍVEL AO DEVEDOR POUPAR VALORES SOB A REGRA DA IMPENHORABILIDADE NO PATAMAR DE ATÉ 40 SALÁRIOS-MÍNIMOS, NÃO APENAS AQUELES DEPOSITADOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA, MAS TAMBÉM EM OUTRAS CONTAS OU EM PAPEL-MOEDA.....	908
9.2. LEI 14.334/2022: DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS FILANTRÓPICOS E SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA.....	909
10. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E PRECATÓRIOS.....909	
10.1. É INCONSTITUCIONAL O CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DE PRECATÓRIOS E RPV FEDERAIS NÃO RESGATADOS EM DOIS ANOS.....	909
10.2. É POSSÍVEL QUE A CREDORA SEJA BENEFICIADA NOVAMENTE COM A ANTECIPAÇÃO DE CRÉDITO DOTADO DE SUPERPREFERÊNCIA EM CASO DE MERA COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR ANTERIORMENTE RECEBIDO.....	910
10.3. AO EDITAR NORMA PRÓPRIA, O ENTE FEDERADO PODE ESTABELECEER QUANTIA INFERIOR À PREVISTA NO ART. 87 DO ADCT COMO TETO PARA PAGAMENTO DA RPV?.....	914
11. EXECUÇÃO FISCAL.....916	
11.1. MUNICÍPIO RESULTANTE DE DESMEMBRAMENTO REALIZADO EM DESACORDO COM O ART. 18, § 4º, DA CF/88, NÃO DETÉM LEGITIMIDADE ATIVA PARA A COBRANÇA DE IPTU DE IMÓVEL SITUADO EM TERRITÓRIO A ELE ACRESCIDO.....	916
11.2. NO CASO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS É POSSÍVEL A RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS PELO INADIMPLEMENTO DO TRIBUTO, CABENDO-LHES DEMONSTRAR A INSUFICIÊNCIA DO PATRIMÔNIO QUANDO DA LIQUIDAÇÃO PARA EXONERAÇÃO DA RESPONSABILIDADE.....	916
11.3. O SÓCIO-GERENTE DA ÉPOCA DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR RESPONDE PELOS DÉBITOS DA EMPRESA, MESMO QUE ELE NÃO FOSSE O GERENTE DA PESSOA JURÍDICA EXECUTADA NO MOMENTO DO FATO GERADOR DO TRIBUTO INADIMPLIDO.....	917
11.4. A APÓLICE DE SEGURO-GARANTIA COM PRAZO DE VIGÊNCIA DETERMINADO É INIDÔNEA PARA FINS DE GARANTIA DA EXECUÇÃO FISCAL.....	919
11.5. É DESCABIDO O RESSARCIMENTO DE VALOR DESPENDIDO COM A APRESENTAÇÃO DE SEGURO GARANTIA PARA VIABILIZAR A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO OPOSTOS CONTRA PRETENSÃO DA FAZENDA PÚBLICA.....	920
11.6. É POSSÍVEL A MANUTENÇÃO DE PENHORA DE VALORES VIA SISTEMA BACENJUD NO CASO DE PARCELAMENTO DO CRÉDITO FISCAL?	921

11.7.	EM REGRA, NÃO É POSSÍVEL O BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS VIA BACEN JUD ANTES DA CITAÇÃO.....	923
11.8.	A INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO DECRETADA NO JUÍZO FALIMENTAR NÃO IMPEDE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL...	924
11.9.	SE A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE FOR ACOLHIDA PARA EXCLUIR SÓCIO DO POLO PASSIVO DE EXECUÇÃO FISCAL, O PROVEITO ECONÔMICO, PARA FINS DE HONORÁRIOS, CORRESPONDE AO VALOR DA DÍVIDA EXECUTADA...	925

12. PROCESSO COLETIVO..... 927

12.1.	O MP NÃO POSSUI LEGITIMIDADE PARA PROMOVER A EXECUÇÃO COLETIVA PREVISTA NO ART. 98 DO CDC.....	927
12.2.	O MP NÃO TEM LEGITIMIDADE ATIVA PARA AJUIZAR ACP OBJETIVANDO A RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE RECOLHIDOS A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS.....	929
12.3.	ACP PROPOSTA PELO MP CONTRA A CEF E MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO PEDINDO A REALIZAÇÃO DE REPARAÇÕES URGENTES DOS EDIFÍCIOS-CAIXÃO NÃO PRECISA INCLUIR TODAS AS CONSTRUTORAS E FINANCIADORAS NO POLO PASSIVO DA LIDE.....	929
12.4.	A DEFENSORIA PÚBLICA TEM LEGITIMIDADE PARA PROPOR ACP PEDINDO PARA QUE O PODER PÚBLICO DISPONIBILIZE SERVIDORES E RECURSOS TÉCNICOS PARA AUXILIAR OS PEQUENOS AGRICULTORES A INSCREVEREM SEUS IMÓVEIS NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL ...	931
12.5.	PARA QUE A ASSOCIAÇÃO TENHA LEGITIMIDADE PARA PROMOVER A EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA ENVOLVENDO DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS É NECESSÁRIO QUE ESTEJA PRESENTE A SITUAÇÃO DESCRITA NO ART. 100 DO CDC	932
12.6.	SE A AÇÃO COLETIVA FOI PROPOSTA PELA ASSOCIAÇÃO ANTES DO RE 573.232/SC, É POSSÍVEL DETERMINAR A INTIMAÇÃO DA AUTORA PARA REGULARIZAR A REPRESENTAÇÃO, APRESENTANDO AUTORIZAÇÃO DOS ASSOCIADOS E A LISTA DE REPRESENTADOS	934
12.7.	NÃO SE APLICA ÀS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS PROPOSTAS POR ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS O PRINCÍPIO DA SIMETRIA NA CONDENAÇÃO DO RÉU NAS CUSTAS E NOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	935
12.8.	AS ASSOCIAÇÕES PODEM AJUIZAR ACP PARA A DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS	

	HOMOGÊNEOS, SITUAÇÃO EM QUE ATUAM COMO SUBSTITUTAS PROCESSUAIS, COM DISPENSA DA JUNTADA DAS AUTORIZAÇÕES INDIVIDUAIS DAS PESSOAS INTERESSADAS.....	937
12.9.	O ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO EM VAGA RESERVADA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NÃO CONFIGURA DANO MORAL COLETIVO	939
12.10.	A LEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DAS PESSOAS JURÍDICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA DEPENDE DA PERTINÊNCIA TEMÁTICA ENTRE SUAS FINALIDADES INSTITUCIONAIS E O INTERESSE TUTELADO.....	940
12.11.	O JUIZ, AO ANALISAR SE UMA ASSOCIAÇÃO TEM PERTINÊNCIA TEMÁTICA PARA PROPOR ACP, DEVE ADOTAR INTERPRETAÇÃO FLEXÍVEL E AMPLA.....	941
12.12.	A LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA COLETIVA, PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, NÃO TEM O CONDÃO DE INTERROMPER O PRAZO PRESCRICIONAL PARA O EXERCÍCIO DA PRETENSÃO INDIVIDUAL DE LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO PELAS VÍTIMAS E SEUS SUCESSORES.....	942
12.13.	SE A OBRIGAÇÃO QUE SE PRETENDE EXECUTAR DE UM TAC NÃO SE REFERE ESPECIFICAMENTE À REPARAÇÃO DE DANO AMBIENTAL, NÃO SE PODE DIZER QUE ESSA PRETENSÃO SEJA IMPRESCRITÍVEL, DEVENDO SER APLICADO O PRAZO DE 5 ANOS	944
12.14.	É DE CINCO ANOS O PRAZO PRESCRICIONAL PARA AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	946
12.15.	NÃO HÁ CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA, SALVO EM CASO DE COMPROVADA MÁ-FÉ.....	947
12.16.	SE O MP PROPÕE ACP PEDINDO A NULIDADE DE LICITAÇÃO E DE CONCURSO, DEVERÁ INCLUIR NO POLO PASSIVO AS PESSOAS BENEFICIADAS PELO PROCEDIMENTO E PELOS ATOS ADMINISTRATIVOS INQUINADOS.....	948
12.17.	NÃO É CONVENIENTE O AJUIZAMENTO DE ACP APONTANDO ABUSIVIDADE CONTRATUAL SEM QUE SEJA COLACIONADO AOS AUTOS UM ÚNICO CONTRATO, EXTRATO, OU RECIBO DE PAGAMENTO QUE INDIQUE A CUMULAÇÃO INDEVIDA.....	949
12.18.	NÃO HAVENDO LIMITAÇÃO SUBJETIVA NO TÍTULO EXECUTIVO EM RAZÃO DAS PARTICULARIDADES DO DIREITO TUTELADO, É INDEVIDA A LIMITAÇÃO DE SUA ABRANGÊNCIA AOS FILIADOS RELACIONADOS NA INICIAL DA AÇÃO COLETIVA PROPOSTA POR SINDICATO	951

13. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS..... 953

- 13.1. O ATO JUDICIAL QUE ENCERRA A PRIMEIRA FASE DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS ENSEJA O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA.....953

DIREITO PENAL955**1. DOSIMETRIA DA PENA, PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO, DETRAÇÃO, PENA DE MULTA, EFEITOS DA CONDENAÇÃO (OU TEMAS DA PARTE GERAL)..... 955**

- 1.1. O ROUBO EM TRANSPORTE COLETIVO VAZIO É CIRCUNSTÂNCIA CONCRETA QUE NÃO JUSTIFICA A ELEVAÇÃO DA PENA-BASE955
- 1.2. AMEAÇAR A VÍTIMA NA PRESENÇA DE SEU FILHO MENOR DE IDADE JUSTIFICA A VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE DO AGENTE.....955
- 1.3. O RÉU TAMBÉM TERÁ DIREITO À ATENUANTE MESMO QUE O ÓRGÃO JULGADOR NÃO MENCIONE EXPRESSAMENTE A CONFISSÃO NA DECISÃO (AMPLIAÇÃO DA SÚMULA 545 DO STJ) 956
- 1.4. REINCIDÊNCIA X CONFISSÃO: QUAL DAS DUAS PREPONDERA?..... 958
- 1.5. A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA DEVE PREPONDERAR SOBRE A AGRAVANTE DA DISSIMULAÇÃO.....960
- 1.6. A ATENUANTE DA CONFISSÃO, MESMO QUALIFICADA, PODE SER COMPENSADA INTEGRALMENTE COM QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL DESLOCADA PARA A SEGUNDA FASE DA DOSIMETRIA EM RAZÃO DA PLURALIDADE DE QUALIFICADORAS.....961
- 1.7. O RECONHECIMENTO DE QUE O RÉU, CONDENADO PELO CRIME DE CORRUPÇÃO DE TESTEMUNHA, PRATICOU ATO INCOMPATÍVEL COM O CARGO DE POLICIAL MILITAR, É FUNDAMENTO VÁLIDO PARA A DECRETAÇÃO DA PERDA DO CARGO PÚBLICO962
- 1.8. A CONTINUIDADE DELITIVA NÃO IMPORTA NA OBRIGATORIEDADE DE REDUÇÃO DA PENA DEFINITIVA FIXADA EM CÚMULO MATERIAL, PORQUANTO HÁ POSSIBILIDADE DE AUMENTO DO DELITO MAIS GRAVOSO EM ATÉ O TRÍPLO..... 963
- 1.9. É PROPORCIONAL A APLICAÇÃO DA FRAÇÃO MÁXIMA DE 2/3 NA HIPÓTESE DE A CONDUTA CRIMINOSA CORRESPONDER A 7 OU MAIS INFRAÇÕES EM CONTINUIDADE DELITIVA.....964

- 1.10. A NEGATIVAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS, AO CONTRÁRIO DO QUE OCORRE QUANDO RECONHECIDA A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA, CONFERE AO JULGADOR A FACULDADE DE RECRUDESCER O REGIME PRISIONAL966
- 1.11. NEGADA A APLICAÇÃO DA INSIGNIFICÂNCIA PARA CONDENADO POR FURTO QUE JÁ OSTENTAVA CONDENAÇÕES DEFINITIVAS POR CRIMES PATRIMONIAIS E ESTAVA EM GOZO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL.....967
- 1.12. A MULTIRREINCIDÊNCIA ESPECÍFICA SOMADA AO FATO DE O ACUSADO ESTAR EM PRISÃO DOMICILIAR DURANTE AS REITERAÇÕES CRIMINOSAS SÃO CIRCUNSTÂNCIAS QUE INVIABILIZAM A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....968
- 1.13. ACÓRDÃO QUE CONFIRMA SENTENÇA CONDENATÓRIA TAMBÉM INTERROMPE PRESCRIÇÃO, SEJA MANTENDO, REDUZINDO OU AUMENTANDO A PENA.....969
- 1.14. O TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA É O TRÂNSITO EM JULGADO PARA AMBAS AS PARTES.....972
- 1.15. O PERÍODO DE RECOLHIMENTO OBRIGATÓRIO NOTURNO E NOS DIAS DE FOLGA DEVE SER RECONHECIDO COMO PERÍODO DE DETRAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E DA MEDIDA DE SEGURANÇA.....974

2. FURTO, ROUBO E ESTELIONATO.....976

- 2.1. EM REGRA, É NECESSÁRIA PERÍCIA PARA COMPROVAR A ESCALADA NO CASO DE FURTO QUALIFICADO. EXCEPCIONALMENTE, A PROVA PERICIAL SERÁ PRESCINDÍVEL SE HOVER NOS AUTOS ELEMENTOS APTOS A COMPROVAR A ESCALADA DE FORMA INCONTESTE976
- 2.2. A CAUSA DE AUMENTO DE PENA DO § 1º DO ART. 155 DO CP, ALÉM DE SE APLICAR PARA OS CASOS DE FURTO SIMPLES (CAPUT), PODE TAMBÉM INCIDIR NAS HIPÓTESES DE FURTO QUALIFICADO (§ 4º)?.....977
- 2.3. PARA QUE INCIDA O § 1º DO ART. 155 DO CP AS ÚNICAS EXIGÊNCIAS SÃO QUE O FURTO OCORRA À NOITE E EM SITUAÇÃO DE REPOUSO.....979
- 2.4. CHEQUE FRAUDADO E COMPETÊNCIA PARA JULGAR O ESTELIONATO.....980
- 2.5. NO CRIME DE ESTELIONATO, NÃO IDENTIFICADAS AS HIPÓTESES DESCRITAS NO § 4º DO ART. 70 DO CPP, A COMPETÊNCIA DEVE SER FIXADA NO LOCAL ONDE O AGENTE DELITUOSO OBTVE OS SERVIÇOS CUSTEADOS PELA VÍTIMA.....983

- 2.6. NOS CASOS EM QUE SE APLICA A LEI Nº 13.654/2018, É POSSÍVEL A VALORAÇÃO DO EMPREGO DE ARMA BRANCA, NO CRIME DE ROUBO, COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESABONADORA 984

3. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....987

- 3.1. É POSSÍVEL DESCLASSIFICAR O CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A DO CP) PARA O DELITO DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL (ART. 215-A DO CP)?.....987
- 3.2. DE QUEM É A COMPETÊNCIA PARA JULGAR O CRIME DE ESTUPRO PRATICADO CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR?992
- 3.3. O DELITO DE FAVORECIMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTE NÃO EXIGE HABITUALIDADE, TRATANDO-SE DE CRIME INSTANTÂNEO 994

4. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 996

- 4.1. COMETE O DELITO DE DESOBEDIÊNCIA O CONDUTOR DO VEÍCULO QUE NÃO CUMPRE A ORDEM DE PARADA DADA PELA AUTORIDADE EM CONTEXTO DE POLÍCIAMENTO OSTENSIVO PARA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DE CRIMES 996
- 4.2. CONFIGURA CORRUPÇÃO ATIVA O OFERECIMENTO DE VANTAGEM INDEVIDA A FUNCIONÁRIO PARA DETERMINÁ-LO A OMITIR OU RETARDAR ATO DE OFÍCIO RELACIONADO COM O COMETIMENTO DO CRIME DE POSSE DE DROGAS PARA USO PRÓPRIO997
- 4.3. A MERA AFIRMAÇÃO DE QUE O DENUNCIADO OCUPA O CARGO DE DESEMBARGADOR É INSUFICIENTE PARA A INCIDÊNCIA DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO ART. 327, § 2º, DO CÓDIGO PENAL..... 998
- 4.4. SERVIDOR PÚBLICO QUE SE APROPRIA DOS SALÁRIOS QUE LHE FORAM PAGOS E NÃO PRESTA OS SERVIÇOS, NÃO COMETE PECULATO 999
- 4.5. SÃO ATÍPICAS AS CONDUTAS DE SUBMETER-SE À VACINAÇÃO CONTRA COVID-19 EM LOCAL DIVERSO DO AGENDADO E/OU COM APLICAÇÃO DE IMUNIZANTE DIVERSO (CASO WESLEY SAFADÃO)..... 1000

5. OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL 1002

- 5.1. A REVOGAÇÃO DA CONTRAVENÇÃO DE PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE PELA LEI 14.132/2021, NÃO SIGNIFICA QUE TENHA OCORRIDO *ABOLITIO CRIMINIS* EM RELAÇÃO A TODOS OS FATOS QUE ESTAVAM ENQUADRADOS NA REFERIDA INFRAÇÃO PENAL... 1002

- 5.2. PARA A CONFIGURAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ART. 89 DA LEI 8.666/93, AGORA DISPOSTO NO ART. 337-E DO CP, É INDISPENSÁVEL A COMPROVAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO DE CAUSAR DANOS AO ERÁRIO E O EFETIVO PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS..... 1006

- 5.3. O CRIME DE INJÚRIA PRATICADO PELA INTERNET POR MENSAGENS PRIVADAS, AS QUAIS SOMENTE O AUTOR E O DESTINATÁRIO TÊM ACESSO AO SEU CONTEÚDO, CONSUMA-SE NO LOCAL EM QUE A VÍTIMA TOMOU CONHECIMENTO..... 1011

- 5.4. MANIFESTAÇÕES POR PARTE DA IMPRENSA DE NATUREZA CRÍTICA, SATÍRICA, AGRESSIVA, NÃO AUTORIZAM, POR SI SÓ, O USO DO DIREITO PENAL PARA, MESMO QUE DE FORMA INDIRETA, SILENCIAR A ATIVIDADE JORNALÍSTICA.. 1012

- 5.5. A QUALIFICADORA PREVISTA NO ART. 129, § 2º, IV, DO CÓDIGO PENAL (DEFORMIDADE PERMANENTE), ABRANGE SOMENTE LESÕES CORPORAIS QUE RESULTAM EM DANOS FÍSICOS.... 1012

- 5.6. A QUALIFICADORA DA “PAGA OU PROMESSA DE RECOMPENSA”, PREVISTA NO INCISO I DO § 2º DO ART. 121 DO CP, TAMBÉM SE COMUNICA AO MANDANTE DO CRIME?..... 1013

- 5.7. CASO MIGUEL OTÁVIO 1015

- 5.8. NA DENÚNCIA PELO CRIME DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA EM CONTEXTO SOCIETÁRIO, O MP DEVERÁ DESCREVER A PREDISPOSIÇÃO COMUM DE MEIOS PARA OS CRIMES E A CONTÍNUA VINCULAÇÃO 1016

- 5.9. O INADIMPLEMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA APENAS CONFIGURA CRIME DE ABANDONO MATERIAL QUANDO O AGENTE POSSUI RECURSOS PARA PROVER O PAGAMENTO E DEIXA DE FAZÊ-LO PROPOSITADAMENTE 1018

- 5.10. LEI 14.321/2022: CRIME DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL 1020

6. LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2006)..... 1020

- 6.1. DEMONSTRADAS PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM A ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA DO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS, INVIÁVEL O REVOLVIMENTO PROBATÓRIO EM SEDE DE *HABEAS CORPUS* VISANDO A MODIFICAÇÃO DO JULGADO 1020

- 6.2. O FATO DE O FLAGRANTE DE TRÁFICO DE DROGAS TER OCORRIDO EM COMUNIDADE APONTADA COMO LOCAL DOMINADO POR FACÇÃO CRIMINOSA, POR SI SÓ, NÃO PERMITE PRESUMIR QUE O RÉU ERA ASSOCIADO À REFERIDA FACÇÃO 1021

6.3.	A CONDENAÇÃO PELO ART. 28 DA LEI 11.343/2006 (PORTE DE DROGA PARA USO PRÓPRIO) NÃO CONFIGURA REINCIDÊNCIA.....	1022
6.4.	É POSSÍVEL UTILIZAR A QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA APREENHIDA PARA A MODULAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LD?.....	1025
6.5.	INQUÉRITOS E AÇÕES PENAIS EM CURSO NÃO SERVEM PARA IMPEDIR O RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO.....	1026
6.6.	A APREENSÃO DE PETRECHOS PARA A TRAFICÂNCIA, A DEPENDER DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO, PODE AFASTAR A CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO (ART. 33, § 4º, DA LD).....	1029
6.7.	É POSSÍVEL QUE O PODER JUDICIÁRIO CONCEDA AUTORIZAÇÃO PARA QUE A PESSOA FAÇA O CULTIVO DE MACONHA COM OBJETIVOS MEDICINAIS?.....	1029
6.8.	A SEMI-IMPUTABILIDADE (ART. 46 DA LD), POR SI SÓ, NÃO AFASTA O TRÁFICO DE DROGAS E O SEU CARÁTER HEDIONDO, TAL COMO A FORMA PRIVILEGIADA DO § 4º DO ART. 33.....	1031
6.9.	NÃO INCIDE A CAUSA DE AUMENTO DE PENA DO ART. 40, III, DA LD, SE O CRIME FOI PRATICADO NAS PROXIMIDADES DE ESCOLA FECHADA EM RAZÃO DA COVID-19.....	1032
6.10.	A REVOGAÇÃO DO § 2º DO ART. 2º DA LEI 8.072/90 PELA LEI 13.964/2019 NÃO TEM O CONDÃO DE RETIRAR DO TRÁFICO DE DROGAS SUA CARACTERIZAÇÃO COMO DELITO EQUIPARADO A HEDIONDO.....	1034
6.11.	A EQUIPARAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS A DELITOS HEDIONDOS DECORRE DA PREVISÃO CONSTITUCIONAL CONTIDA NO ART. 5º, XLIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1035
6.12.	LEI 14.322/2022: MODIFICOU O ART. 62 DA LEI DE DROGAS.....	1036
7. OUTROS TEMAS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE..... 1036		
7.1.	NÃO CABE O ARBITRAMENTO DE ALUGUEL EM DESFAVOR DA COPROPRIETÁRIA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, QUE, EM RAZÃO DE MEDIDA PROTETIVA, DETÉM O USO E GOZO EXCLUSIVO DO IMÓVEL DE COTITULARIDADE DO AGRESSOR.....	1036
7.2.	É CONSTITUCIONAL O ART. 12-C DA LEI MARIA DA PENHA QUE AUTORIZA, EM ALGUMAS HIPÓTESES, A APLICAÇÃO, PELA AUTORIDADE POLICIAL, DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA EM FAVOR DA MULHER.....	1036
7.3.	A LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) É APLICÁVEL ÀS MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	1041
7.4.	NÃO SE DEVE DESIGNAR A AUDIÊNCIA DE QUE TRATA O ART. 16 DA LMP SE A MULHER MANIFESTA INTERESSE DE DESISTIR DA REPRESENTAÇÃO SOMENTE APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA.....	1042
7.5.	É INDEVIDA A MANUTENÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS NA HIPÓTESE DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL SEM INDICIAMENTO DO ACUSADO.....	1043
7.6.	O REQUERIDO (AUTOR DA VIOLÊNCIA) NÃO SERÁ CITADO PARA CONTESTAR O PEDIDO DE MEDIDAS CAUTELARES DOS INCISOS I, II E III DO ART. 22 DA LEI MARIA DA PENHA.....	1044
7.7.	É ILEGAL A FIXAÇÃO AD AETERNUM DE MEDIDA PROTETIVA, DEVENDO O MAGISTRADO AVALIAR PERIODICAMENTE A PERTINÊNCIA DA MANUTENÇÃO DA CAUTELA IMPOSTA.....	1046
7.8.	NA AUTOLAVAGEM NÃO OCORRE A CONSUNÇÃO ENTRE A CORRUPÇÃO PASSIVA E A LAVAGEM DE DINHEIRO.....	1047
7.9.	MESMO QUE A GENITÁLIA DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE NÃO ESTEJA DESNUDA, É POSSÍVEL ENQUADRAR A IMAGEM COMO “CENA DE SEXO EXPLÍCITO OU PORNOGRÁFICA” PARA OS FINS DO ART. 241-E DO ECA.....	1049
7.10.	É CONSTITUCIONAL O ART. 83 DA LEI Nº 9.430/96.....	1051
7.11.	PARA FINS DO DISPOSTO NO ART. 2º, II, DA LEI Nº 8.137/90, A MENÇÃO A INÚMEROS INADIMPLENTOS (INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA) GERA A PRESUNÇÃO RELATIVA DA AUSÊNCIA DE TENTATIVA DE REGULARIZAÇÃO.....	1052
7.12.	O DOLO DE NÃO RECOLHER O TRIBUTO, DE MANEIRA GENÉRICA, NÃO É SUFICIENTE PARA PREENCHER O TIPO SUBJETIVO DO CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL (ART. 2º, II, DA LEI 8.137/90).....	1053
7.13.	A IMPUTAÇÃO DE DOIS CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA AO AGENTE NÃO REVELA, POR SI SÓ, A LITISPENDÊNCIA DAS AÇÕES PENAIS, SE NÃO FICAR DEMONSTRADO O LIAME ENTRE AS CONDUTAS PRATICADAS POR AMBAS AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.....	1055
7.14.	O CRIME TIPIFICADO NO ART. 2º DA LEI 8.176/91 É PERMANENTE OU INSTANTÂNEO?.....	1056
7.15.	SE, NO MOMENTO DO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA, O ACUSADO NÃO EXERCER FUNÇÃO OU CARGO PÚBLICO, TORNA-SE DISPENSÁVEL A DEFESA PRÉVIA PREVISTA NO ART. 2º, I, DO DL 201/67.....	1057
7.16.	O PRINCÍPIO DA INTRANSCENDÊNCIA DA PENA TAMBÉM SE APLICA PARA PESSOAS JURÍDICAS.....	1059

7.17.	SÃO INCONSTITUCIONAIS OS DECRETOS QUE FLEXIBILIZARAM OS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA A AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO.....	1062
7.18.	É ATÍPICA A CONDUTA DE COLECIONADOR, COM REGISTRO PARA A PRÁTICA DESPORTIVA E GUIA DE TRÁFEGO, QUE SE DIRIGIA AO CLUBE DE TIROS SEM PORTAR CONSIGO A GUIA DE TRÂNSITO DA ARMA DE FOGO	1064
7.19.	LEI 14.344/2022: LEI DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (LEI HENRY BOREL)	1065

DIREITO PROCESSUAL PENAL 1067

1. COMPETÊNCIA.....1067

1.1.	SE UM SENADOR, QUE RESPONDE AÇÃO PENAL NO STF, FOI ELEITO DEPUTADO FEDERAL, SEM SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE, O STF PERMANECE SENDO COMPETENTE PARA A CAUSA (MANDATOS CRUZADOS)	1067
1.2.	É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE IMPÕE A NECESSIDADE DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COLEGIADO DO TRIBUNAL COMPETENTE PARA PROSSEGUIR COM INVESTIGAÇÕES CONTRA MAGISTRADO	1068
1.3.	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NÃO PODE CONFERIR FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO PARA DIRETORES-PRESIDENTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL INDIRETA E REITORES DE UNIVERSIDADE ESTADUAL.....	1069
1.4.	NÃO SENDO O CRIME PRATICADO EM RAZÃO E DURANTE O EXERCÍCIO DO CARGO OU FUNÇÃO, AS REGRAS DE COMPETÊNCIA NÃO SÃO ALTERADAS PELA SUPERVENIENTE POSSE NO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL	1071
1.5.	A PRERROGATIVA DE FORO NÃO SE ESTENDE A TERCEIRO QUE COMPARTILHE IMÓVEL COM AUTORIDADE NÃO INVESTIGADA.....	1071
1.6.	É APLICÁVEL A TEORIA DO JUÍZO APARENTE PARA RATIFICAR MEDIDAS CAUTELARES NO CURSO DO INQUÉRITO POLICIAL QUANDO AUTORIZADAS POR JUÍZO APARENTEMENTE COMPETENTE	1073
1.7.	CRIMES ANTECEDENTES, CAUSA DE AUMENTO DESCRITA NA PARTE FINAL DO § 4º DO ART. 1º DA LEI 9.613/98 E COMPETÊNCIA	1074
1.8.	COMPETÊNCIA NO CASO DA OPERAÇÃO HEMORRAGIA.....	1074
1.9.	IDC E CASOS “MAIO SANGRENTO” E “CHACINA DO PARQUE BRISTOL”	1076

1.10.	NÃO TENDO HAVIDO IMPUTAÇÃO DE CRIME ELEITORAL OU A OCORRÊNCIA DE CONEXÃO DE DELITO COMUM COM DELITO ELEITORAL, NÃO SE JUSTIFICA O ENCAMINHAMENTO DO FEITO À JUSTIÇA ELEITORAL	1078
1.11.	COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL JULGAR FALAS DE CUNHO HOMOFÓBICO DIVULGADAS EM PERFIS ABERTOS DO FACEBOOK E DO YOUTUBE....	1079

2. PRISÃO E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES1081

2.1.	REQUISITOS ESTIPULADOS PELO STF PARA A VALIDADE DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO TEMPORÁRIA.....	1081
2.2.	A MERA CIRCUNSTÂNCIA DE O AGENTE TER SIDO DENUNCIADO EM RAZÃO DOS DELITOS DESCRITOS NA LEI 12.850/2013 NÃO JUSTIFICA A IMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA DA PRISÃO PREVENTIVA.....	1085
2.3.	A DETERMINAÇÃO DO MAGISTRADO PELA CAUTELAR MÁXIMA, EM SENTIDO DIVERSO DO REQUERIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, PELA AUTORIDADE POLICIAL OU PELO OFENDIDO, NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO ATUAÇÃO <i>EX OFFICIO</i>	1086
2.4.	NÃO EXISTE O DEVER DE REVISÃO PREVISTO NO ART. 316, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP, CASO O ACUSADO ESTEJA FORAGIDO	1088
2.5.	O DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 316 DO CPP NÃO ACARRETA AUTOMATICAMENTE A LIBERDADE DO PRESO. ESSE DISPOSITIVO SE APLICA TAMBÉM AOS TRIBUNAIS?	1089
2.6.	RÉU QUE, APROVEITANDO-SE DE SUA CONDIÇÃO DE MÉDICO, PRATICOU CRIMES SEXUAIS; PRISÃO PREVENTIVA PODE SER SUBSTITUÍDA POR PROIBIÇÃO DO EXERCÍCIO DA MEDICINA E SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO MÉDICA	1092
2.7.	A NECESSIDADE DE INTERRUPÇÃO DO CICLO DELITIVO DE ASSOCIAÇÕES E ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS É FUNDAMENTO IDÔNEO PARA JUSTIFICAR A CUSTÓDIA CAUTELAR E A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA	1093
2.8.	ADVOGADO PODE FICAR EM CELA INDIVIDUAL NO PRESÍDIO, DESDE QUE ASSEGURADAS AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE SALUBRIDADE E DIGNIDADE HUMANAS.....	1094
2.9.	NA ANÁLISE DO CABIMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, ALÉM DOS REQUISITOS PREVISTOS NO CPP, O MAGISTRADO DEVE OBSERVAR AS RECOMENDAÇÕES DA RESOLUÇÃO CNJ 425/2021...	1096

2.10.	É POSSÍVEL APLICAR A DECISÃO DO STF NO HC 143641/SP OU O ART. 318-A DO CPP PARA OS CASOS DE CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA PENA EM QUE A ACUSADA FOI CONDENADA AOS REGIMES FECHADO OU SEMIABERTO?.....	1097		OUTRA MEDIDA CAUTELAR, NÃO SIGNIFICA QUE TENHA HAVIDO A SUA VALIDAÇÃO PELO STJ... ..	1113
2.11.	A APREENSÃO DE GRANDE QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS NÃO IMPEDE, POR SI SÔ, A CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR À MÃE DE FILHO MENOR DE 12 ANOS	1101	3.5.	A CONVERSÃO DO CONTEÚDO DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS EM FORMATO ESCOLHIDO PELA DEFESA NÃO É ÔNUS ATRIBUÍDO AO ESTADO	1114
2.12.	A CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR ÀS GENITORAS DE MENORES DE ATÉ 12 ANOS INCOMPLETOS É LEGALMENTE PRESUMIDA, NÃO ESTANDO CONDICIONADA À COMPROVAÇÃO DA IMPRESCINDIBILIDADE DOS CUIDADOS MATERNS.....	1102	3.6.	NÃO COMETE O CRIME DO ART. 10 DA LEI 9.296/96 O ADVOGADO QUE GRAVA ESCONDIDO O DEPOIMENTO DO SEU CLIENTE PRESTADO EM PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	1115
2.13.	CONCLUSÕES SOBRE O SEQUESTRO DO ART. 4º DO DL 3.240/1941	1103	3.7.	O ACESSO AO CHIP TELEFÔNICO DESCARTADO PELO ACUSADO EM VIA PÚBLICA NÃO SE QUALIFICA COMO QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO	1115
2.14.	A CONSTRIÇÃO JUDICIAL QUE INCIDE EM IMÓVEL BLOQUEADO GERIDO POR FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES (FIP) DEVE ESTAR ADSTRITA À COTA-PARTE DO ACUSADO/ COTISTA	1103	3.8.	É ILEGAL A REQUISIÇÃO, SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, DE DADOS FISCAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	1117
2.15.	A ESCOLHA PELO MAGISTRADO DE MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS, EM SENTIDO DIVERSO DAS REQUERIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, PELA AUTORIDADE POLICIAL OU PELO OFENDIDO, NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO ATUAÇÃO <i>EX OFFICIO</i>	1104	3.9.	NÃO HÁ ILCITUDE DAS PROVAS POR VIOLAÇÃO AO SIGILO DE DADOS BANCÁRIOS, EM RAZÃO DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS DE MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1121
2.16.	NÃO HÁ UM LIMITE MÁXIMO DE TEMPO PARA A DURAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO	1106	3.10.	O MP PODE REQUERER DIRETAMENTE QUE A APPLE, GOOGLE ETC. GUARDEM OS REGISTROS DE ACESSO A APLICAÇÕES DE INTERNET OU REGISTROS DE CONEXÃO DE PESSOAS INVESTIGADAS ENQUANTO SE AGUARDA PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS.....	1122
2.17.	SE O MP PEDIU A APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO, O JUIZ ESTÁ AUTORIZADO A DECRETAR A PRISÃO?	1106	3.11.	NÃO É POSSÍVEL A QUEBRA DE SIGILO DO REGISTROS DE GEOLOCALIZAÇÃO NOS CASOS EM QUE HAJA A POSSIBILIDADE DE VIOLAÇÃO DA INTIMIDADE DE PESSOAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADAS À INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	1123
3. PROVAS	1108		3.12.	FACEBOOK INC, MESMO ESTANDO SITUADA NOS EUA, DEVE CUMPRIR ORDENS JUDICIAIS PARA FORNECIMENTO DE DADOS INDEPENDENTEMENTE DE PEDIDO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	1125
3.1.	É VÁLIDA A DECISÃO JUDICIAL QUE SE UTILIZA DE FUNDAMENTAÇÃO <i>PER RELATIONEM</i> PARA DECRETAR A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA?	1108	3.13.	A INDUÇÃO DO MORADOR A ERRO NA AUTORIZAÇÃO DO INGRESSO EM DOMICÍLIO MACULA A VALIDADE DA MANIFESTAÇÃO DE VONTADE E, POR CONSEQUÊNCIA, CONTAMINA TODA A BUSCA E APREENSÃO	1126
3.2.	É POSSÍVEL A FUNDAMENTAÇÃO <i>PER RELATIONEM</i> PARA DECRETAR OU PRORROGAR A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, DESDE QUE O MAGISTRADO FAÇA CONSIDERAÇÕES AUTÔNOMAS, AINDA QUE SUCINTAS, JUSTIFICANDO A MEDIDA.....	1109	3.14.	IMPOSSIBILIDADE DE VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO COM BASE NO COMPORTAMENTO SUSPEITO DO ACUSADO, QUE EMPREENDEU FUGA AO VER A VIATURA POLICIAL	1129
3.3.	A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA PODE SER RENOVADA SUCESSIVAMENTE SE A DECISÃO JUDICIAL INICIAL E AS PRORROGAÇÕES FOREM FUNDAMENTADAS, COM JUSTIFICATIVA LEGÍTIMA, MESMO QUE SUCINTA, A EMBASAR A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES.....	1111	3.15.	SE A POLÍCIA ENTRA NA RESIDÊNCIA ESPECIFICAMENTE PARA EFETUAR UMA PRISÃO, ELA NÃO PODE VASCULHAR INDISTINTAMENTE O INTERIOR DA CASA PORQUE ISSO SERIA "PESCARIA PROBATÓRIA", COM DESVIO DE FINALIDADE	1131
3.4.	A MERA REFERÊNCIA À LEGALIDADE DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, COM EXCLUSIVA INTENÇÃO DE JUSTIFICAR A IMPOSIÇÃO DE				

- 3.16. A DENÚNCIA ANÔNIMA ACOMPANHADA DAS DILIGÊNCIAS PARA A CONSTATAÇÃO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRÉVIAS PODEM CARACTERIZAR AS FUNDADAS RAZÕES PARA O INGRESSO DOS POLICIAIS NA RESIDÊNCIA DO INVESTIGADO..... 1134
 - 3.17. A INVESTIGAÇÃO POLICIAL ORIGINADA DE INFORMAÇÕES OBTIDAS POR INTELIGÊNCIA POLICIAL E MEDIANTE DILIGÊNCIAS PRÉVIAS QUE REDUNDA EM ACESSO À RESIDÊNCIA DO ACUSADO CONFIGURA EXERCÍCIO REGULAR DA ATIVIDADE INVESTIGATIVA..... 1136
 - 3.18. SÃO LÍCITAS AS PROVAS OBTIDAS COM A APREENSÃO DE BENS NÃO DISCRIMINADOS EXPRESSAMENTE EM MANDADO OU NA DECISÃO JUDICIAL CORRESPONDENTE, MAS VINCULADOS AO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO.....1137
 - 3.19. A HABITAÇÃO EM PRÉDIO ABANDONADO DE ESCOLA MUNICIPAL PODE CARACTERIZAR O CONCEITO DE DOMICÍLIO EM QUE INCIDE A PROTEÇÃO DISPOSTA NO ART. 5º, XI, DA CONSTITUIÇÃO 1138
 - 3.20. O ESTABELECIMENTO COMERCIAL – EM FUNCIONAMENTO E ABERTO AO PÚBLICO – NÃO PODE RECEBER A PROTEÇÃO QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL CONFERE À CASA.....1140
 - 3.21. INEXISTINDO A COMPROVAÇÃO DE QUE A AUTORIZAÇÃO DO MORADOR FOI LIVRE E SEM VÍCIO DE CONSENTIMENTO, IMPÕE-SE O RECONHECIMENTO DA ILEGALIDADE DA BUSCA DOMICILIAR.....1141
 - 3.22. O SIMPLES FATO DE O ACUSADO TER ANTECEDENTE POR TRÁFICO DE DROGAS NÃO AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE BUSCA DOMICILIAR.. 1142
 - 3.23. O DESCUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES EXIGIDAS PARA O RECONHECIMENTO DE PESSOAS (ART. 226 DO CPP) GERA A NULIDADE DO ATO; O RÉU CONDENADO SERÁ ABSOLVIDO, SALVO SE HOUVER PROVAS DA AUTORIA QUE SEJAM INDEPENDENTES..... 1145
 - 3.24. É INVÁLIDO O RECONHECIMENTO PESSOAL REALIZADO EM DESACORDO COM O MODELO DO ART. 226 DO CPP, O QUE IMPLICA A IMPOSSIBILIDADE DE SEU USO PARA LASTREAR JUÍZO DE CERTEZA DA AUTORIA DO CRIME, MESMO QUE DE FORMA SUPLEMENTAR..... 1146
 - 3.25. SE A VÍTIMA É CAPAZ DE INDIVIDUALIZAR O AUTOR DO FATO, É DESNECESSÁRIO INSTAURAR O PROCEDIMENTO DO ART. 226 DO CPP..... 1149
 - 3.26. MESMO QUE O RECONHECIMENTO PESSOAL NÃO TENHA OBSERVADO AS FORMALIDADES LEGAIS, NÃO SERÁ O CASO DE ABSOLVIÇÃO SE A VÍTIMA RELATOU CONHECER O RÉU, BEM COMO O PAI DO ACUSADO, POR SEREM VIZINHOS..... 1150
 - 3.27. INVÁLIDO O RECONHECIMENTO FEITO PELA VÍTIMA TRÊS MESES APÓS O ROUBO, QUANDO O SUSPEITO SE ENCONTRAVA EM UMA MACA DE HOSPITAL1151
 - 3.28. A CONDENAÇÃO DEVE SER MANTIDA SE ELA FOI LASTREADA NÃO APENAS NO ATO DE RECONHECIMENTO REALIZADO PELA VÍTIMA (CONSIDERADO INVÁLIDO), MAS TAMBÉM NAS DEMAIS PROVAS COLIGIDAS AOS AUTOS 1153
 - 3.29. POLICIAIS NÃO PODEM FAZER A REVISTA PESSOAL UNICAMENTE PELO FATO DE ACHAREM QUE O SUSPEITO DEMONSTROU NERVOSISMO AO AVISTÁ-LOS..... 1155
 - 3.30. A MERA ALEGAÇÃO GENÉRICA DE “ATITUDE SUSPEITA” É INSUFICIENTE PARA A LICITUDE DA BUSCA PESSOAL 1155
 - 3.31. POLÍCIA RECEBEU DENÚNCIA ANÔNIMA CONTRA O SUSPEITO E FOI APURAR; QUANDO O SUSPEITO VIU A POLÍCIA, FICOU NERVOSO E JOGOU SACOLA COM DROGAS NO CHÃO; TAIS CIRCUNSTÂNCIAS JUSTIFICAM A BUSCA PESSOAL REALIZADA NO INDIVÍDUO.....1157
 - 3.32. A GUARDA MUNICIPAL, POR NÃO ESTAR ENTRE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, NÃO PODE EXERCER ATRIBUIÇÕES DAS POLÍCIAS CIVIS E MILITARES; A SUA ATUAÇÃO DEVE SE LIMITAR À PROTEÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO..... 1158
 - 3.33. É ILEGAL O ENCERRAMENTO DO INTERROGATÓRIO DO PACIENTE QUE SE NEGA A RESPONDER AOS QUESTIONAMENTOS DO JUIZ INSTRUCTOR ANTES DE OPORTUNIZAR AS INDAGAÇÕES PELA DEFESA.....1161
 - 3.34. NÃO HÁ NULIDADE PELO FATO DE O JUIZ NÃO ACEITAR O ROL DE TESTEMUNHAS APRESENTADO PELA DEFESA FORA DA FASE ESTABELECIDO NO ART. 396-A DO CPP 1162
 - 3.35. A INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHAS DIRETAMENTE PELO MAGISTRADO QUE ASSUME O PROTAGONISMO NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO VIOLA O ART. 212 DO CPP 1163
 - 3.36. NO ÂMBITO DA AUDIÊNCIA DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHAS, A AUSÊNCIA DE CONTATO PRÉVIO ENTRE O RÉU E SEU DEFENSOR DATIVO CONFIGURA CERCEAMENTO DE DEFESA..... 1164
 - 3.37. O TESTEMUNHO PRESTADO EM JUÍZO PELO POLICIAL DEVE SER VALORADO, ASSIM COMO ACONTECE COM A PROVA TESTEMUNHAL EM GERAL..... 1165
- 4. TRIBUNAL DO JÚRI1166**
- 4.1. QUESITOS COMPLEXOS, COM MÁ REDAÇÃO OU COM FORMULAÇÃO DEFICIENTE, GERAM A

NULIDADE DO JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI, POR VIOLAÇÃO AO ART. 482, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP	1166
4.2. SE O TJ/TRF, AO JULGAR APELAÇÃO CONTRA CONDENAÇÃO DO JÚRI, RECONHECE NULIDADE NA QUESITAÇÃO DA QUALIFICADORA, BASTARÁ AFASTAR ESSA QUALIFICADORA, NÃO SENDO NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DE NOVO JÚRI	1168
4.3. O EXECUTOR DO HOMICÍDIO PRATICOU O CRIME MEDIANTE EMBOSCADA; PARA QUE O MANDANTE SEJA RESPONSABILIZADO, É NECESSÁRIO QUE OS JURADOS SEJAM INDAGADOS SE O MANDANTE SABIA QUE O EXECUTOR IRIA ESCOLHER ESSE MEIO	1170
4.4. EMBORA SEJA NECESSÁRIA A QUESITAÇÃO AOS JURADOS SOBRE A INCIDÊNCIA DE MINORANTES, A ESCOLHA DO <i>QUANTUM</i> DE DIMINUIÇÃO DA PENA CABE AO JUIZ SENTENCIANTE, E NÃO AO JÚRI	1171
4.5. NÃO HÁ NULIDADE NO QUESITO DE DOLO EVENTUAL, QUANDO A DEFESA APRESENTA TESE NO SENTIDO DE DESCLASSIFICAR O CRIME PARA LESÃO CORPORAL, AINDA QUE A QUESTÃO NÃO TENHA SIDO DISCUTIDA EM PLENÁRIO	1172
4.6. APESAR DA ALTERAÇÃO PROMOVIDA PELA LEI 13.964/2019 NO ART. 492 DO CPP, É ILEGAL A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA COMO DECORRÊNCIA AUTOMÁTICA DA CONDENAÇÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DO JÚRI	1173
4.7. O RECONHECIMENTO DA MANIFESTA CONTRARIEDADE ENTRE O VEREDITO CONDENATÓRIO E AS PROVAS DOS AUTOS GERA A CASSAÇÃO DA SENTENÇA E SUBMISSÃO DOS RÉUS A NOVO JÚRI, MAS NÃO SUA ABSOLVIÇÃO IMEDIATA PELOS JUÍZES TOGADOS	1175
4.8. O NÃO OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS NA FASE ACUSATÓRIA NÃO É CAUSA DE NULIDADE DO PROCESSO, MAS ISSO NÃO SE APLICA NA HIPÓTESE EM QUE ISSO NÃO OCORRE POR DELIBERAÇÃO DO ACUSADO	1176
4.9. SE A TESE ADOTADA PELOS JURADOS FOR PLAUSÍVEL, AINDA QUE FRÁGIL E QUESTIONÁVEL, A DECISÃO DEVE SER MANTIDA, SOBRETUDO PORQUE OS JURADOS JULGAM SEGUNDO SUA ÍNTIMA CONVICÇÃO	1177
5.2. É CONSTITUCIONAL A NORMA DE REGIMENTO INTERNO DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE CONDICIONA A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO À AUTORIZAÇÃO DO DESEMBARGADOR-RELATOR NOS FEITOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DAQUELE ÓRGÃO	1178
5.3. HÁ EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE IP QUANDO, A DESPEITO DO INVESTIGADO SE ENCONTRAR SOLTO, A INVESTIGAÇÃO PERDURA POR LONGO PERÍODO SEM QUE HAJA COMPLEXIDADE QUE JUSTIFIQUE	1179
5.4. LEI ESTADUAL PODE AUTORIZAR QUE POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES LAVREM TCO	1180
5.5. INEXISTINDO A DEMONSTRAÇÃO DO MÍNIMO VÍNCULO ENTRE O ACUSADO E O DELITO A ELE IMPUTADO, IMPOSSIBILITADO ESTÁ O EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA	1182
5.6. NA DENÚNCIA PELO CRIME DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA EM CONTEXTO SOCIETÁRIO, O MP DEVERÁ DESCREVER A PREDISPOSIÇÃO COMUM DE MEIOS PARA OS CRIMES E A CONTÍNUA VINCULAÇÃO	1183
5.7. A POSSIBILIDADE DE OFERECIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL É CONFERIDA EXCLUSIVAMENTE AO MINISTÉRIO PÚBLICO, NÃO CABENDO AO PODER JUDICIÁRIO DETERMINAR AO <i>PARQUET</i> QUE O OFERTE	1183
5.8. NÃO HÁ CONSTRANGIMENTO ILEGAL SE O ANPP NÃO É PROPOSTO PORQUE O INVESTIGADO TEM VÁRIOS REGISTROS POLICIAIS E INFRACIONAIS E SE UTILIZOU DE SUA POSIÇÃO DE LIDERANÇA PARA OS CRIMES SEXUAIS	1187
5.9. A COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL É DO JUÍZO QUE O HOMOLOGOU	1190
5.10. NÃO É COMPATÍVEL COM A VIA DO <i>HABEAS CORPUS</i> A PRETENSÃO DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL, PREVISTO NO ART. 28-A DO CPP	1191
5.11. O ANPP APLICA-SE A FATOS OCORRIDOS ANTES DA LEI 13.964/2019, MAS DESDE QUE AINDA NÃO TENHA SIDO RECEBIDA A DENÚNCIA ..	1193
5.12. A SIMPLES HABILITAÇÃO DO ADVOGADO NOS AUTOS DE PROCESSO CONDUZIDO POR JUIZ QUE É SEU INIMIGO NÃO SE ENQUADRA, POR SI SÓ, NA SITUAÇÃO DO ART. 256 DO CPP	1195
5.13. NÃO EXISTE QUEBRA DA IMPARCIALIDADE PELO SIMPLES FATO DE O MAGISTRADO DAR UMA ENTREVISTA; O ART. 12 DO CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NÃO	
5. TEMAS DIVERSOS	1178
5.1. É ILEGAL A UTILIZAÇÃO DE PEÇA SIGILOSA OBTIDA EM PROCEDIMENTO EM CURSO NO STF PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO EM 1ª INSTÂNCIA COM OBJETIVO DE APURAÇÃO DOS MESMOS FATOS JÁ INVESTIGADOS NAQUELA CORTE	1178

IMPEDE O LIVRE EXERCÍCIO DO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO DO JUIZ.....	1196	E NÃO PEDIU O REGISTRO NA ATA DE SUA CONDIÇÃO; NÃO HÁ NULIDADE CASO AS INTIMAÇÕES POSTERIORES AINDA SEJAM FEITAS PARA O PRIMEIRO ADVOGADO	1216
5.14. É POSSÍVEL CELEBRAR ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA EM QUAISQUER CONDUTAS PRATICADAS EM CONCURSO DE AGENTES.....	1197	6.4. É NULA, PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL, A COLETA COMPULSÓRIA DE MATERIAL ORGÂNICO NÃO DESCARTADO DE PESSOAS DEFINITIVAMENTE NÃO CONDENADAS	1217
5.15. PESSOA JURÍDICA NÃO POSSUI CAPACIDADE PARA CELEBRAR ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA, PREVISTO NA LEI Nº 12.850/2013	1198	6.5. NÃO CONFIGURA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL A ATUAÇÃO DO GAECO QUANDO PRECEDIDA DE SOLICITAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA A QUEM A INVESTIGAÇÃO FOI ATRIBUÍDA	1219
5.16. É JUSTIFICADA A REDUÇÃO DA PENA DO RÉU COLABORADOR EM PATAMAR UM POUCO INFERIOR AO QUE HAVIA SIDO AJUSTADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO, TENDO EM VISTA QUE O ACUSADO PRESTOU DECLARAÇÕES FALSAS PERANTE O PLENÁRIO DO JÚRI.....	1199	7. RECURSOS.....	1219
5.17. É LÍCITO AO ADVOGADO FIRMAR ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA CONTRA SEU CLIENTE?.....	1200	7.1. EM CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL, É POSSÍVEL AFASTAR O ÔBICE DA SÚMULA 7/ STJ ESTRITAMENTE PARA A REVALORAÇÃO DE PROVA OU DE DADOS QUE ESTEJAM ADMITIDOS E DELINEADOS NO DECISÓRIO RECORRIDO	1219
5.18. A COLABORAÇÃO PREMIADA É UM ACORDO REALIZADO ENTRE O ACUSADOR E A DEFESA, NÃO PODENDO A VÍTIMA SER COLABORADORA	1202	7.2. QUAIS SÃO AS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS EM CASO DE RECURSO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIO NO PROCESSO PENAL?	1220
5.19. O RÉU DELATADO DEVE TER A OPORTUNIDADE DE SE MANIFESTAR APÓS O DECURSO DO PRAZO CONCEDIDO AO RÉU QUE O DELATOUC.....	1203	7.3. MESMO APÓS A LEI 14.365/2022, NÃO CABE SUSTENTAÇÃO ORAL NO JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL	1221
5.20. A FALTA DE ACORDO ENTRE AS PARTES QUANTO AO VALOR A SER PAGO A TÍTULO DE REPARAÇÃO DO DANO INVIABILIZA O BENEFÍCIO LEGAL DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....	1206	7.4. NÃO CABE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO, SENDO HIPÓTESE DE ERRO GROSSEIRO.....	1222
5.21. HAVENDO REQUERIMENTO PRÓPRIO NESTE SENTIDO, A INTIMAÇÃO EFETIVADA POR MEIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO VIOLA SUA PRERROGATIVA DE SER PESSOALMENTE INTIMADO.....	1208	8. HABEAS CORPUS, REVISÃO CRIMINAL E RECLAMAÇÃO.....	1223
5.22. SE O MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO COMPARECE NA AUDIÊNCIA PARA A OITIVA DE TESTEMUNHAS DA ACUSAÇÃO, O MAGISTRADO NÃO PODE FORMULAR PERGUNTAS DIRETAMENTE A ESTAS PORQUE ESTARIA ASSUMINDO A FUNÇÃO PRECÍPIA DO PARQUET.....	1209	8.1. NÃO CABE HABEAS CORPUS PARA QUESTIONAR PASSAPORTE VACINAL/SANITÁRIO....	1223
5.23. EM CASO DE EMENDATIO LIBELLI É DESNECESSÁRIO O ADITAMENTO À DENÚNCIA.....	1211	8.2. NÃO É CABÍVEL REVISÃO CRIMINAL PROPOSTA COMO SE FOSSE UMA NOVA APELAÇÃO, BUSCANDO REEXAMINAR FATOS E PROVAS.....	1224
6. NULIDADES.....	1214	8.3. É CABÍVEL O AJUIZAMENTO DE REVISÃO CRIMINAL EM FACE DE DECISÃO UNIPessoAL DE RELATOR QUE DÁ PROVIMENTO A RECURSO ESPECIAL PARA RESTABELECEER SENTENÇA CONDENATÓRIA	1224
6.1. EXPRESSÕES OFENSIVAS, DESRESPEITOSAS E PEJORATIVAS PROFERIDAS PELO MAGISTRADO NA SESSÃO DE JULGAMENTO CONTRA A HONRA DO RÉU PODEM CONFIGURAR QUEBRA DE IMPARCIALIDADE E CAUSA DE NULIDADE ABSOLUTA.....	1214	9. EXECUÇÃO PENAL.....	1225
6.2. MESMO NO PROCESSO PENAL NÃO SE ADMITE A CHAMADA NULIDADE DE ALGIBEIRA.....	1215	9.1. O TJ/PE INSTAUROU IRDR PARA DIRIMIR AS DIVERGÊNCIAS NA APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DA CIDH DE 22/11/2018; ENQUANTO NÃO JULGADO O IRDR, OS PROCESSOS ENVOLVENDO O TEMA ESTÃO SUSPENSOS	1225
6.3. NOVO ADVOGADO, SEM PROCURAÇÃO, ACOMPANHOU O RÉU NO INTERROGATÓRIO		9.2. O HISTÓRICO PRISIONAL CONTURBADO DO APENADO, SOMADO AO CRIME PRATICADO	

COM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA, AFASTA A CONSTATAÇÃO INEQUÍVOCA DO REQUISITO SUBJETIVO PARA A CONCESSÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	1228
9.3. A AUSÊNCIA DE FALTA GRAVE NOS ÚLTIMOS 12 MESES NÃO É SUFICIENTE PARA SATISFAZER O REQUISITO SUBJETIVO EXIGIDO PARA A CONCESSÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	1230
9.4. O QUE ACONTECE SE O INDIVÍDUO QUE ESTÁ CUMPRINDO PENA RESTRITIVA DE DIREITOS FOR NOVAMENTE CONDENADO AGORA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE?	1233
9.5. A PENA INTEGRALMENTE CUMPRIDA NÃO INTERFERE NOS CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS EM NOVA EXECUÇÃO PENAL	1234
9.6. O INDULTO É INSTITUTO DA EXECUÇÃO PENAL, NÃO SE ESTENDENDO OS BENEFÍCIOS DA NORMA INSTITUIDORA AOS PRESOS CAUTELARMENTE COM DIREITO À DETRAÇÃO PENAL	1235
9.7. O TEMPO DE ENSINO A DISTÂNCIA (EAD) DEVE SER COMPUTADO PARA A REMIÇÃO DE PENA, BASTANDO, COMO COMPROVANTE, A CERTIFICAÇÃO FORNECIDA PELA ENTIDADE	1237
9.8. NOS TERMOS DO ART. 126, § 2º, DA LEP, A REMIÇÃO DE PENA PELO ESTUDO SOMENTE É POSSÍVEL QUANDO O CURSO FOR OFERECIDO POR INSTITUIÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA OU CONVENIADA COM O PODER PÚBLICO PARA ESSE FIM	1238
9.9. É POSSÍVEL A CONCESSÃO DE REMIÇÃO FICTA, COM EXTENSÃO DO ALCANCE DA NORMA PREVISTA NO ART. 126, §4º, DA LEP, AOS APENADOS QUE ESTAVAM IMPOSSIBILITADOS DE TRABALHAR OU ESTUDAR EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19	1241
9.10. O QUE O JUÍZO FEDERAL CORREGEDOR DO PRESÍDIO ANALISA PARA DECIDIR SE HAVERÁ OU NÃO A INCLUSÃO DO PRESO?	1243
9.11. A PROGRESSÃO DO REINCENTE NÃO ESPECÍFICO EM CRIME HEDIONDO OU EQUIPARADO COM RESULTADO MORTE DEVE SEGUIR O ART. 112, VI, A, DA LEP, MESMO QUE A CONDENAÇÃO TENHA SIDO ANTERIOR AO PACOTE ANTICRIME	1247

DIREITO TRIBUTÁRIO 1249

1. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA..... 1249

1.1. AS ORGANIZAÇÕES ASSISTENCIAIS RELIGIOSAS PODEM SER ABRANGIDAS PELA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PREVISTA NO ART. 150, VI, “C”, DA CF/88	1249
--	------

1.2. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ESTADUAL PRESTADORA EXCLUSIVA DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS FAZ JUS À IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA	1251
---	------

2. TEMAS DIVERSOS..... 1252

2.1. É CONSTITUCIONAL A EXCLUSÃO DOS BENS DE INFORMÁTICA DOS INCENTIVOS FISCAIS PREVISTOS PARA A ZONA FRANCA DE MANAUS, PROMOVIDA PELA LEI Nº 8.387/91.....	1252
2.2. NÃO É POSSÍVEL CONCEDER, POR VIA JUDICIAL, A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DE PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO SOB O ARGUMENTO DOS EFEITOS DELETÉRIOS DA COVID-19	1254
2.3. O PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO REQUERIDO POR UM DOS DEVEDORES SOLIDÁRIOS NÃO IMPORTA EM RENÚNCIA À SOLIDARIEDADE EM RELAÇÃO AOS DEMAIS COOBRIGADOS.....	1255
2.4. O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 116 DO CTN, INCLUÍDO PELA LC 104/2001, É CONSTITUCIONAL..	1257
2.5. O BENEFÍCIO DO § 2º DO ART. 63 DA LEI 9.430/96 É APLICÁVEL AO CONTRIBUINTE QUE RENUNCIA AO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA A AÇÃO	1258
2.6. A ADESÃO A PROGRAMA DE PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO É CAUSA DE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO E INTERROMPE O PRAZO PRESCRICIONAL.....	1258
2.7. CANCELAMENTO DA SÚMULA 497 DO STJ	1260
2.8. CANCELAMENTO DA SÚMULA 212 DO STJ.....	1262
2.9. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS, DO PARÁ E DO AMAPÁ QUE INSTITUÍRAM TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ENVOLVENDO RECURSOS MINERÁRIOS	1263
2.10. LEI ESTADUAL PODE ESTIPULAR A COBRANÇA DAS CUSTAS JUDICIAIS E DOS EMOLUMENTOS COM BASE NO VALOR DA CAUSA, NO VALOR DO BEM OU NO VALOR DO NEGÓCIO OBJETO DOS ATOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS?	1264
2.11. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE INSTITUA TAXA DE SEGURANÇA PARA EVENTOS A SER COBRADA DOS ORGANIZADORES DE EVENTOS COM FINS LUCRATIVOS PELO FATO DE AS POLÍCIAS, OS BOMBEIROS E O DETRAN PRESTAREM SERVIÇOS NO LOCAL	1266
2.12. É INEXIGÍVEL A TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR, PREVISTA NO ART. 20, I, LEI 9.961/2000, PORQUANTO SUA BASE DE CÁLCULO FOI CRIADA PELO ART. 3º DA RESOLUÇÃO RDC 10/2000	1267

2.13. MUNICÍPIO NÃO PODE CRIAR TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TORRES E ANTENAS DE TRANSMISSÃO	1268
--	------

3. IMPOSTO DE RENDA..... 1272

3.1. IMPOSTO DE RENDA NÃO INCIDE SOBRE JUROS DE MORA POR ATRASO NO PAGAMENTO DE VERBAS SALARIAIS.....	1272
3.2. É INCONSTITUCIONAL NORMA QUE PREVÊ A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE VALORES PERCEBIDOS PELO ALIMENTADO A TÍTULO DE ALIMENTOS OU PENSÃO ALIMENTÍCIA..	1273
3.3. ATÉ A EDIÇÃO DA MP 651/2014, CONVERTIDA NA LEI 13.043/2014, É LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DO IRPJ E DA CSLL SOBRE O REINTEGRA	1275
3.4. A COBRANÇA DO IRRF E DA CSLL DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, NÃO ABRANGIDAS POR IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS, É COMPATÍVEL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL	1276
3.5. NÃO INCIDE IMPOSTO DE RENDA SOBRE O PREÇO RECEBIDO EM VIRTUDE DE CESSÃO COM DESÁGIO DE PRECATÓRIO.....	1279
3.6. PORTADOR DE HIV, MESMO SEM SINTOMAS DE AIDS, GOZA DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PREVISTA NO ART. 6º, XIV, DA LEI 7.713/88.....	1280
3.7. ABRANGÊNCIA DA ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA OPERAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA, PELO SUCESSOR CAUSA MORTIS, DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	1281
3.8. EMPRESAS PODEM DEDUZIR DO IRPJ-LUCRO REAL OS PAGAMENTOS A ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS, AINDA QUE NÃO CORRESPONDA A VALOR MENSAL E FIXO.....	1283
3.9. É POSSÍVEL A DEDUÇÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL, AINDA QUE SEJA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1284
3.10. ERA ILEGAL A METODOLOGIA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA INSTITUÍDA PELA IN SRF 243/02.....	1286
3.11. A INDENIZAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PREÇO DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA E DAS BONIFICAÇÕES SÃO INDENIZAÇÕES A TÍTULO DE LUCROS CESSANTES CORRESPONDENTES AO GANHO DE CAPITAL E DEVEM SER TRIBUTADAS PELO IR	1288

4. IPI E IOF..... 1291

4.1. NÃO POSSUI REPERCUSSÃO GERAL, DIANTE DE SUA NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL, A DISCUSSÃO SOBRE A INCIDÊNCIA DE IPI
--

SOBRE O BACALHAU SECO E SALGADO VINDO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT	1291
--	------

4.2. O BENEFÍCIO DA SUSPENSÃO DO IPI PREVISTO NO ART. 5º, DA LEI 9.826/99 E NO ART. 29 DA LEI 10.637/2002 NÃO SE APLICA A ESTABELECIMENTOS EQUIPARADOS A INDUSTRIAL.....	1291
--	------

5. ICMS E OUTROS IMPOSTOS ESTADUAIS .. 1293

5.1.	NÃO INCIDE ICMS-COMUNICAÇÃO SOBRE O SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE CAPACIDADE DE SATÉLITE	1293
5.2.	O ICMS NÃO INCIDE SOBRE O SERVIÇO DE INSERÇÃO DE PUBLICIDADE E VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA EM SITES DA INTERNET	1294
5.3.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE FIXE ALÍQUOTA DO ICMS SOBRE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM PERCENTUAL SUPERIOR À ALÍQUOTA GERAL	1295
5.4.	SÃO INCONSTITUCIONAIS NORMAS ESTADUAIS QUE FIXAM A ALÍQUOTA DO ICMS PARA OPERAÇÕES DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM PATAMAR SUPERIOR À COBRADA SOBRE AS OPERAÇÕES EM GERAL.....	1297
5.5.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE, SEM COMPROVAÇÃO DO IMPACTO E SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DE ICMS PARA AS OPERAÇÕES COM CERVEJA DE MANDIOCA	1298
5.6.	EM FACE DA PROTEÇÃO DO SIGILO FISCAL, NÃO SE PERMITE QUE O ADVOGADO CONTRATADO PELO MUNICÍPIO OU PELA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS POSSA TER ACESSO DIRETO AOS DADOS RELATIVOS AO IPM-ICMS EM POSSE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	1300
5.7.	É CABÍVEL A CONCESSÃO DE REMISSÃO, COM AMPARO EM CONVÊNIOS CONFAZ, DE CRÉDITOS DE ICMS ORIUNDOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS DECLARADOS INCONSTITUCIONAIS	1301
5.8.	O INCENTIVO FISCAL OUTORGADO POR ESTADO-MEMBRO POR MEIO DE DESONERAÇÃO RELATIVA AO ICMS NÃO INTEGRA A BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E CSLL	1303
5.9.	O ENTENDIMENTO DO STJ DE QUE O CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS NÃO INTEGRA A BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL NÃO FOI ALTERADO COM A LC 60/2017	1304
5.10.	É DEVIDA A RESTITUIÇÃO DA DIFERENÇA DO ICMS PAGO A MAIS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PARA FRENTE SE A BASE DE CÁLCULO EFETIVA DA OPERAÇÃO FOR INFERIOR À PRESUMIDA	1306
5.11.	É POSSÍVEL ASSEGURAR, NA VIA ADMINISTRATIVA, O DIREITO À RESTITUIÇÃO	

DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO RECONHECIDO POR DECISÃO JUDICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA.....	1308
5.12. ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS EM LEI, É LEGÍTIMA A SUBMISSÃO DE EMPRESAS A REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO, SALVO COMPROVAÇÃO DE QUE AS MEDIDAS INVIABILIZEM INDEVIDAMENTE O LIVRE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.....	1310
5.13. ICMS INTEGRA A BASE DE CÁLCULO DA CPRB	1312
5.14. SUSPENSO O REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL DEFERIDA EM FAVOR DA EMPRESA SUBSTITUÍDA, NÃO SE MOSTRA POSSÍVEL EXIGIR DA SUBSTITUTA O PAGAMENTO DO ICMS/ST.....	1313
5.15. SÚMULA 654-STJ – NA APURAÇÃO DO ICMS/ ST PARA MEDICAMENTOS DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE PARA USO DE HOSPITAIS E CLÍNICAS, NÃO SE APLICAM OS VALORES CONSTANTES DA TABELA DE PMC PUBLICADA PELA ABCFARMA.....	1314
5.16. A IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA, NA MODALIDADE DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA, PELO ESTADO COMPETENTE PARA A INSTITUIÇÃO DO ICMS, NÃO EXIGE LEI COMPLEMENTAR.....	1316
5.17. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CONCEDA ISENÇÃO DE IPVA PARA VEÍCULOS QUE REALIZEM TRANSPORTE ESCOLAR PRESTADO POR SINDICATO OU COOPERATIVA.....	1320
5.18. É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE ISENTA IPVA DE TÁXIS ADQUIRIDOS POR MEIO DE LEASING.....	1321
5.19. É SIMULTÂNEA A CONTAGEM DOS PRAZOS DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS A QUE SE REFEREM OS PRINCÍPIOS DA ANTERIORIDADE ANUAL E NONAGESIMAL TRIBUTÁRIAS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA LEI QUE INSTITUI OU MAJORA O TRIBUTO.....	1322
5.20. HAVENDO PREVISÃO EM LEI ESTADUAL, ADMITE-SE A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DE EX-PROPRIETÁRIO DE VEÍCULO PELO PAGAMENTO DO IPVA, EM RAZÃO DE OMISSÃO NA COMUNICAÇÃO DA ALIENAÇÃO AO DETRAN, EXCEPCIONANDO-SE A SÚMULA 585 DO STJ	1324
5.21. É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE DISCIPLINE A COBRANÇA DO ITCMD NAS DOAÇÕES E HERANÇAS INSTITUÍDAS NO EXTERIOR CONSIDERANDO QUE AINDA NÃO EXISTE A LEI COMPLEMENTAR NACIONAL QUE REGULAMENTA A MATÉRIA.....	1326

6. IMPOSTOS MUNICIPAIS1328

6.1. O RECOLHIMENTO DO TRIBUTO A MUNICÍPIO DIVERSO DAQUELE A QUEM SERIA EFETIVAMENTE DEVIDO NÃO AFASTA A APLICAÇÃO DA REGRA DA DECADÊNCIA PREVISTA NO ART. 173, I, DO CTN	1328
6.2. A INSERÇÃO DE TEXTOS, DESENHOS E OUTROS MATERIAIS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE É PASSÍVEL DE TRIBUTAÇÃO POR ISS (E NÃO ICMS)	1331
6.3. MESMO QUE UMA SOCIEDADE DE ADVOGADOS SEJA ESPECIALIZADA NAS ATIVIDADES DE ARBITRAGEM, ISSO NÃO SERVE PARA DESCARACTERIZAR SUA NATUREZA DE SOCIEDADE UNIPROFISSIONAL PARA FINS DE ISS.....	1333
6.4. TESES SOBRE A BASE DE CÁLCULO DO ITBI	1335
6.5. O FATO GERADOR DE ITBI É O REGISTRO NO OFÍCIO COMPETENTE DA TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE DO IMÓVEL, MESMO NO CASO DE CISÃO DE EMPRESA.....	1338

7. CONTRIBUIÇÕES1338

7.1. A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVISTA PELO ART. 1º DA LC 110/2001 É COMPATÍVEL COM O TEXTO CONSTITUCIONAL, MESMO APÓS O ADVENTO DA EC 33/2001.....	1338
7.2. É INCONSTITUCIONAL, POR AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA, A MAJORAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL POR MEIO DE ATO INFRALEGAL	1340
7.3. O VALOR TOTAL RECEBIDO POR EMPRESA, MEDIANTE VENDA POR MEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO OU DÉBITO, AINDA QUE UMA PARTE DESSE MONTANTE SEJA REPASSADO À ADMINISTRADORA DO CARTÃO, SE INSERE NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS.....	1340
7.4. A RECEITA DECORRENTE DA ALIENAÇÃO DOS BENS OBJETO DE OPERAÇÃO DE LEASING NA QUAL A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA FIGURA COMO ARRENDADORA É EXCLUÍDA DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO AO PIS E COFINS	1341
7.5. IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS NO SISTEMA MONOFÁSICO E OUTRAS TESES CORRELATAS	1344
7.6. SÃO CONSTITUCIONAIS OS DISPOSITIVOS DAS LEIS 10.637/2002 E 10.833/2003, QUE RESTRINGIRAM O APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS DE PIS/COFINS.....	1349
7.7. A PARTIR DA EC 53/2006, QUE INCLUIU O § 6º AO ART. 212 DA CF/88, AS COTAS DO SALÁRIO- -EDUCAÇÃO DESTINADAS AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS TÊM O NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS COMO ÚNICO CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO	1352

- 7.8. TITULARES DE SERVENTIAS NOTARIAIS E REGISTRAIS NÃO PAGAM SALÁRIO-EDUCAÇÃO..... 1353
- 7.9. É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE INSTITUI CONTRIBUIÇÃO COMPULSÓRIA A SER PAGA POR BOMBEIROS E POLICIAIS MILITARES PARA CUSTEAR SERVIÇOS DE SAÚDE QUE SERÃO PRESTADOS A ELES.....1354

8. DIREITO FINANCEIRO1355

- 8.1. STF SUSPENDEU A EXECUÇÃO DO “ORÇAMENTO PARALELO” (“ORÇAMENTO SECRETO”), TENDO POSTERIORMENTE LIBERADO A EXECUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS EMENDAS DO RELATOR (IDENTIFICADAS PELA SIGLA RP9) RELATIVAS AO ORÇAMENTO DE 2021.... 1355
- 8.2. É INCONSTITUCIONAL ORÇAMENTO IMPOSITIVO PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ANTES DAS ECS 86/2015 E 100/20191358
- 8.3. É INCONSTITUCIONAL O BLOQUEIO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS TRANSFERIDOS ÀS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES (APPS) PELO FNDE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE).....1359
- 8.4. A EC 86/2015, QUE ALTEROU A FÓRMULA DE CÁLCULO DAS APLICAÇÕES MÍNIMAS DE RECURSOS NA ÁREA DA SAÚDE, NÃO VIOLOU O DIREITO ESSENCIAL À SAÚDE.....1362
- 8.5. É CONSTITUCIONAL O DECRETO 10.540/2020, QUE ESTABELECEU PRAZO PARA QUE OS ENTES FEDERADOS PROMOVAM ADEQUAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE PUBLICIDADE DE DADOS.....1363
- 8.6. SÃO INCONSTITUCIONAIS AS DECISÕES JUDICIAIS QUE DETERMINAM A CONSTRIÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS DA SAÚDE VINCULADAS AO PAGAMENTO DE CONTRATOS DE GESTÃO FIRMADOS ENTRE O ESTADO E UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....1365
- 8.7. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CONCEDE BENEFÍCIO FISCAL SEM A PRÉVIA ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO EXIGIDA PELO ART. 113 DO ADCT1366
- 8.8. NÃO PODEM SER REALIZADAS JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ESTATAIS OPERAÇÕES FINANCEIRAS COM A FINALIDADE DE OBTENÇÃO DE CRÉDITO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS 1367
- 8.9. É CONSTITUCIONAL A INDENIZAÇÃO POR INCAPACIDADE OU MORTE DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19, INSTITUÍDA PELA LEI 14.128/2021.....1371
- 8.10. É CONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE PREVÊ A ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE SENTENÇA PROFERIDA APÓS A PRIVATIZAÇÃO DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO PELO RESPECTIVO ESTADO.. 1375
- 8.11. É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE DISPÕE SOBRE VALORES CORRESPONDENTES A DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE TERCEIROS, OU SEJA, EM QUE O ENTE FEDERADO NÃO É PARTE INTERESSADA..... 1376
- 8.12. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE DIGA COMO OS MUNICÍPIOS DEVERÃO APLICAR OS RECURSOS RECEBIDOS A TÍTULO DE REPASSE DO ICMS 1378
- 8.13. A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO PARCELAMENTO CONFERIDA AOS CLUBES DE FUTEBOL DURANTE A COVID-19 (ART. 1º DA LEI 14.117/2021) NÃO DUROU APENAS NA VIGÊNCIA DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/2020 1379
- 8.14. NOVIDADES LEGISLATIVAS 1381

9. DIREITO ADUANEIRO.....1382

- 9.1. O REINTEGRA NÃO PODE SER ESTENDIDO DE FORMA AUTOMÁTICA PARA AS VENDAS DESTINADAS A TODA E QUALQUER ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO – ALC.....1382

DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....1385

1. APOSENTADORIA.....1385

- 1.1. É POSSÍVEL O RECONHECIMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO NA ATIVIDADE DE GUARDA-MIRIM PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS?..... 1385
- 1.2. PARA ATENDER O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 124 DA LEI 8.213/91, BASTA QUE O VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SEGURO-DESEMPREGO, NOS PERÍODOS COINCIDENTES, SEJA ABATIDO DO MONTANTE DEVIDO NOS CASOS EM QUE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO FOI EQUIVOCADAMENTE INDEFERIDO PELO INSS...1386
- 1.3. PARA FINS DE CÁLCULO DA APOSENTADORIA, NO CASO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES CONCOMITANTES, O SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DEVERÁ SER COMPOSTO DA SOMA DE TODAS AS CONTRIBUIÇÕES, RESPEITADO O TETO1386
- 1.4. FICHA DE CADASTRO DE TRABALHADORES EMITIDA EM NOME DE TRABALHADOR RURAL EM DATA ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DE DEMANDA COM PEDIDO DE APOSENTADORIA

RURAL CONFIGURA DOCUMENTO NOVO APTO A DEMONSTRAR O INÍCIO DE PROVA MATERIAL	1389	COMO TERMO INICIAL A DATA DA VIGÊNCIA DA MP 1.523-9/97 (28/06/97)	1402
1.5. SOMENTE COM RELAÇÃO AO TEMPO DE ATIVIDADE RURAL ANTERIOR AO ADVENTO DA LEI 8.213/91, É QUE SE MOSTRA POSSÍVEL A DISPENSA DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	1391	2.8. REVISÃO DA VIDA TODA É CONSTITUCIONAL	1404
1.6. NÃO SE PODE ANALISAR SIMPLEMENTE A EXTENSÃO DO IMÓVEL RURAL, DEVENDO- -SE AVALIAR A CONDIÇÃO DO SEGURADO ESPECIAL COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CONTEXTO DO CASO CONCRETO	1392	2.9. A PESSOA QUE VIVIA EM CONCUBINATO NÃO TEM DIREITO À PENSÃO POR MORTE.....	1406
2. TEMAS DIVERSOS	1394	2.10. NOVIDADES LEGISLATIVAS	1409
2.1. SOMENTE É POSSÍVEL A ACUMULAÇÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE COM APOSENTADORIA QUANDO A ECLOSÃO DA DOENÇA INCAPACITANTE E A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA FOREM ANTERIORES À ALTERAÇÃO PROMOVIDA PELA MP 1.596-14/97	1394	3. PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	1409
2.2. NÃO INCIDEM MULTA E JUROS DE MORA SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO RECOLHIDAS ANTES DA MP 1.523/96 (LEI 9.528/97).....	1395	3.1. PRESCRIÇÃO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ENVOLVENDO A PORTARIA Nº 966/1947 DO BANCO DO BRASIL.....	1409
2.3. OS VALORES DESCONTADOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE COMPÕEM A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL E DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A TERCEIROS E AO RAT	1395	3.2. NÃO É CABÍVEL A DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS A MAIOR A TÍTULO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO, MESMO QUE ELA SEJA POSTERIOREMENTE DESCONSTITUÍDA.....	1411
2.4. SE A PARTE RECEBEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO OU ASSISTENCIAL POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL PRECÁRIA QUE, POSTERIOREMENTE, FOI REVOGADA, ELA TERÁ QUE DEVOLVER AS QUANTIAS	1397	3.3. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NÃO PODE COBRAR JUROS REMUNERATÓRIOS ACIMA DO LIMITE LEGAL.....	1412
2.5. RECONHECIDO O DIREITO DE OPÇÃO PELO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE, NO CURSO DE AÇÃO JUDICIAL EM QUE SE RECONHECEU BENEFÍCIO MENOS VANTAJOSO, É POSSÍVEL A EXECUÇÃO DAS PARCELAS DO BENEFÍCIO POSTULADO NA VIA JUDICIAL	1399	3.4. NOS CASOS QUE SE ENQUADRAM NA MODULAÇÃO DE EFEITOS ESTABELECIDA PARA OS TEMAS REPETITIVOS 955 E 1021, DEVERÁ SER FEITA A RECOMPOSIÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA SEGUNDO OS CRITÉRIOS DEFINIDOS PELO STJ NO ERESP 1557698.....	1414
2.6. NOS PEDIDOS DE REVISÃO DO BENEFÍCIO FORMULADOS COM BASE EM SENTENÇA TRABALHISTA, O TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL É A DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA TRABALHISTA.....	1400	3.5. NA AÇÃO EM QUE SE REQUER A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE, HÁ LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO E UNITÁRIO ENTRE O ADMINISTRADOR DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E OS DEMAIS BENEFICIÁRIOS DO FALECIDO PARTICIPANTE.....	1418
2.7. O DIREITO À REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, COM FUNDAMENTO NO ART. 144 DA LEI 8.213/91, SUBMETE-SE AO PRAZO DECADENCIAL DE 10 ANOS, ADOTANDO-SE		DIREITO INTERNACIONAL	1421
		1. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	1421
		1.1. NÃO É POSSÍVEL A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA SE ELA SE MOSTRA CONTRÁRIA AO CONTEÚDO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO BRASIL.....	1421
		2. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO	1424
		2.1. OS ATOS ILÍCITOS PRATICADOS POR ESTADOS ESTRANGEIROS EM VIOLAÇÃO A DIREITOS HUMANOS NÃO GOZAM DE IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO	1424

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO 1427

1. COMPETÊNCIA.....1427

- 1.1. AÇÃO PROPOSTA CONTRA O EMPREGADOR NAS QUAIS SE PRETENDA O RECONHECIMENTO DE VERBAS DE NATUREZA TRABALHISTA E OS REFLEXOS NAS RESPECTIVAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA A ELE VINCULADA..... 1427

2. TEMAS DIVERSOS1429

- 2.1. NÃO SE APLICA A TAXA REFERENCIAL (TR) COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITOS TRABALHISTAS1429
- 2.2. NORMAS COLETIVAS EXPIRADAS SÓ PODEM SER MANTIDAS COM NOVA NEGOCIAÇÃO1430

- 2.3. É CONSTITUCIONAL NORMA ORIUNDA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA QUE, APESAR DE LIMITAR OU AFASTAR DIREITOS TRABALHISTAS, ASSEGURA AOS TRABALHADORES OS DIREITOS ABSOLUTAMENTE INDISPONÍVEIS..... 1432
- 2.4. A DISPENSA EM MASSA DE EMPREGADOS DEVE SER PRECEDIDA DA TENTATIVA DE DIÁLOGO ENTRE A EMPRESA E O SINDICATO DOS TRABALHADORES 1433
- 2.5. SE O MPT INGRESSA COM ACP CONTRA EMPRESA ESTATAL PEDINDO O AFASTAMENTO DE TODOS OS TRABALHADORES CONTRATADOS SEM CONCURSO PÚBLICO, OS EMPREGADOS ATINGIDOS NÃO PRECISAM SER CITADOS 1434
- 2.6. NOVIDADES LEGISLATIVAS 1435

BIBLIOGRAFIA..... 1437